

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

FACULDADES DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

RAQUEL DE OLIVEIRA ARRUDA

**FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: CURSO “MELHOR GESTÃO,
MELHOR ENSINO” EM QUATRO ESCOLAS DE BATATAIS – DIRETORIA DE
ENSINO DE RIBEIRÃO PRETO**

FRANCA

2016

RAQUEL DE OLIVEIRA ARRUDA

**FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: CURSO “MELHOR GESTÃO,
MELHOR ENSINO” EM QUATRO ESCOLAS DE BATATAIS – DIRETORIA DE
ENSINO DE RIBEIRÃO PRETO**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do Título de Mestre em Planejamento e Análise de Políticas Públicas.

Área de Concentração: Política e Gestão Educacional

Orientadora: Profa. Dra. Hilda M. Gonçalves Silva

FRANCA

2016

Ficha Catalográfica

Arruda, Raquel de Oliveira.

Formação continuada de professores : curso “Melhor Gestão, Melhor Ensino” em quatro escolas de Batatais – Diretoria de Ensino de Ribeirão Preto / Raquel de Oliveira Arruda. –Franca : [s.n.], 2016.

196 f.

Dissertação (Mestrado Profissional – Políticas Públicas).
Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

Orientador: Hilda M. Gonçalves Silva

1. Professores - Formação. 2. Ensino a distância. 3. Políticas públicas. I. Título.

CDD – 370.71

Folha de aprovação



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Franca

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE Mestrado de RAQUEL DE OLIVEIRA ARRUDA, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO E ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS, DA FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS.

Aos 26 dias do mês de fevereiro do ano de 2016, às 14:00 horas, no(a) Sala de Defesas da Pós-Graduação, reuniu-se a Comissão Examinadora da Defesa Pública, composta pelos seguintes membros: Profa. Dra. HILDA MARIA GONÇALVES DA SILVA - Orientador(a) do(a) Departamento de Educação, Ciências Sociais e Políticas Públicas / Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Profª Drª SHEILA FERNANDES PIMENTA E OLIVEIRA do(a) , Prof. Dr. RICARDO RIBEIRO do(a) , sob a presidência do primeiro, a fim de proceder a arguição pública da DISSERTAÇÃO DE Mestrado de RAQUEL DE OLIVEIRA ARRUDA, intitulada **FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: CURSO “MELHOR GESTÃO, MELHOR ENSINO” EM QUATRO ESCOLAS DE BATATAIS – DIRETORIA DE ENSINO DE RIBEIRÃO PRETO**. Após a exposição, a discente foi arguida oralmente pelos membros da Comissão Examinadora, tendo recebido o conceito final: APROVADA _____. Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelos membros da Comissão Examinadora.


Profa. Dra. HILDA MARIA GONÇALVES DA SILVA


Profª Drª SHEILA FERNANDES PIMENTA E OLIVEIRA


Prof. Dr. RICARDO RIBEIRO

Dedico a meu filho Vitor, que, com paciência, abriu mão de muitos momentos comigo enquanto me dedicava às leituras e escritas; a meus pais, Pedro e Elizabeth, que, mesmo diante de dificuldades e doença, me ajudaram nessa conquista.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo privilégio de desfrutar desse curso que me proporcionou um crescimento significativo e marcante em minha vida.

À minha orientadora, Profa. Dra. Hilda M. Gonçalves da Silva, que sempre esteve presente contribuindo para meu desenvolvimento intelectual e pessoal com seu carinho, reservo minha imensa admiração.

À Angela Camellussi, pela paciência e amor em todos os momentos.

Às minhas amigas Karina Serrazes, Maralice, Simone, Ana Carolina e Ana Paula, pela paciência, na angústia, e pelo incentivo constante. Aos meus amigos do curso Filipe, Cibele, Marley, Andreia, Ana Marcelina, Carolina, Gabriela, Diego, Francine, Wanderley, Milady, Silvia, Erivelton, Pedro, Helton, Tassiana, Néia e Stefano, pelas reflexões, discussões, companheirismo que ficarão marcados em meu coração.

"Assim, saber alguma coisa de cor é mais que saber com a cabeça. É saber que mora no lugar onde a vida pulsa. A cabeça pode esquecer, mas aquilo que foi aprendido com o coração não é esquecido nunca".

Rubem Alves

ARRUDA, Raquel de Oliveira. Formação continuada de professores: curso “Melhor Gestão, Melhor Ensino” em quatro escolas de Batatais – Diretoria de Ensino de Ribeirão Preto 2015. 216 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Análise de Políticas Públicas). Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Análise de Políticas Públicas– Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, março 2015.

RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo analisar o impacto do curso de formação continuada “Melhor Gestão, Melhor Ensino” na modalidade semipresencial; oferecido aos professores pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo junto à EFAP – Escola de Formação e Aperfeiçoamento. Para promover a discussão acerca do significado de tal formação, o presente estudo propõe-se a analisar o modelo do curso de formação continuada oferecido pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, no âmbito da Diretoria de Ensino de Ribeirão Preto no ano 2013, bem como o seu reflexo na profissionalização docente. Tal análise dar-se-á por intermédio de discussão da legislação referente ao assunto, da revisão dos estudos teóricos concernentes à formação continuada de professores e, ainda, do tratamento dos dados coletados junto à EFAP dos professores inscritos e concluintes e de questionários com professores de quatro escolas da cidade de Batatais que realizaram cursos de formação continuada na modalidade EAD. Dessa forma, procura-se apreender a relevância da formação continuada no contexto da educação básica pública e do uso das TICs nessa formação.

Palavras-chave: Formação Continuada. Prática Docente. Educação. TICs.

ARRUDA, Raquel de Oliveira. Continued education of teachers: Better Management course, Better Education in four schools in Batatais: Education Directorship of Ribeirão Preto 2015. 216f. Essay (Master in Planning and Public Policy Analysis) Post-Graduate Program in Planning and Analysis of Public Policy-Human and Social Sciences College, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, March 2015.

ABSTRACT

This research aims to analyze the impact of the continued education formation course Better Management, Better Education in semipresential mode; offered by the State Department of Education of São Paulo together with EFAP – School for Training and Improvement; for teachers and for their practice. To promote discussion about the meaning of this formation, this study aims to analyze the continued education course model offered by the State Department of Education of São Paulo, as part of the Education Directorship of Ribeirão Preto in 2013, as well as the reflection of this in teaching professionalization. Such analysis will take place through discussion of legislation on the subject, the review of theoretical studies concerning the continued education of teachers and also the processing of data collected from EFAP – School for Training and Improvement of teachers enrolled and graduating and questionnaires with teachers from four schools of Batatais city who held continued education courses in Distance Education mode. This way, it's looked to understand the importance of continued education in the context of public basic education and the use of ICTs in this formation.

Keywords:Continued Education.TeachingPractice.Education.ICT's.

LISTA DE SIGLAS

ANFOPE: Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação

AVAs: Ambiente Virtual de Aprendizagem

CEFAM: Centro de Formação e Aperfeiçoamento

CGEB: Coordenadoria de Gestão da Educação Básica

CENAFOR: Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal para a Formação Profissional

CAPES: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

EAD: Educação a Distância

EFAP: Escola de Formação e Aperfeiçoamento

IDESP: Índice de Desempenho do Estado de São Paulo

INEP: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos

IPES: Instituições Públicas de Educação Superior

HEM: Habilitação para o Magistério

MEC: Ministério da Educação

MGME: Melhor Gestão, Melhor Ensino

PARFOR: Política Nacional de Formação dos Profissionais do Magistério da Educação Básica

PAR: Plano de Ações Articuladas

PCNP: Professor-Coordenador do Núcleo Pedagógico

PEC: Programa de Educação Continuada

SARESP: Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo

SEE-SP: Secretaria da Educação do Estado de São Paulo

TDCl: Tecnologias Digitais de Comunicação e Informação

TIC: Tecnologia de Informação e Comunicação

Sumário

| | |
|---|------------|
| 1 . INTRODUÇÃO..... | 12 |
| 2. CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES DA REDE PÚBLICA | 16 |
| 2.1 Panorama histórico das legislações e referenciais legais | 16 |
| 2.2 A modalidade presencial..... | 31 |
| 2.3 A Educação a Distância/ Educação Online | 37 |
| 3 . A POLÍTICA PÚBLICA: ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO : PLANEJAMENTO DA POLÍTICA PÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO | 53 |
| 3.1 Planejamento..... | 54 |
| 3.2 A EFAP, a Diretoria de Ensino de Ribeirão Preto e o curso “Melhor Gestão, Melhor Ensino”..... | 65 |
| 3.3 O curso “Melhor Gestão, Melhor Ensino” | 69 |
| 4. DADOS DA EFAP E QUESTIONÁRIO COM PROFESSORES..... | 75 |
| 4.1 Análises dos dados fornecidos pela EFAP..... | 75 |
| 4.2 Análise dos questionários | 82 |
| 5 . CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 92 |
| REFERÊNCIAS | 97 |
| ANEXOS..... | 102 |
| APÊNDICE..... | 196 |

1. INTRODUÇÃO

O contexto da sociedade atual em constante mudança, num ritmo tão acelerado, torna necessária a promoção de um repensar das ações docentes. O acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação tem aumentado muito, ao passo que a aquisição de informações, o processo de comunicação e a construção do conhecimento têm se modificado. A apropriação das tecnologias no processo de aprendizagem tem se tornado fundamental para que uma educação de qualidade seja oferecida à população. Nesse contexto, faz-se necessária uma formação continuada dos professores que procure atender aos questionamentos dessa realidade. A formação continuada do professor exige um alto nível de complexidade no contexto em que vivemos, no qual os alunos têm acesso a várias informações. Educar nesse contexto é um desafio grande. Este estudo procura discutir como formar professores preparados para enfrentar tais desafios.

Diante das preocupações apresentadas, neste trabalho, procuro discutir a formação continuada dos professores na modalidade online como uma das alternativas em expansão na contemporaneidade. A modalidade online, também chamada à distância, apresenta vários entraves como também várias vantagens. Diante disso, torna-se relevante compreender como os professores da rede pública têm reagido a essas mudanças e como tais mudanças na formação continuada do professor têm sido implantadas.

A análise acerca da formação continuada levará em consideração o referencial teórico baseado no conceito de *formação continuada do professor* apontado por Gatti.

Cursos estruturados e formalizados oferecidos após a graduação, ou após ingresso no exercício do magistério, ora ele é tomado de modo amplo e genérico, como compreendendo qualquer tipo de atividade que venha a contribuir para o desempenho profissional – horas de trabalho coletivo na escola, reuniões pedagógicas, trocas cotidianas com os pares, participação na gestão escolar, congressos, seminários, cursos de diversas naturezas e formatos, oferecidos pelas Secretarias de Educação ou outras instituições para pessoal em exercício nos sistemas de ensino, relações profissionais virtuais, processos diversos a distância (vídeo ou teleconferências, cursos via internet etc.), grupos de sensibilização profissional, enfim, tudo que possa oferecer ocasião de informação, reflexão, discussão e trocas que favoreçam o aprimoramento profissional, em qualquer de seus ângulos, em qualquer situação. Uma vastidão de possibilidades dentro do rótulo de educação continuada (GATTI, 2008, p.57).

Considera-se a discussão da formação continuada do professor para contribuição na melhoria de suas ações em sala de aula e, portanto o formato do curso Melhor Gestão, Melhor Ensino, objeto dessa pesquisa é de suma importância para a contribuição de tais melhorias.

Educar a distância pressupõe, além de outras, uma disposição para reaprender a ensinar usando novas tecnologias. Logo, essa modalidade de formação deve buscar estratégias adequadas de se trabalhar a teoria, favorecendo a autonomia do educando. Faz-se necessário preparar professores, de modo que sejam capazes de se inserir numa sociedade que se organize e saiba utilizar as tecnologias, explorando suas potencialidades, no contexto em que a escola está inserida. Os jovens atualmente aprendem por meio de cliques, toques, telas, ícones, jogos, sons. O acesso a informação, jogos propiciam aos jovens estímulos muito mais amplos na atualidade. Os jovens que dispõem desses mecanismos desenvolvem sua capacidade cognitiva e aprendem através de jogos desenvolvendo suas potencialidades sem ao menos perceber. O atual jogo de mincraft até mesmo tem sido utilizado por escolas europeias para desenvolver algumas disciplinas. O jogo possibilita aos participantes a capacidade de criação e a aprendizagem de rochas e suas implicações. Cada participante cria o seu personagem que atua no server e cria, constrói. Nesse contexto, o papel do professor é extremamente importante para auxiliar esses alunos na organização das informações e ampliar seu repertório com a utilização da tecnologia em benefício da aprendizagem. Escolas particulares já se utilizam de lousas digitais e programas em 3D que contribuem para tal desenvolvimento. Programas que possibilitam o entendimento do sistema circulatório em 3D são utilizados pelo sistema COC de ensino, por exemplo. Atuo na escola COC de ensino de Batatais e já participei de cursos de formação com tais programas em 3D que são utilizados pela escola.

Desta forma, os jovens em seus momentos de entretenimentos com jogos, ao assistir vídeos no youtube dispõe de diversas informações que ao serem compartilhadas em sala de aula contribuem para a aprendizagem. O professor necessita estar engajado nesse processo para auxiliar os alunos na organização das informações, veracidade dos fatos e construção da aprendizagem.

Muitos professores criam blogs que alimentam frequentemente esclarecendo as dúvidas e ampliam o ambiente de aprendizagem, sem falarmos no whatsapp, skype,

facebook, e-mail que são utilizados por professores e alunos para o auxílio na construção do conhecimento, esclarecimento de dúvidas e discussões.

Os alunos construíram uma convivência com outros de forma particular. Castells (1999) denomina esses espaços de convivência como “cultura da virtualidade real”. Dessa forma, é importante que o professor vivencie essa nova realidade digital para que os reflexos sejam vivenciados por seus alunos. Isso implica repensar as metodologias utilizadas pelo professor na atualidade.

No tocante aos cursos de formação continuada na modalidade online ou a distância, especialistas como Bernadete Gatti, Manuel Moran e Vani Kenski apontam como potencializadores de bons resultados nos cursos aspectos como: autonomia e disciplina nos estudos, interação, prática da pesquisa, etc. Contudo, podem-se destacar alguns desafios como: evasão, interação dos professores, formato dos cursos, relação teoria-prática, dentre outros.

A preocupação dos cursos de formação continuada para professores está relacionada, então, às competências que necessitam ser desenvolvidas pelos professores para que possam contribuir no processo de aprendizagem dos alunos, pois a leitura que os docentes realizam da atualidade, e conhecimentos necessários são fundamentais para esse sujeito (professor) conviva nessa sociedade transformando-a, compreendendo suas possibilidades para contextos educativos e sua maneira de pensar o processo educativo faz toda diferença.

Para a realização da pesquisa, utilizou-se a análise qualitativa o método qualitativo a partir da análise de conteúdos bibliográficos com base nos textos de Selma Garrido, Bernadete Gatti, Paulo Freire, Vani Moreira Kenski e Pierre Lévy, os quais discutem a relevância da formação continuada, a importância da modalidade online ou a distância nessa formação e o uso de tecnologias. Para a análise de documentos, utilizou-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96 tendo sido incluído pela Lei nº 12056/2009, artigo nº62, parágrafos 1º ao 7º sobre a modalidade a distância, além de revisão bibliográfica sobre a formação continuada. Ademais, foram realizados questionários com professores, os quais foram formulados levando em consideração a necessidade de verificar a representação dos docentes quanto ao curso de formação continuada “Melhor Gestão, Melhor Ensino”. Tal curso foi

oferecido na modalidade semipresencial com encontros de um a três dias dependendo da disciplina em formação, porém sua maior parte foi totalmente online.

A discussão quanto à educação à distância e online será apresentada posteriormente. Para elaboração dos questionários, o referencial teórico utilizado foi: Chagas, Anivaldo Tadeu Roston, Quaresma, Valdete Boni e Sílvia Jurema Quaresma. Optou-se construir uma saturação num recorte que contou com 38 participantes, que foram os que realizaram o curso Melhor Gestão , Melhor Ensino dos questionários aplicados nas quatro escolas de Batataias quais pertencem à Diretoria de Ensino de Ribeirão Preto. A EFAP (Escola de Formação de Professores) forneceu os dados relativos ao ano 2013 sobre a quantidade de professores que realizaram o curso de formação continuada “Melhor Gestão, Melhor Ensino” na modalidade semipresencial e os índices de evasão.

A análise documental tem por finalidade apresentar o amparo legal sobre a importância da formação continuada para os professores. Os objetivos específicos relacionados a essa análise referem-se à apresentação da legislação e aparatos legais da formação continuada, principalmente na modalidade a distância, e a discussão da formação docente, considerando suas perspectivas e desafios.

Lévy, em seu livro “As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na Era da Informática”, discute a forma de conhecer, pensar, sentir como formas condicionadas por uma época, cultura e circunstâncias. Para que o professor possa compreender a realidade em que o aluno está inserido, é necessário que se aproprie de tecnologias utilizadas em seu tempo por seus alunos. Isso porque a utilização da tecnologia digital representa a forma por meio da qual muitos alunos têm se comunicado atualmente. A formação docente, na modalidade a distância, que se utiliza da tecnologia digital, pode contribuir para a compreensão das mudanças ocorridas quanto ao uso dessas tecnologias.

Castells discute a revolução tecnológica ocorrida e o ritmo crescente das redes interativas de computadores e afirma que estamos vivendo uma “sociedade em rede”, e que tal mudança não representa apenas a centralidade de conhecimentos e informação, mas também a aplicação desses meios de comunicação na geração de novos conhecimentos. A utilização do computador alterou o estilo de vida e a comunicação da sociedade. Portanto, pensar a

construção do conhecimento implica necessariamente se utilizar desses meios tanto na sala de aula quanto na formação do professor.

[...] a difusão da tecnologia amplifica seu poder de forma infinita, à medida que os usuários apropriam-se dela e redefinem. As novas tecnologias da informação não são simplesmente ferramentas a serem aplicadas, mas processos a serem desenvolvidos. Usuários e criadores podem tornar-se a mesma coisa. Dessa forma, os usuários podem assumir o controle da tecnologia [...] Segue uma relação muito próxima entre os processos sociais de criação e manipulação de símbolos (a cultura da sociedade) e a capacidade de produzir e distribuir bens e serviços (as forças produtivas). Pela primeira vez na história, a mente humana é uma força direta de produção, não apenas um elemento decisivo no sistema produtivo. (CASTELLS, 1999, p. 51).

Dessa forma, é importante destacar a relevância da formação continuada do professor dentro desse contexto e do sentido que todas essas mudanças têm surtido na atuação docente. O presente estudo busca discutir tais questões num esforço de apreensão do significado da formação continuada online para o preparo do professor nesse contexto de mudanças, incluindo seus benefícios e limites.

2. CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES DA REDE PÚBLICA

Inicialmente é apresentado um panorama, fazendo uma digressão às origens dos cursos de formação docente, bem como às leis e referenciais legais que os instituíram.

2.1 Panorama histórico das legislações e referenciais legais

A iniciativa para o surgimento de escolas específicas na formação de professores está ligada à institucionalização da instrução pública e à influência das ideias liberais, procurando propiciar o ensino primário a todas as camadas da sociedade. Na Antiguidade, a escola desempenhava um papel importante, como destaca Saviani.

A partir dessa origem a instituição escolar se desenvolverá na Grécia como paidéia, enquanto educação dos homens livres, em oposição à duléia, que

implicava a educação dos escravos, fora da escola, no próprio processo de trabalho. Com a ruptura do modo de produção antigo (escravista), a ordem feudal vai gerar um tipo de escola distinto da paidéia grega. Diferentemente da educação ateniense e espartana, assim como da romana, em que o Estado desempenhava papel importante na organização da educação, na Idade Média as escolas trarão fortemente a marca da Igreja Católica. O modo de produção capitalista provocará decisivas mudanças na própria educação confessional e colocará em posição central o protagonismo do Estado, forjando a idéia da escola pública, universal, gratuita, leiga e obrigatória, cujas tentativas de realização passarão pelas mais diversas vicissitudes (SAVIANI, 2008, p. 01).

Vale ressaltar a Reforma Protestante e a Contra Reforma como movimentos pertinentes à formação de professores, mas com a Revolução Francesa concretiza-se a ideia de uma escola Normal, a cargo do Estado destinadas a formar professores leigos.

Os colégios jesuítas que perduraram de 1549 a 1759 influenciaram a primeira escola brasileira. No Brasil, desde a expulsão dos jesuítas, a escassez de professores era grande e as condições das escolas primárias eram deploráveis.

O Alvará de 6/11/1772 dizia:

I. Ordeno: que os exames dos mestres que forem feitos em Lisboa; quando não assistir o presidente se façam na presença de um deputado, com dois examinadores nomeados pelo dito presidente, dando os seus votos por escrito que o mesmo deputado assistente entregará com a informação do tribunal. Em Coimbra, Porto e Évora (onde só poderá haver exames) serão feitos na mesma conformidade por um comissário e dois examinadores, também nomeados pelo presidente da mesa; os quais remeterão a ela os seus pareceres, na sobredita forma; nas Capitânicas do Ultramar se farão exames na mesma conformidade. Sempre de tudo será livre aos opositores virem examinar-se em Lisboa, quando declararem que assim lhes convém.
II. Ordeno: que o sobredito provimento de mestres se mandem afixar editais nos reinos e seus domínios para a convocação dos opositores aos magistérios. E que assim se fique praticando no futuro em todos os casos de cadeiras (MOACYR, 1936, p. 24).

Pelo Alvará de 6/11/1772, regulamentavam-se os exames a que deviam ser submetidos os professores. Dessa forma, buscava-se selecionar os mais bem preparados para exercer a função. No período de 1759 a 1827, com a Reforma Pombalina e as “Aulas Régias”, ocorre a primeira tentativa de instauração de uma escola pública estatal e inspirada nas ideias iluministas.

A Lei de 15/10/1827 manda criar escolas de primeiras letras nas cidades, vilas e lugares mais populosos do Império, selecionando os mestres e dispensando as mulheres. A partir de 1820, as escolas de ensino mútuo preocupavam-se em preparar os professores, instruindo-os no domínio do método. Essa iniciativa foi a

primeira formação de professores exclusivamente prática.

O período de 1827 a 1890 foi de tentativa de organizar a educação como responsabilidade do poder público. Em 1823, um Decreto cria uma escola de primeiras letras pelo ensino mútuo para instrução das corporações militares. As primeiras escolas Normais seriam criadas pela reforma constitucional de 12/8/1834. Ao Governo Central, cabia se responsabilizar por todos os graus na capital e ensino superior em todo o país, enquanto às províncias cabia às instruções primária e secundária.

A Escola Normal da Província do Rio de Janeiro, primeira escola Normal, foi criada pela Lei de 15/10/1827, que apresentou influência europeia, sobretudo francesa, procurando atender aos interesses da elite da época que era a camada que tinha acesso à educação formal. A escola possuía um diretor que era também professor que apresentava um currículo voltado ao método lancasteriano ou método de Ensino Mútuo, com o objetivo de ensinar o maior número possível de alunos, baseado principalmente na memorização e repetição, esperando disciplinarização. A escola durou até 1849. A Lei Provincial 1127, de 4/2/1827, determinou a criação de outra Escola Normal na Capital da Província. As escolas Normais tinham um processo atribulado e incerto perpassado por criação e extinção.

É, a partir de 1870, que as ideias liberais e de expansão do acesso às instituições primárias ganham mais força e ampliam a democratização do ensino com a obrigatoriedade da instrução primária.

Diante das condições da organização curricular rudimentar, das deficiências didáticas, da falta de interesse da população pela profissão docente, dos salários não atrativos, as Escolas Normais vão subsistir apenas no final do Império. O insucesso das Escolas Normais levou o Governo a se amparar no modelo de inspiração austríaca e holandesa do “professor adjunto”, que era um auxiliar do professor, mas que estava na condição de aprendiz da profissão docente, e que foi introduzido na Província do Rio de Janeiro, pelo Regulamento de 14/12/1849.

Por volta de 1868/70, as transformações de ordem ideológica, política e cultural foram acompanhadas de intensa movimentação de ideias, como a obrigatoriedade da instrução elementar e a liberdade de ensino em todos os níveis. Tal preocupação buscava a popularização do ensino.

No Decreto 7247 de 19/4/1879, com a Reforma Leôncio de Carvalho, é

apresentada a autorização do subsídio das Escolas Normais por parte do Governo, porém ela não foi executada. As primeiras Escolas Normais eram restritas ao público masculino e gradativamente foi se ampliando a oportunidade ao público feminino, e as ideias da figura feminina como um prolongamento da figura maternal ganham força, tendo no magistério a única profissão que concilia as funções domésticas da mulher. Diante da baixa remuneração, a docência passa a ser a profissão mais procurada pelo público feminino.

A primeira proposta do Governo Central relativa às escolas de formação de professores dizia:

[...] no Decreto 7.247, de 19/4/1879 (Reforma Leôncio de Carvalho), o qual, contendo a primeira proposta do Poder Central relativamente às escolas de formação de professores, serviu de modelo a algumas províncias e mesmo à primeira escola normal pública que se instalou na Corte, em 1880 (TANURI, 2000, p.67).

Essas escolas de formação apresentavam um currículo abrangente com ensino religioso, enquanto o currículo era organizado em séries de matérias e não em anos. A formação pedagógica era reduzida, poucas traduções contribuíram para a falta de preparo das escolas formadoras, mas se percebe um despertar do Governo no que dizia respeito à necessidade de preparo regular do professor.

O período de 1890 a 1931 é marcado pela criação de escolas primárias e secundárias, nos estados, como forma de grupos escolares, tudo isso impulsionado pelas ideias iluministas.

O período republicano, inicialmente, não trouxe muitas mudanças. Com a Primeira Guerra e a percepção da influência nas escolas primárias, chegou-se a postular a centralização do sistema de formação de professores nos estados. “Organização e Uniformização do Ensino Normal no País” foram discutidas na “Conferência Interestadual de Ensino Primário” – convocada pelo Governo Federal em 1921. Diante dessa realidade, ocorreu um avanço no que diz respeito à formação de professores, principalmente no estado de São Paulo. Vários estados do Brasil se direcionavam ao estado de São Paulo para estudar a instrução de professores oferecida. A Reforma Paulista de 12/03/1890, baseada no Método Pestalozzi, foi disseminada. A reforma, iniciada na Escola Normal, foi estendida a todo o ensino público pela Lei n. 88, de 08/09/1892, alterada pela Lei n. 169, de

07/08/1893 (TANURI,2000).

Essa reforma atendia aos interesses das ideias da elite para o ensino público e a criação de um curso superior para a formação de Professores, mas nem todas as metas da Reforma foram atingidas, pois a Escola de Ensino Superior não foi instalada, dentre outros cursos propostos, como aponta Tanuri.

Com isso iniciava-se uma dualidade de escolas de formação de professores, o que foi de fundamental importância para que se pudesse expandir o sistema de formação de docentes em proporções significativas para a época e prover o ensino primário de pessoal habilitado. Transformadas as escolas complementares em escolas normais primárias(1911), e denominadas as de padrão mais elevado de 'normais secundárias', consolidou-se um dualismo (TANURI, 2000, p.69).

A dualidade de escolas de formação “normais primárias” e “normais secundárias” foi de fundamental importância para que se pudesse expandir o sistema de formação de docentes em proporções significativas para a época. Pela Lei 175 de 8/12/1920, ocorreu a unificação das Escolas Normais; pelo padrão das mais elevadas. Com a Lei Orgânica de 1946, estabeleciam-se dois níveis diferentes de escolas de formação, mas o estado de São Paulo mantinha um único tipo, o qual foi alcançado pelos outros estados pela Lei 5692/72. Com esse sistema, aumentaram-se os anos de formação, sendo dois anos em 1917 e três em 1920.

Na época da Primeira Guerra Mundial, ocorreu a influência do movimento escolanovista e, posteriormente, a divisão em Escolas Normais de Primeiro Grau, Escolas Normais de Segundo Grau e Cursos Normais Rurais. Destaca-se, na Reforma Mineira, uma Escola de Aperfeiçoamento Pedagógico, com dois anos a mais de continuação dos estudos profissionais, para professores em exercício com a influência de trabalhos europeus por Francisco Campos, bem como os estudos realizados por um grupo de professores. A reafirmação da dualidade nas escolas de formação e expansão de Escolas Normais responsáveis pela preparação docente, principalmente com iniciativas privadas e municipais, tentava compensar a escassez de estabelecimentos.

No estado de São Paulo, a equiparação de escolas de iniciativa municipal e particular ocorreu somente a partir da Lei 2.269 de 31/12/1927. Ampliaram-se as escolas privadas. O ponto de vista técnico para educação prevaleceu através de uma visão ingênua e tecnicista, tentando apresentar uma neutralidade dos

procedimentos didáticos.

O período de 1931 a 1961 apresentou um ideário pedagógico renovador destacado por Saviani:

[...](1931-1961) se define pela regulamentação, em âmbito nacional, das escolas superiores, secundárias e primárias, incorporando crescentemente o ideário pedagógico renovador; finalmente, no sexto período, que se estende de 1961 aos dias atuais, dá-se a unificação da regulamentação da educação nacional abrangendo a rede pública (municipal, estadual e federal) e a rede privada as quais, direta ou indiretamente, foram sendo moldadas segundo uma concepção produtivista de escola (SAVIANI, 2005, p. 12).

Com o Manifesto dos Pioneiros da Educação em 1932, um grupo de intelectuais que apresentavam uma visão inovadora contribuíram para a construção do manifesto que apresentou uma visão de escola. Foi redigido por Fernando de Azevedo, que, por algum tempo, se dedicava a pesquisas na área da educação, e assinado por 26 intelectuais, dentre eles Anísio Teixeira e Cecília Meireles. O documento representou um marco de renovação educacional no país. Defendia o estabelecimento de uma escola pública, única, laica, obrigatória e gratuita em contraposição à escola “tradicional e conservadora”. O Manifesto propunha uma política ampla e integradora para a educação, refletindo, assim, na formação dos professores.

Constata-se que até 1930 que as Instituições Escolares eram restritas a pequenos grupos e que a partir dessa data ocorre uma expansão no acesso escolar como demonstra citação a seguir:

Em contrapartida, a partir da década de 1930 a matrícula geral saltou de 2.238.773 alunos (ensino primário: 2.107.617; ensino médio: 108.305; ensino superior: 22.851) em 1933 para 44.708.589 (primário: 35.792.554; médio: 6.968.531; superior: 1.947.504) em 1998. (BRASIL, 2003, p. 106)

A Reforma realizada por Anísio Teixeira, por meio do Decreto 3.810 de 19/03/1932, procurava apresentar uma proposta de um curso preparatório para mestres, procurando ser, ao mesmo tempo, de cultura geral e cultura profissional. A separação feita anteriormente para o Curso Normal o dividia em dois ciclos: formação geral e profissional era criticado como um curso mal aparelhado, apresentando uma formação segmentada. Com o Decreto, foi ampliado o processo

de formação, dando início à Escola de Professores. A Escola de Professores, para Tanuri, oferecia cursos de especialização, de extensão e aperfeiçoamento.

Em 1935, a Escola de Professores foi incorporada à então criada Universidade do Distrito Federal, com o nome de Faculdade de Educação, passando a conceder a 'licença magistral' àqueles que obtivessem na universidade a 'licença cultural'. Em 1939, com a extinção da UDF e a anexação de seus cursos à Universidade do Brasil, a Escola voltava a ser integrada ao Instituto de Educação (TANURI, 2000, p.73).

No estado de São Paulo,

Da mesma forma que no Distrito Federal, a Escola Normal da Capital, com a denominação de Instituto de Educação 'Caetano de Campos', passa a ministrar em sua Escola de Professores: cursos de formação de professores primários, cursos de formação pedagógica para professores secundários, bem como cursos de especialização para diretores e inspetores (TANURI, 2000, p.73).

Pelo Decreto 5884 de 21/4/1933, definia-se o modelo progressivo que informaria a organização dos cursos de formação de professores. Essa lei apresentou ideias inovadoras da escola renovada, com adequação do currículo às características do meio social, observação direta, atividade do aluno e método analítico de desenvolvimento da leitura mais voltado à intuição e não apenas matérias escolares que apresentavam um fim em si, mas como um instrumento de ação, porém as dificuldades na implementação da lei eram evidentes.

À medida que a educação vai sendo vista como área técnica, surgem cursos para preparação de pessoal, principalmente nos primeiros anos da década de 1930. Em 1938, ocorreu a criação do INEP (Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos), um órgão que passou a contemplar as necessidades de qualificação de pessoal para a administração escolar, oferecendo cursos para diretores e inspetores comissionados pelo estado. Em 1939, surgiu o Curso de Pedagogia pelo Decreto 1.190 de 4/4/1939.

Posteriormente, a preocupação de preparar professores para atuar na zona rural defendia a ideia da criação de escolas rurais normais.

Pela I Conferência Nacional de Educação de 1941, as preocupações estavam, então, relacionadas a normas centrais que garantissem uma base comum aos sistemas estaduais de formação de professores. A Lei 8.530 de 2/1/1946

apresentou uma orientação menos centralizadora e pelo artigo 8º propunha dar uniformidade à formação de professores nos vários estados.

A formação de professores é nesse momento é identificada como uma “escola profissional” e não somente um curso. A Lei Orgânica em 1946 contribuiu para estabelecer um padrão uniformizante nas Escolas Normais, conforme destaca:

E em 1946, com a aprovação do Decreto conhecido como ‘Lei Orgânica do Ensino Normal’, este ensino foi estruturado em âmbito nacional, com um currículo que albergava uma disciplina denominada ‘história e filosofia da educação’.

A presença da história da educação nos currículos formativos trouxe a necessidade da elaboração de compêndios que viessem a subsidiar os trabalhos dos professores.(SAVIANI, 2008,p.06)

Vale destacar a reforma goiana em 1959, que criou um curso normal superior no Instituto de Educação da capital do estado, com duas séries, para formar professores.

No entanto, as críticas à formação de professores continuavam alegando despreparo dos ingressantes, regime didático pouco eficiente, cursos noturnos. O ideário escolanovista prevalece e a necessidade de modernização do ensino é presente e atinge a formação de professores, como destaca Tanuri, ao tratar da instrução de professores das escolas normais:

Assim, merece referência a atuação desenvolvida pelo Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar(PABAAE), de 1957 a 1965 – resultante de acordo entre o MEC/INEP e a USAID –, cujo objetivo prioritário foi inicialmente a instrução de professores das escolas normais, no âmbito das metodologias de ensino.(TANURI, 2000, p.78)

As inovações que ocorreram, em decorrência de tal Programa citado, apresentavam inovações no campo das metodologias das áreas de ensino com a influência norte-americana, adaptando-se às especificidades de nosso país. Os multiplicadores, ou seja, aqueles que implantariam as ideias eram os responsáveis por disseminar as ideias inovadoras. Esses multiplicadores eram os professores que atuavam nas escolas incumbidas da formação de professores primários, as Escolas Normais. Os professores procuravam respostas para os problemas do ensino primário no âmbito das questões técnicas e metodologias.

A Lei 4024 de 20/12/1961 não apresentou inovações significativas para o ensino Normal, registram-se, nesse momento, a descentralização e a flexibilização

curricular.

A partir do PARECER 251/62, apresentam-se os primeiros ensaios da preocupação com a formação superior para professores primários, prevendo a superação em nível médio. O PARECER 252/69 apresentou uma modificação curricular com a possibilidade dos formandos em Curso de Pedagogia exercerem o magistério, mesmo cursos de menor duração. Essas medidas contribuíram para as mudanças ocorridas nas décadas de 1980 e 1990 quanto à remodelação curricular e à preparação do professor que atua nas séries iniciais de escolaridade.

O contexto pós-1964 apresentou uma preocupação com a modernização da prática docente e a utilização de novas tecnologias de ensino e recursos audiovisuais, a fim de tornar a escola mais eficiente e produtiva. E, com o PARECER 252/1969, surge a formação dos especialistas.

A Lei 40424/61 trouxe uma reforma do ensino secundário e Normal realizada no estado de São Paulo em 1968, elevando a duração dos estudos para preparo dos professores em áreas específicas e disciplinas profissionalizantes. Mesmo diante das reformas apresentadas, a procura pelo Curso de Formação de Professores diminuiu e pesquisas posteriores apontaram uma deficiência na formação dos professores e descaracterização do Curso Normal como instância adequada para a formação de professores das séries iniciais.

A Lei 5692/71 criou a Habilitação Específica para o Magistério (HEM), momento em que desapareciam os Institutos de Educação e a formação de especialistas e professores passava a ser apenas no Curso Normal. A nova lei adotava um esquema integrado, flexível e progressivo de formação de professores, conforme demonstra Tanuri:

Assim, o artigo 29 estabelecia: 'a formação de professores e especialistas para o ensino de 1º e 2º grau será feita em níveis que se elevem progressivamente ajustando-se às diferenças culturais de cada região do país e com orientação que atenda aos objetivos específicos de cada grau, às características das disciplinas, áreas de estudo e às fases de desenvolvimento dos educandos'. Em tais circunstâncias, a Lei determinava como formação mínima para o exercício do magistério: a) no ensino de 1º grau, da 1ª a 4ª séries, habilitação específica de 2º grau, realizada no mínimo em três séries; b) no ensino de 1º grau, da 1ª a 8ª séries, habilitação específica de grau superior, representada por licenciatura de curta duração ;c) em todo o ensino de 1º e 2º graus, habilitação específica de nível superior, correspondente à licenciatura plena. (TANURI, 2000, p.80-81)

O PARECER 349/72 apresentou um fracionamento do Curso Normal em habilitações específicas em três ou quatro séries. No estado de São Paulo, a procura do magistério com pré-escola e aprofundamento dos estudos aumentou. Tal fragmentação do curso apresentava uma tendência tecnicista. Com a Habilitação Específica do Magistério, ocorreu, então, a redução da carga horária destinada às disciplinas pedagógicas.

O Normal descaracterizou-se em 1971, surgindo críticas na desarticulação entre o processo de formação e a realidade do ensino de Primeiro Grau, desprestígio social do Curso, inconsistência em matéria de conteúdo, inadequação dos docentes, dentre outros fatores.

Na década de 1980, muitos trabalhos procuravam situar a formação do professor no contexto sócio-histórico em que estava inserido, no intento de destacar os determinantes dessa formação e adequá-la à função da escola, bem como de contribuir para a formação de cidadãos críticos e competentes. Os fracassos dos modelos escolares, nesse momento, não são mais analisados, a partir de uma abordagem psicológica e tecnicista, mas apresenta uma abordagem sociológica.

Diante das condições de formação do professor, da desvalorização profissional, da queda nas matrículas, dentre outros fatores, surgiu um movimento para tentar sanar as dificuldades relacionadas a essas condições. Uma das medidas adotadas pelo MEC (Ministério da Educação) foi a criação do CEFAM (Centro de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério), elaborado em 1982 e implantado em 1983. O projeto do CEFAM tinha por objetivo propiciar centros de formação inicial e continuada para professores de educação pré-escolar e para o ensino das séries iniciais.

Vale destacar convênios realizados com o CENAFOR (Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal a Formação Profissional) instituído pelo Decreto-lei nº 616 de 9/6/1969 para a HEM – Habilitação Específica para o Magistério e que, sendo o CENAFOR extinto em 1986, não foi dada continuidade ao projeto, como aponta Tanuri.

Em São Paulo, por exemplo, a Secretaria desenvolveu uma série de ações de 1982 a 1988 (São Paulo, 1987), que culminou com a reforma da HEM (Del.CEE 30/87 e Res. SE 5/88), modificando-se a sua estrutura básica de conformidade com algumas medidas consensuais entre os

educadores.(TANURI, 2000, p.83)

Tais medidas da Secretaria buscavam propiciar condições para os professores, principalmente procurando resgatar a especificidade do curso de formação.

A ANFOPE –Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação, que representou um resultado do movimento de professores pela necessidade de uma formação profissional voltada para a docência como a base da identidade profissional e de todo profissional da educação na década de 1990, representou a crescente preocupação em torno da formação docente. Dentre as diretrizes da ANFOPE, podemos destacar a necessidade de repensar a estrutura das Faculdades e a estrutura dos cursos de formação de professores. Ressalta-se, também, a necessidade de tratar de forma integrada a formação de todos os profissionais da educação.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/96, no artigo 62, estabelecia que:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima no exercício do magistério na educação infantil e nos 5 (cinco) primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade normal (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013). (BRASIL, 1996)

O Programa PEC- Formação Universitária (SEE-SP/2001-2003) realizou um convênio promovido em 2001, entre a Secretaria Estadual da Educação de São Paulo e 3 universidades. O projeto oferecia curso superior a professores da rede pública de ensino que não possuíam esse nível de instrução, mas apenas o antigo Magistério. O objetivo era dar continuidade à formação de professores efetivos que não possuíam formação em nível superior e atuavam como PEB I (Professor de Educação Básica I – 1ª a 4ª série). O curso procurou atender as exigências da LDB 9394/96 que exigiam que todos os professores atuantes na rede pública estadual de ensino possuíssem o nível superior (1996-2006).

O curso foi oferecido num formato de 18 meses. As delegacias de ensino foram agrupadas por região denominadas polos, ficando definidos 19 polos. Cada um deles estava integrado a uma instituição de ensino superior, desenvolvendo

projetos específicos para cada região de acordo com sua delegacia de ensino. No projeto, foram utilizadas videoconferências, teleconferências e internet, os professores-alunos contaram com aulas presenciais com trabalhos monitorados, vivências educativas e oficinas culturais. As aulas eram ministradas por docentes da USP, UNESP, PUC/SP e possuíam um tutor para auxílio na realização das atividades. O projeto baseou-se no esquema ação-reflexão-ação procurando responder questões relacionadas às práticas dos educadores, assim como foram realizadas discussão e vivências sobre a relação professor-aluno com a finalidade de inserir o professor como sujeito no processo de capacitação, além de pesquisa sobre o ambiente de trabalho e experiências em sala de aula na tentativa de atender às necessidades locais.

Esse foi um momento em que o governo constatou a necessidade da formação continuada, mas, diante da realidade em que se encontravam os professores da rede pública, foi necessário oferecer curso superior, ou seja, Pedagogia, pois a maioria não possuía tal formação, mas somente o antigo Magistério. A preocupação do governo surge das pressões do trabalho e dos precários desempenhos escolares. A formação continuada nesse momento vem suprir as necessidades básicas da defasagem de formação inicial dos professores. Em 2002, foram formados sete mil professores pelo programa PEC.

Os cursos de formação continuada vão se ampliando e ganhando formatos diferentes, tornando-se mais acessíveis por conta do crescimento da modalidade a distância.

A (LDB) 2009 Lei 12056, 13 de outubro de 2009 nos apresenta:

Art. 62

§ 1º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério. (Incluído pela Lei nº 12.056, de 2009).

§ 2º A formação continuada e a capacitação dos profissionais de magistério poderão utilizar recursos e tecnologias de educação a distância. (Incluído pela Lei nº 12.056, de 2009).

§ 3º A formação inicial de profissionais de magistério dará preferência ao ensino presencial, subsidiariamente fazendo uso de recursos e tecnologias de educação a distância. (Incluído pela Lei nº 12.056, de 2009).

§ 4º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios adotarão mecanismos facilitadores de acesso e permanência em cursos de formação de docentes em nível superior para atuar na educação básica pública. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

§ 5º A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios incentivarão a

formação de profissionais do magistério para atuar na educação básica pública mediante programa institucional de bolsa de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de licenciatura, de graduação plena, nas instituições de educação superior. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

§ 6º O Ministério da Educação poderá estabelecer nota mínima em exame nacional aplicado aos concluintes do ensino médio como pré-requisito para o ingresso em cursos de graduação para formação de docentes, ouvido o Conselho Nacional de Educação - CNE. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

§ 7º (VETADO). (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

Art. 62-A. A formação dos profissionais a que se refere o inciso III do art. 61 far-se-á por meio de cursos de conteúdo técnico-pedagógico, em nível médio ou superior, incluindo habilitações tecnológicas. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

Parágrafo único. Garantir-se-á formação continuada para os profissionais a que se refere o caput, no local de trabalho ou em instituições de educação básica e superior, incluindo cursos de educação profissional, cursos superiores de graduação plena ou tecnológicos e de pós-graduação. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013) (BRASIL, 1996).

O parágrafo 1º aponta que a formação, tanto inicial quanto continuada, poderá ocorrer em colaboração entre instituições da União, dos Estados e dos Municípios. O parágrafo 2º potencializa o oferecimento de formação dos professores na modalidade a distância. Portanto, os cursos na modalidade a distância aumentaram e, com a comunicação síncrona por meio de *chats*, teleconferência, o diálogo e a comunicação foram propiciados. O decreto nº 2.494/98 definiu a Educação a Distância como uma modalidade de educação por autoaprendizagem e que esta se realizaria pelo aluno, a partir de estudos feitos com o apoio de recursos didáticos previamente estruturados. Nessa modalidade, o desafio está em desenvolver a capacidade de cada aluno, para atender às suas necessidades de aprendizagem. Em 1999, a comunicação assíncrona, por meio de fóruns, e-mails, correio eletrônico, fax em tempos diferentes, contribuiu para o desenvolvimento das atividades.

A partir de 2005, as instituições de ensino ampliam as ofertas de cursos de formação inicial e continuada na modalidade a distância. O modelo do programa da UAB – Universidade Aberta do Brasil teve sua inspiração na Lei nº 9394/96, sendo um sistema de consórcio entre universidades públicas e instituições particulares de ensino, credenciadas pelo MEC para ministrar cursos a distância, o que abrange as parceiras municipais que abrigam polos presenciais. Com a UAB, em 2006, amplia-se a acessibilidade da população, por conta da gratuidade dos cursos.

Segundo Castells, é de suma importância, portanto, ser docente nessa “Sociedade em Rede”, em que os sujeitos têm acesso a uma gama de informações

quase que instantaneamente e com as quais necessita organizar e se utilizar para a construção do conhecimento. Os usuários, muitas vezes, são criadores-autores. Diante desse contexto, a UNESCO apresentou, em 2009, diretrizes e políticas que priorizam o uso das tecnologias nos diferentes níveis educacionais, inclusive na formação docente. Esses documentos eram chamados “Padrões de Competência em TIC para Professores (ICT-CST)”. O documento integra três frentes: “Marco Político”, “Diretrizes de Implementação” e “Módulos de padrão de competências”. A criação de espaços formativos amplia-se, conforme destaca Gatti:

De acordo com a Unesco, os programas de formação e capacitação docente não estão sendo suficientes para responder às necessidades do desenvolvimento de competências vinculadas ao uso responsável e comprometido de diferentes TIC no contexto educacional. A nova realidade exige a criação de espaços formativos e de capacitação docente nos quais os professores possam desenvolver competências necessárias para capacitar os alunos para atuarem no mundo atual. Por esse motivo, e considerando a sua função social, na condição de formadores dessas e das novas gerações, os professores em atividade necessitam desenvolver competências que lhes possibilitem propiciar aos alunos oportunidades de aprendizagem a partir do uso de diferentes TIC. (GATTI, 2011, p. 112)

Um dos objetivos específicos da Unesco consiste em: expandir o desenvolvimento profissional dos docentes para melhorar suas habilidades em pedagogia, colaboração e liderança no desenvolvimento de escolas inovadoras, usando as TIC; harmonizar diferentes pontos de vista e nomenclaturas em relação ao uso das TIC na formação dos professores (UNESCO, 2009a,p.5).

O governo brasileiro desenvolveu programas e projetos para a inclusão digital e incentivo por meio da realização de ofertas de educação na modalidade a distância e programas e projetos vinculados a processos de formação docente. O professor precisa atribuir significado às novas formas de ensinar e aprender que se utiliza de diferentes modalidades educacionais, a fim de propiciar a emancipação cidadã, como discute Gatti.

É nessa perspectiva que diferentes tipos de organizações presentes na sociedade (governo ,instituições educacionais, empresas, ONGs), vinculadas tanto ao ensino formal quanto ao não formal, têm utilizado a EAD como forma de ampliar o acesso à educação/formação/capacitação para um número maior de sujeitos que se encontram dispersos no tempo e no espaço, buscando proporcionar-lhes o acesso à informação e a possibilidade de interação e de produção do conhecimento de forma flexível a qualquer tempo, independentemente dos limites impostos pelo espaço geográfico. (GATTI, 2011,p. 120)

Em 2009, a Portaria Normativa nº09 instituiu o Plano Nacional de Formação

de Professor da Educação Básica, no âmbito do Ministério da Educação. A Portaria define o Plano como uma ação conjunta entre o MEC e a CAPES-Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior para atender à formação inicial e continuada de professores das redes públicas de Educação Básica. A Portaria alega que a Participação das Instituições Públicas de Educação Superior (IPES) poderá ampliar as matrículas para atender às necessidades dos professores da rede pública de Educação Básica.

Ainda no ano de 2009, após as mudanças na lei apontadas anteriormente, ocorre um movimento maior para propiciar cursos de formação continuada aos professores, amplia-se a oferta e, para atender essas exigências, o MEC instituiu o PARFOR (Política Nacional de Formação dos Profissionais do Magistério da Educação Básica), por meio de um decreto nº 6755, com a finalidade de propiciar aos professores da rede pública cursos gratuitos e de qualidade para professores que não possuíam curso superior, procurando mais uma vez sanar as lacunas na formação do professor. Quanto à formação continuada, instituiu-se o Programa Rede Nacional de Formação Continuada de Professores de Educação Básica pelo MEC, que tinha como finalidade contribuir para a melhoria da formação do professor e da sua atuação em sala de aula juntamente com os alunos num trabalho de parceira com universidades, centros de pesquisa e desenvolvimento da educação.

Quanto ao estado de São Paulo, observamos o Decreto:

DECRETO Nº 56.460, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2010

Aprova o Regimento Interno da Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores do Estado de São Paulo – EFAP, criada pelo Decreto nº 54.297, de 5 de maio de 2009, e organizada pelo Decreto nº 55.717, de 19 de abril de 2009, e dá providências correlatas

ALBERTO GOLDMAN, GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no parágrafo único do artigo 13 do Decreto nº 55.717, de 19 de abril de 2010,

Decreta

‘Artigo 1º – Fica aprovado, na forma do Anexo que faz parte integrante deste decreto, o Regimento Interno da Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores do Estado de São Paulo ‘Paulo Renato Costa Souza’, criada pelo Decreto nº 54.297, de 5 de maio de 2009.’ (NR)

Artigo 2º – Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 30 de novembro de 2010

ALBERTO GOLDMAN (SÃO PAULO, 2010a).

A Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, com o objetivo de ampliar

o acesso à formação continuada de professores, estabeleceu a EFAP (Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Professores), regulamentada pelo regimento, conforme descrito no Anexo A.

Primeiramente, pela Lei 9394/96 com a instituição do curso superior para professores de 1ª a 4ª série (atualmente Ensino Fundamental I), observa-se um movimento do Governo para tentar propiciar o acesso ao curso superior para professores da rede pública estadual do estado de São Paulo com o oferecimento do PEC e a formação de sete mil professores em 2002. Num segundo momento, a partir da ampliação da possibilidade de formação continuada na modalidade a distância, amplia-se o oferecimento de cursos e o acesso a cursos de formação continuada, principalmente, na modalidade a distância.

Diante do histórico da formação de professores no Brasil, é possível constatar que a necessidade da formação continuada, inicialmente, representou programas compensatórios da formação inicial do professor e não um aprofundamento e reflexão de sua prática pedagógica. Uma ação política consciente de acompanhamento e profissionalização é de suma importância para o aprimoramento docente. A partir dessa preocupação, os cursos de formação continuada foram oferecidos pela Secretaria da Educação no formato presencial, o que representou alguns entraves na ação docente e, com a criação da EFAP em 2009, a oferta ampliou-se no formato a distância.

2.2 A modalidade presencial

A preocupação pela formação continuada dos professores ocorreu nos últimos anos, por volta da década de 1990, e principalmente após a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/96. Gradativamente, notou-se a necessidade de aprimorar tal formação e ampliar o acesso de professores a cursos de formação. Mesmo diante de tal preocupação, os resultados no processo de aprendizagem diante de avaliações do processo ainda não se apresentavam satisfatórios.

A formação de professores de Educação Infantil ocorria apenas com o antigo Magistério, que era equivalente ao antigo segundo grau, atualmente considerado Ensino Médio. Diante da realidade educacional e das dificuldades apresentadas quanto a tal formação, a Lei de Diretrizes e Bases passou a exigir o Ensino Superior

para professores de Educação Infantil, o que foi estabelecido pela Lei nº 9394/96. A preocupação mostra a necessidade de aprimorar a formação do professor, mas como uma formação compensatória que se apresentou como uma forma de sanar as lacunas presentes na formação inicial.

O Ministério da Educação criou a Rede Nacional de Formação Continuada de Professores da Educação Básica em 2005, na qual integrava centros de pesquisa de várias universidades na tentativa de minimizar a distância da Universidade e a formação dos docentes em atuação nas salas de aula. Muitos desses cursos eram destinados a professores em serviço. As ações avançaram com a expansão do Plano de Ações Articuladas (PAR) por meio de programas de formação continuada por todo o Brasil, muitos pelos Centros de Rede Nacional, tais como o Pró-Infantil (destinado a professores da educação infantil), o Pró-Letramento (voltado a docentes dos anos iniciais do Ensino Fundamental) e o Programa que atende a docentes de Língua Portuguesa e Matemática do 6º ao 9º anos do Ensino Fundamental.

Boa parte dos trabalhos sobre formação continuada de professores no Brasil apontam para a prática pedagógica dos professores, no sentido até mesmo de orientar a prática em sala de aula e, principalmente, a relação dos cursos com a prática docente.

A Secretaria da Educação do Estado de São Paulo organizou os Programas e cursos de formação continuada pelo Decreto nº 56.460, de 30 de novembro de 2010 da seguinte forma:

SEÇÃO IV

Da Organização Didática

SUBSEÇÃO I

Dos Programas e Cursos

Artigo 10 – Os programas e cursos desenvolvidos pela Secretaria poderão ser presenciais ou à distância.

§ 1º – Entende-se por curso presencial, o que ocorre inteiramente com a presença dos participantes e do professor em local específico (SÃO PAULO, 2010a).

As políticas públicas voltadas à formação continuada dos professores, muitas vezes, têm sido criticadas por apresentar cursos que não condizem com a realidade da sala de aula. O grupo que contribui para a formulação das políticas de educação não tem em sua equipe professores que estão atuando em sala; ou seja, não possuem professores que estejam no momento da elaboração atuando como

professores da rede pública de ensino na Educação Básica, dessa forma, a ausência dos professores na formulação das políticas leva a alguns problemas. É necessário que a equipe de elaboradores tenha em sua composição pelo menos um professor que esteja naquele momento atuando como professor da educação básica pública de ensino e que esteja vivenciando a realidade de sala de aula e sua gestão que a cada ano é dinâmica e repleta de mudanças e desafios.

Dentre os problemas enfrentados, podemos destacar que a implantação dessas políticas, muitas vezes, é realizada por uma equipe que não consegue atribuir sentido às políticas desenvolvidas que estão implantadas.

Diante dessa realidade, os projetos de formação continuada desenvolvidos passaram a focar o professor enquanto protagonista do processo de formação, tendo como base, principalmente, oficinas de reflexão sobre a prática e formação centrada no fortalecimento institucional.

Diante da necessidade de aprimorar a formação de professores, notou-se que a pesquisa necessita ser uma realidade do cotidiano do professor e, diante das mudanças e do ritmo em que acontece, o professor precisa apresentar um espírito investigativo e reflexivo. Vários programas de formação continuada não produziram os efeitos esperados, pois havia a dificuldade da formação em massa, ausência da participação dos professores na definição de políticas de formação docente, pouco envolvimento dos professores e cursos descontextualizados. Era necessário trabalhar as informações procurando indagá-las, analisá-las, contextualizá-las, atribuindo sentido aos conteúdos desenvolvidos e, conseqüentemente, propiciando maior envolvimento de alunos e professores. E a partir de cada realidade, repensar a organização dos currículos, os ciclos de aprendizagens e a interdisciplinaridade.

A formação continuada pode ser uma política de valorização do desenvolvimento pessoal profissional dos professores e das instituições escolares. O professor, antes, precisa acreditar no projeto de educação e na capacidade do aluno e que os cursos de formação continuada contribuem para esse fim. Já os cursos oferecidos aos professores necessitam focar a identidade do professor e o seu autoconhecimento.

A formação continuada de professores esteve, por muito tempo, voltada a ações presenciais, uma formação presencial, tendo a maioria dos professores em

curso presenciais. Hoje em dia, ainda existem vários cursos no formato presencial, embora em menor quantidade. Os professores da rede pública de ensino do Estado de São Paulo eram convocados pelas delegacias de ensino para realizar cursos. Gatti faz menção à participação de profissionais em cursos:

Segundo dados do Censo de Profissionais do Magistério da Educação Básica de 2003 analisados por Catrib et al.(2008), 701.516 desses profissionais, de um total de 1.542.878, participaram de alguma atividade ou curso, presencial, semipresencial ou a distância, nos dois anos anteriores, oferecidos quer por instituições governamentais, no âmbito dos entes federados, União, estados ou municípios, quer por instituições de ensino superior de caráter público ou privado, quer por ONGs, sindicatos, ou ainda pelas próprias escolas (GATTI, 2009, p.199).

A seguir são apresentados, alguns cursos oferecidos pela Secretaria da Educação do estado de São Paulo na modalidade presencial.

Um Projeto de Reorganização da Trajetória Escolar foi o Classes de Aceleração, entre 1996 e 1998, com o objetivo de preparar os professores, para a atuação docente com práticas estimulantes e capazes de sanar as lacunas e corrigir as defasagens idade-série de alunos repetentes do ciclo básico até a 4ª série do Ensino Fundamental. A formação aconteceu no formato de cinco encontros anuais com 24 horas de trabalho cada um, num total de 120 horas de capacitação. Os participantes eram desde docentes até coordenadores pedagógicos no intuito de difundir as ideias e buscar sanar as necessidades pedagógicas dos alunos. As avaliações do programa foram positivas tanto quanto a prática docente como em relação ao desenvolvimento dos alunos. A seleção e preparação do grupo de capacitadores foi um dos aspectos de destaque na implantação desse programa. O envolvimento das escolas no processo e não apenas dos professores individualmente também pode ser considerado outro fator importante. Embora o Programa tenha apresentado em sua implantação certo êxito, a difusão de novas práticas pedagógicas não ocorreu.

Entre os anos de 2003 e 2006 foi implantado no Estado de São Paulo o Programa de Formação de Professores Letra e Vida, organizado em três módulos com duração de aproximadamente um semestre cada um. Os encontros eram semanais e presenciais de três horas. A coordenação do Programa acompanhava os professores formadores em encontros com duração de oito horas quinzenais. Os

formadores deveriam acompanhar as atividades incentivando discussões, orientando as atividades, assistindo os vídeos e discutindo-os, ao final de cada módulo, realizando uma avaliação.

Vide Anexo B a organização do Programa “A Teia do Saber”, versão 2005.

O objetivo da “Teia do saber” era propiciar, aos professores, fundamentação teórica aliada à prática de ensino; contribuir para que eles se mantivessem atualizados quanto a novas metodologias de ensino; inserção dos professores frente a novas tecnologias e discussão sobre vivências em sala de aula. As ações respeitavam as diretorias de ensino e suas peculiaridades.

Os professores eram convocados por área de conhecimento, a exemplo da “Teia do Saber”, do “Circuito Gestão”, dentre outros. Alguns docentes eram selecionados por interesse para realização dos cursos, muitos eram convocados e por área, em outros, apenas a equipe gestora era convocada para realização dos cursos e, posteriormente, repassava as informações.

Outro Programa de formação é o “Ler e Aprender”, que implantado em 2007 teve como objetivo propiciar formação, acompanhamento, elaboração e distribuição de materiais pedagógicos que contribuam para a melhoria da qualidade de ensino e garantiam a alfabetização a todas as crianças com até oito anos de idade na rede de ensino. Estes eram os objetivos do Programa:

Os principais objetivos do Ler e Escrever são:

- apoiar o Professor Coordenador em seu papel de formador de professores dentro da escola;
- apoiar os professores regentes na complexa ação pedagógica de garantir aprendizagem de leitura e escrita a todos os alunos, até o final da 2ª série do Ciclo I / EF;
- criar condições institucionais adequadas para mudanças em sala de aula, recuperando a dimensão pedagógica da gestão;
- comprometer as Universidades com o ensino público.
- possibilitar a futuros profissionais da Educação (estudantes decursos de Pedagogia e Letras), experiências e conhecimentos necessários sobre a natureza da função docente, no processo de alfabetização de alunos do Ciclo I / EF (SÃO PAULO, 2010b).

Para a implantação do Programa, a Secretaria da Educação realizava encontros sistemáticos com os envolvidos: Gestores (Supervisores, Professores Coordenadores, Professores Coordenadores das Oficinas Pedagógicas, Diretores e os Professores que estavam atuando em sala de aula). O envolvimento de toda a

equipe foi de extrema importância para que a implantação do Programa ocorresse de forma eficaz com o objetivo de aperfeiçoar a prática didática de alfabetização, proporcionando materiais diversificados e específicos e uma organização administrativa e curricular diferenciada.

O Programa contava também com o Bolsa Alfabetização, com um Aluno Pesquisador, ou seja, um estudante de Pedagogia ou Letras que auxiliava o professor titular, contribuindo para melhor atendimento dos alunos e uma aproximação entre o ambiente acadêmico e a escola.

Vide Anexo C – Algumas Ações desenvolvidas desde 2008, quanto ao Programa citado anteriormente.

O projeto contribuiu para a melhoria de índices de desempenho dos alunos em avaliações externas que se refletiram no IDESP (Índice de Desempenho do Estado de São Paulo).

A formação continuada presencial apresenta alguns problemas, tais como: a retirada do professor da sala de aula e sua substituição por outro que não está acompanhando o processo de aprendizagem, o que pode representar um entrave ao processo em sala de aula; dificuldade em reunir as turmas das mesmas disciplinas com a finalidade de trocas de experiências e em reunir todos os docentes da escola com a finalidade de trocas interdisciplinares. Uma preocupação da Secretaria diz respeito a programas concomitantes, pois, na gana de propiciar cursos de formação, ampliam as ofertas de cursos podendo gerar a fragmentação da formação continuada oferecida aos professores.

Mesmo diante dos entraves apresentados, a modalidade presencial atrai a participação dos professores, mesmo quando convidados a participar fora de seu horário de trabalho. Quando ocorre remuneração direta pela formação, certificados e pontos para a atribuição, a procura também aumenta. Uma vez que boa parte do professorado estudou em cursos presenciais a maioria dos professores tem preferência pelos cursos presenciais que se aproximam de sua formação. Até mesmo porque os cursos on line oferecidos pela EFAP se aproximam da educação a distância conceito que será discutido posteriormente e que contribuem para a sensação de isolamento. O professor se sente sozinho, muitas vezes e a interação é muito pequena. Todavia, muitos professores dobram sua jornada ficando impossibilitados

de realizar formação presencial.

Contudo, as Diretorias de Ensino atualmente ainda oferecem cursos na modalidade presencial. Mas, diante da dificuldade de acomodar uma grande quantidade de professores e atendê-los ao mesmo tempo, a impossibilidade de muitos professores participarem por necessitarem dobrar sua jornada em outra escola, dentre outros fatores, a modalidade a distância foi ampliada, o que será discutido no próximo item.

2.3 A Educação a Distância/ Educação Online

Como Educação a Distância, no contexto que iremos discutir entende-se o processo ensino-aprendizagem que se utiliza das Tecnologias de Informação e Comunicação, levando em consideração que, para o professor-aluno estudar a distância, ele precisa ter acesso regular a um computador num curso que utiliza a internet, noções básicas de navegação, noções básicas do uso de ferramentas do sistema utilizado pela instituição de ensino, conhecimento para enviar e-mails e ter um ambiente adequado de estudo que contribua para sua concentração. É discutida a Educação a Distância (online) na formação continuada dos professores, o professor-aluno e seu envolvimento no processo de formação. A seguir, Gatti apresenta o conceito de Educação a Distância, segundo a Secretaria de Educação a Distância:

No Brasil, a Secretaria de Educação a Distância – Seed, criada pelo MEC, definiu no Decreto n. 5622 de 19 de dezembro de 2005 que regulamentou o artigo 80 da Lei n. 9.394/96 (LDB), apontava a Educação a Distância como [...] a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos. (GATTI, 2011, p. 121)

Vale esclarecer os termos “Educação a Distância” e “Educação online”. A Educação a Distância está relacionada ao conceito citado anteriormente, mas o termo mais adequado tem sido Educação online, pois a Educação a Distância causa a impressão de distanciamento total num modelo unidirecional, linear, fechado e com conteúdos predefinidos, textos audiovisuais e multimídias, em que o aluno é apenas leitor dos conteúdos apresentados. Nesse modelo, o entendimento é de que

as pessoas não se encontram e têm pouca interatividade. A Educação online, por sua vez, carrega um conceito mais voltado à busca de um ambiente que propicie maior interatividade, no qual os conteúdos são predefinidos, mas, ao mesmo tempo, redefinidos de forma colaborativa no processo de aprendizagem mediante o uso de hipertextos, fóruns, chats. O processo de coautoria minimiza a sensação de distanciamento para que o aluno não se sinta solitário. O tutor alimenta a comunicação e provoca discussões. O ambiente torna-se um espaço de formação e não apenas de instrução. A Educação a Distância carrega o conceito apenas instrucional, enquanto a Educação online apresenta um intuito de interatividade, colaboratividade em ambientes síncronos e assíncronos.

Neste trabalho, discute-se a formação continuada dos professores na modalidade a distância (online), na qual o docente é o profissional vinculado a uma Instituição e responsável por uma disciplina, enquanto o tutor é o indivíduo que realiza a mediação do processo pedagógico. Essa questão é um tanto quanto delicada na Educação online, pois um tutor necessita de algumas atribuições da docência e das especificidades de determinadas disciplinas ministradas nos cursos. É necessário que os docentes sejam capazes de se organizar utilizando tecnologias e explorando suas potencialidades. O tutor dos cursos online necessita de um preparo amplo na disciplina ministrada, das ações pedagógicas necessárias e fluência tecnológica digital para atuar como mediador no processo da aprendizagem. A educação online, para Silva, necessita ser apreendida em sua amplitude.

A educação online não é uma evolução da EAD feita à base de mídia de massa (impresso, rádio e TV). Ela emerge como um fenômeno da cibercultura, portanto em outro paradigma comunicacional. Compreendida como modalidade educacional potencializada pelas tecnologias digitais ou ainda como o conjunto de ações de ensino e aprendizagem que são desenvolvidas através de meios telemáticos, como a internet, a especificidade da educação online encontra-se no fato de utilizar tecnologias que permitem novas formas de interação tanto com conteúdos informativos quanto entre as pessoas. Assim, à medida que se conhecem ambientes online de aprendizagem, percebe-se que além da informação existem à disposição recursos que possibilitam a interlocução entre seus frequentadores. (SILVA, 2007,p.83)

Portanto, a Educação online deveria apresentar uma mentalidade de busca de um ambiente de aprendizagem interativo e de coautoria e não apenas um ambiente de mera transmissão do conhecimento como ocorria na dita EAD (Educação a Distância).

Dessa forma, podemos dizer que a formação continuada seria um processo dinâmico, por meio do qual, ao longo do tempo, um profissional vai adequando sua formação às exigências de sua atuação profissional.

Para compreender o contexto estudado, é necessário perceber que estamos inseridos numa sociedade que precisa saber utilizar as tecnologias, explorando suas potencialidades. Para Pierre Lévy, o computador pode ser visto como um dispositivo pelo qual conhecemos o mundo. Logo, o professor necessita se apropriar dessa forma de comunicação. Vale ressaltar que, embora possamos perceber os avanços tecnológicos, nem todos têm acesso às mudanças tecnológicas (LÉVY, 2010). Nesse sentido, em 2008, o governo do estado de São Paulo realizou parcerias com empresas procurando propiciar acesso a computadores aos professores da Educação Básica da rede pública.

Lévy discute e aponta três momentos da história da humanidade que representaram formas de comunicação diversas, tais como: a oralidade, a escrita e a informática. A cada forma de comunicação uma mensagem é decodificada pelo receptor dentro de seu contexto. O ato de comunicação é que dá sentido às mensagens. Uma mensagem é interpretada de forma diferente na oralidade e na escrita. Tanto na oralidade, quanto na forma escrita, é possível constatar certos inconvenientes. Cada momento histórico incorporou uma forma de comunicação e a representação das mensagens era e é transmitida por essas formas. Uma mensagem falada é decodificada pelo receptor de forma diferente da mensagem escrita e da mensagem digital. Portanto, na era da informática na qual estamos inseridos, é importante que os professores se apropriem da forma de comunicação informatizada, a fim de se utilizar desses mecanismos em sala de aula, contribuindo na construção de uma educação de qualidade (LÉVY, 2010).

Um exemplo seriam os *groupwares* e *softwares*, que apoiam o trabalho em grupo, tais como e-mail, chats, agenda corporativa, ajudando o interlocutor a situar-se de forma lógica nas discussões, pois oferecem uma representação gráfica da rede de argumentos e diálogo cooperativo, como destaca Lévy.

Porque transforma os ritmos e as modalidades da comunicação, as mutações das técnicas de transmissão e de tratamento das mensagens contribuem para redefinir as organizações. São lances decisivos, 'metalances', se podemos falar assim, no jogo da interpretação e da construção da realidade. (LÉVY, 2010, p. 23)

Dessa forma, a Educação a Distância (online) foi crescendo e ampliando oportunidades. Sua acessibilidade e flexibilidade de tempo e espaço, sua multiplicidade na disposição e nas estratégias de conteúdo contribuem para seu crescimento. A flexibilidade de horário de estudo propicia ao professor-aluno escolher o ambiente de estudo e a disponibilidade mental adequada para o desenvolvimento de suas atividades, contribuindo para o melhor aproveitamento na construção do conhecimento. Em alguns formatos, os alunos que estudavam a distância recebiam o material via correio (material impresso, CDs) para realização das atividades e as orientações aconteciam pela internet, telefone, videoconferência, chats, fóruns, videoaulas para auxiliar os alunos. Esse formato era apenas instrucional, fechado e predefinido, no qual os alunos eram apenas leitores dos materiais a que tinham acesso. O professor do curso a distância (online) precisa ser um gestor, facilitador do processo, um incentivador. O professor ou tutor deve acompanhar o percurso feito pelo professor-aluno, sabendo como estuda, as suas dificuldades, quando busca orientação, o seu relacionamento com os colegas, a realização das atividades, supervisionando e dirigindo o processo de ensino-aprendizagem. A modalidade a distância (online) pode contribuir para o acompanhamento individual do aluno, mas apresenta diversos entraves.

Na Educação a Distância (online), o professor-aluno pode discernir o momento adequado para a construção do conhecimento, não na quantidade de horas de estudo, mas no melhor aproveitamento para o aprendizado. A mente funciona através de associações e a utilização do hipertexto contribui para que o professor-aluno possa navegar e explorar todos os recursos disponíveis. Segundo Lévy (2010), os sistemas cognitivos humanos podem transferir ao computador a tarefa de construir e de manter em dia representações que eles antes deviam elaborar com fracos recursos de sua memória de trabalho, ou aqueles estáticos e rudimentares do lápis e papel.

A comunicação digital acontece de forma simultânea, muitas vezes, numa espécie de leitura-escrita coletiva, expandida, possibilitando uma ampliação da rede de comunicação. Portanto, sobre a utilização dos computadores e todas as implicações de sua utilização, Douglas Engelbart, diretor do *Augmentation Research Center* (ARC) do *Stanford Research Institute*, tinha imaginado programas para a

comunicação e trabalhos coletivos. Algumas ideias dele foram postas em prática e comercializadas pela *Xerox*, *Apple* e também pela *Sun Microsystems* em meados da década de 1980. A utilização de determinados aplicativos contribuía para que o usuário explorasse as diversas possibilidades e desenvolvesse sua capacidade cognitiva na utilização da máquina. Assim, ele conseguia ver no computador um instrumento adequado para o funcionamento em grupo. Lévy enfatiza a necessidade de o computador ter um significado para seu usuário:

O princípio que acabamos de enunciar, assim como a crença na necessidade de uma comunicação com o computador que fosse intuitiva, metafórica e sensório-motora, em vez de abstrata, rigidamente codificada e desprovida de sentido para o usuário, contribuíram para 'humanizar a máquina' (LÉVY, 2010, p. 52).

Lévy considera, portanto, que suas tecnologias intelectuais, as linguagens, os agenciamentos de mídias contribuem na maneira de pensar e no funcionamento de uma sociedade. Logo, para contribuir no desenvolvimento de todas as potencialidades de determinada sociedade, é necessário se utilizar das mídias, linguagens próprias desse contexto. Na sociedade onde o aluno já se apropriou da utilização das tecnologias digitais em seu dia a dia, o professor necessita também se apropriar de suas linguagens, a fim de utilizá-las em seu ambiente de construção da aprendizagem.

De acordo com Lévy (2010, p. 68), "algumas universidades americanas estão experimentando sistemas de hipertexto que permitem aos professores e aos estudantes dividir o conjunto de um corpus de documentos pertinentes".

Diante dessa realidade, alguns entraves podem ser levantados na modalidade a distância (online), como por exemplo: a necessidade de disciplina para realizar as atividades diante dos prazos apresentados pelos professores ou tutores, manter certa estabilidade, ou seja, certa periodicidade nos estudos. A flexibilidade de tempo e espaço propiciado ao professor-aluno no curso a distância (online) não o isenta da responsabilidade no cumprimento das atividades. O professor-aluno desenvolve sua maneira de estudar de forma autônoma, discernindo seu ritmo e estilo de estudo e aprendizagem. Tal autonomia deve ser entendida como condições de tomar decisões e não autossuficiência. Aos poucos, o professor-aluno nota o momento que necessita se aprofundar em determinado assunto com pesquisas, informações

complementares ou discussão, bem como o momento que necessita descansar, refletir, avançar. Mas muitos professores em formação não desenvolvem a autonomia necessária para dar continuidade aos seus cursos de formação continuada.

Segundo Lévy (2010), a escrita é uma representação de diversos códigos, ou seja, símbolos que foram estabelecidos e que nos permitem ver o mundo a partir desses significados criados em nossas mentes. Talvez, por isso, utilizemos a metáfora, que são modelos concretos para nos auxiliar nessas representações. Os modelos mentais criados a longo prazo em nossa mente são aqueles que mais utilizamos. São, portanto, mais fáceis de serem acessados. Logo, uma grande quantidade dos professores que estão na rede pública de ensino do estado de São Paulo atualmente apresentam modelos mentais voltados mais à utilização da escrita do que à utilização da comunicação digital. Desse modo, os professores podem apresentar maior tendência a utilizar modelos mentais voltados à escrita, pois são modelos que foram construídos a longo prazo, diferente do modelo digital que ainda está em construção, como discute Lévy:

Supõe-se que a memória declarativa de longo prazo é armazenada em uma única e imensa rede associativa, cujos elementos difeririam somente quanto a seu conteúdo informacional e quanto à força e número das associações que os conectam.
Quais são as melhores estratégias para armazenar informações na memória de longo prazo e encontrá-las quando precisarmos, talvez anos mais tarde? Muitas experiências em psicologia cognitiva parecem mostrar que a repetição, neste caso, não ajuda muito, ou ao menos que esta não é a estratégia mais eficiente (LÉVY, 2010, p. 79).

Os professores, em geral, que estudam a distância (online) sentem-se motivados quando veem no curso uma oportunidade de melhoria em sua carreira. A flexibilidade propiciada pelo curso a distância (online) contribui para seu sucesso, pois, diante da carga horária de trabalho dos professores, muitas vezes, eles se veem impossibilitados de frequentar um curso presencial; ao lado disso, estão também as questões apontadas anteriormente no que se refere à modalidade presencial. Na modalidade a distância (online), o professor pode realizar o curso à noite, em sua casa e até mesmo no trabalho em tempos disponíveis, principalmente em ATPCs (Atividades de Trabalho Pedagógico Coletivo), discutindo com colegas e esclarecendo dúvidas. O envolvimento do professor no curso torna-se maior quando

ele se envolve no processo de aprendizagem e a formação faz parte de seu projeto de vida. De acordo com Moran, os cursos a distância serão ampliados: “Não se falará daqui a dez ou quinze anos em cursos presenciais e cursos a distância. Os cursos serão extremamente flexíveis no tempo, no espaço, na metodologia, na gestão de tecnologias, na avaliação” (MORAN, 2005, p.2).

Segundo Lévy (2010), lembramo-nos melhor, por exemplo, daquilo que pesquisamos ou da informação que resultou de um esforço ativo de interpretação. A implicação emocional das pessoas frente aos itens a lembrar irá igualmente modificar, de forma drástica, suas performances mnemônicas. Quanto mais estivermos pessoalmente envolvidos com uma informação, mais fácil será lembrá-la.

No espaço digital é, portanto, necessário respeito mútuo, solidariedade interna, colaboração e cooperação. A sensação de presença e convivência no espaço digital é muito importante, pois é possível estar num ambiente presente fisicamente, mas não conviver. Vários jogos e programas se utilizam de avatares, em que o indivíduo se percebe no meio digital representado por personagem, o que lhe causa a sensação de convivência, ou seja, um “eu digital virtual”. Castells destaca a importância da utilização desse meio digital:

[...]a tecnologia não determina a sociedade. Nem a sociedade escreve o curso da transformação tecnológica [...] o resultado final depende de um complexo padrão interativo [...]. A tecnologia é a sociedade, e a sociedade não pode ser entendida ou representada sem suas ferramentas tecnológicas (CASTELLS, 1999, p. 25).

A concepção de educação atualmente necessita ser repensada e a formação precisa ser vista como um processo que acontece ao longo da vida, de forma interativa e pode ocorrerem qualquer lugar, em qualquer momento, uma vez que a construção do conhecimento é contínua. Dessa forma, é necessário que o professor tenha experiência digital para que tal construção ocorra. Assim, Gatti destaca a importância da Educação Digital:

Em pesquisas desenvolvidas por Schlemmer (2000, 2001a, 2001b, 2002, 2005, 2008, 2009), Schlemmer et.al.(2005,2006) e Schlemmer e Trein (2009a, 2009b,2009c) as autoras ressaltam: para que o professor desenvolva as competências vinculadas à ‘Educação Digital’, é fundamental que experiencie um processo de ‘Educação Digital’; vivencie no seu processo formativo o uso de diferentes TD...(GATTI, 2011,p. 128)

O professor-aluno que estuda a distância (online) necessita de planejamento, disciplina nos estudos, ele pode usufruir da flexibilidade, mas necessita se organizar para que realize as atividades a contento. A organização do professor-aluno torna-se fundamental para que cumpra com os objetivos do curso, como também seus objetivos pessoais. Muitos professores estipulam horários para realização das atividades na Sala de Aula Virtual, os ditos AVAs (Ambiente Virtual de Aprendizagem), muitos imprimem o material para estudo em lugares diversos: dentro de ônibus, filas de espera, almoço, dentre outros. Dessa forma, o professor-aluno constrói o seu lugar de aprendizagem, o que envolve responsabilidade, conscientizando-se da importância de sua participação, pois é ele quem gerencia seu tempo, seu ritmo e horário de estudo. A noção de tempo é relativa para cada momento histórico. Nas sociedades orais, a noção de tempo era cíclica. Nada era transmitido sem que fosse observado, escutado, repetido, imitado, atuado pelas próprias pessoas ou comunidades. Portanto, dramatização, personalização, artifícios narrativos, cantos, danças, rituais, narrativas tinham função mnemotécnicas. As culturas escritas, por sua vez, têm a tendência a pensar por categorias. O pensamento lógico corresponde a um estrato cultural ligado à escrita e ao tipo de aprendizagem que corresponde a ela, ou seja, o pensamento racional ou crítico desenvolve-se ao relacionar-se à escrita. A escrita não é apenas um modo de expressão, ela carrega símbolos que permitem que determinada mensagem faça sentido para o interlocutor.

A era da informática, com a utilização do computador, que possui uma infinidade de dispositivos e programas que se interfaceiam, não possui identidade estável, ou seja, está sempre aberta a novas conexões que se modificam em ritmo acelerado. A utilização de ícones, sons, imagens, textos, programas, possibilita uma multiplicidade de conexões que aceleram as produções.

Por exemplo, estúdios musicais que reúnem todas as funções musicais: composição, execução e processamento em estúdio multicanal. Outros exemplos são sistemas inteligentes de gerenciamento de banco de dados, módulos de compreensão de linguagem natural, telas, ícones, botões, menus, dispositivos a se conectar. A nova escrita hipertextual ou multimídia exigirá uma equipe de autores e trabalho coletivo. Atualmente, é necessário estabelecer novas tecnologias da inteligência. Os vários benefícios de terminais inteligentes têm crescido

grandemente, representando as mudanças em ritmo acelerado e a minimização das fronteiras. A noção de tempo na era informatizada é tempo pontual, real, dinâmico. Um exemplo apontado por Lévy demonstra tais mudanças que podem ocorrer como jornais audiovisuais:

Obteríamos algo como jornais audiovisuais inteiramente personalizados, diferentes para cada um de acordo com seus interesses e escolhas. Certas tendências atuais de segmentação do público, de dessincronização das escutas, e de personalização das interfaces informáticas teriam, assim, sido levadas às últimas consequências. (LÉVY, 2010, p.112)

As discussões em *chats* e fóruns contribuem para instigar o professor-aluno na busca de informações, pesquisa, desenvolvendo no professor o espírito investigativo que é um requisito importante na formação do professor. Os vídeos, as leituras propostas, as discussões ampliam seu conhecimento, podendo o professor-aluno utilizar a web para pesquisas diversas por meio de enciclopédias virtuais, livros baixados, discussões, blogs e indicação de bibliografias sobre determinado conteúdo apresentado.

Como a noção de tempo, na era da informática, ocorre em tempo real, é necessário que o docente reorganize seu tempo e agenciamentos cognitivos pessoais com a finalidade de estar sempre conectado às mudanças. O momento histórico que estamos exige mais velocidade na informação e a informática parece trazer um novo destino à escrita.

Na construção da pesquisa, o professor-aluno necessita de cuidados na seleção de conteúdos, pois muitos não respeitam os critérios para sua produção. A utilização da internet propicia atualização do conteúdo a ser pesquisado. O conteúdo trabalhado nos cursos de formação continuada são propostas que representam um ponto de partida para discussões, busca de outras fontes, o material não é um fim em si mesmo. A partir das leituras e da necessidade de ampliação do conhecimento, o professor-aluno define o material que deseja pesquisar e que abordagem pretende discutir, o que possibilita uma ampliação dos seus conhecimentos.

A informática não prioriza a verdade, pois, segundo Lévy, um modelo digital normalmente não é “verdadeiro” nem “falso”, nem mesmo “testável”, em um sentido estrito. Ele apenas será mais ou menos útil, mais ou menos eficaz ou pertinente em relação a este ou àquele objetivo específico. Isso não significa que, a partir de

agora, qualquer coisa será aceita, mas que o professor necessitará de maior habilidade para organizar e se utilizar dos mecanismos oferecidos pela informática e, portanto, buscar cada dia mais aprimoramento em relação a sua utilização. O modelo digital, por meio do conhecimento por simulação, instiga a imaginação, ou seja, um indivíduo que se utiliza dos mecanismos oferecidos pelo computador possui mais recursos como: vídeos, imagens, hipertextos, espaços interativos que propiciam o desenvolvimento cognitivo, não utilizando apenas sua capacidade imaginativa, podendo ser, portanto, uma ferramenta mais potente de ajuda ao raciocínio. “Para inventar a cultura do amanhã, será preciso que nos apropriemos das interfaces digitais” (LÉVY, 2010, p.134).

O modelo da Educação a Distância (online), que propicia flexibilidade de tempo, espaço e disponibilidade mental, que estimula a autonomia do aprendente, que instiga a autonomia com disciplina, espírito investigativo e responsabilidade, pode ser desenvolvido e se enquadra melhor na fase adulta, exatamente na qual se encontram os professores-alunos nos cursos de formação continuada.

O professor, tutor do curso a distância (online), necessita propiciar um ambiente adequado à aprendizagem, transmitindo conforto, segurança, respeito-mútuo, confiança para que o aluno se envolva no processo de aprendizagem, pois os fatores internos psicológicos são importantes para o desenvolvimento.

Segundo Lévy (2010), a inteligência ou cognição são resultado de redes complexas, desenvolvendo-se de forma mais intensa em grupo. O lugar que determinado indivíduo ocupa no grupo contribui ou não para seu desenvolvimento cognitivo. A atividade cognitiva individual retira suas evidências das próprias estruturas sociais. Ao propiciar ambiente adequado aos professores em formação, os tutores possibilitarão o desenvolvimento das suas potencialidades cognitivas.

Cada mudança na sociedade necessita ser vista como fruto de seu contexto e pode ser modificada a qualquer momento. Dessa forma, o professor necessita estar ciente das mudanças e de que, em nossa realidade, elas ocorrem de forma rápida.

À medida que o professor-aluno se envolve no processo de aprendizagem, ou seja, quanto mais ativo o papel do professor-aluno, mais profunda e significativa será sua construção de aprendizagem. Para o adulto, no caso, o professor-aluno na formação continuada, o aprendizado é mais significativo e isso cria a consciência de que, partilhando experiências, realmente se aprende.

O professor ou tutor deve adequar as aprendizagens às necessidades do professor-aluno, aos recursos necessários, estimulando, aconselhando, criticando e estabelecendo uma relação de empatia para que a aprendizagem seja realizada de forma satisfatória.

Para Lévy (2010, p. 155), “poderíamos dizer que nossa visão de mundo, ou nosso modelo de realidade, encontram-se inscritos em nossa memória de longo prazo”.

Diante de uma concepção de educação que ocorre ao longo da vida, é necessário diagnosticar cuidadosamente o grupo para avaliar se o formato do curso oferecido atende às expectativas de determinado grupo de professores em formação. Dessa forma, o educador identifica as necessidades de aprendizagem, os recursos necessários, estímulos, conselhos, tempo para debater e o ouvir. Ele deve ter sensibilidade para perceber, a partir do que o professor-aluno apresenta, quais métodos e materiais despertam no educando o desejo de aprender, discernindo as estratégias adequadas para atender da melhor forma às expectativas de aprendizagem do grupo.

O professor-aluno necessita ter consciência de que também precisa refletir em relação a seus valores, crenças, no que diz respeito a aprender a desaprender para reaprender, além da flexibilidade para aumentar sua capacidade de aprendizado, posto que ele ocorre ao longo da vida. De certa forma, esse modelo instiga o professor-aluno para que ele permita que venham aflorar toda sua capacidade e habilidades. O professor-aluno enquanto adulto prefere perceber a importância da prática do assunto estudado e sua aplicabilidade em sala de aula e se sentir desafiado para que o conhecimento faça sentido em sua vida, partindo sempre da realidade, das vivências de cada grupo e das suas necessidades e peculiaridades.

O papel do educador tem se modificado constantemente, visto que atualmente ele não exerce apenas o mero papel de transmissor de conteúdos, conhecimentos e, na modalidade a distância (online) principalmente, ele caminha juntamente com o professor-aluno na construção do conhecimento. Ele motiva, orienta, propiciando um ambiente autônomo afirmado pela responsabilidade, criatividade, despertando para a consciência livre. A participação entre as partes se dá de forma ativa com educadores e professor-aluno envolvidos no processo, em

que o professor-aluno se torna sujeito da aprendizagem. Cabe, ao formador, não apenas ficar policiando a realização das atividades, mas também propiciar envolvimento e a capacidade de escolha do professor-aluno, estabelecendo uma relação de empatia e confiança, respeitando os sentimentos e ideias dos educandos (professor-aluno). Segundo Freire (2010, p. 93), “o educando que exercita sua liberdade ficará tão mais livre quanto mais eticamente vá assumindo a responsabilidade de suas ações”.

A troca de experiências possibilita reflexões, questionamentos, inferências e organização da aprendizagem. À medida que o professor-aluno se envolve no processo, ele constata que pode intervir no contexto em que está inserido e na sua atuação em sala de aula, na tomada de decisões, pois o aprendizado faz sentido quando faz parte de seu projeto de vida. Propiciar ao professor-aluno nos cursos de formação continuada sua autonomia da aprendizagem liberta, humaniza e democratiza o ensino. O incentivo à interatividade e à autonomia do professor em formação não ocorre apenas em cursos online, pode ocorrer em cursos presenciais.

É importante que os tutores ou formadores vejam seus professores-alunos como livres e responsáveis, focando o aprendizado no professor-aluno, num processo que incentive a autonomia da aprendizagem adequada à concepção de educação da atualidade.

Cada aluno tem seu estilo de aprendizagem que precisa ser descoberto e incentivado. Cabe, ao formador, incentivar o professor-aluno que ainda não conhece seu estilo de aprendizagem a discerni-lo, contribuindo também na sua atuação docente. Portanto, os cursos de formação precisam apresentar diversas estratégias de aprendizagem para contemplar o maior número possível de aprendentes, através da dialogicidade e participação. Uma situação de aprendizagem necessita contemplar habilidades diversas: leitora, escritora visual, dentre outras.

O formador precisa saber como o professor-aluno estuda, a frequência que entra na sala virtual de aprendizagem, as dificuldades, quando busca orientação, se há relacionamento com os colegas, se consulta bibliografia, se realiza as atividades propostas, se é capaz de relacionar teoria e prática. A partir do conhecimento dos alunos, contribuir para que o professor-aluno supere modelos educacionais de mera transmissão de conhecimento e conduzi-lo à construção colaborativa e participativa de conhecimento, conforme destaca Freire: “No fundo, o essencial entre educador e

educando, é a reinvenção do ser humano no aprendizado de sua autonomia” (FREIRE, 2010, p.94).

O educador precisa viabilizar, possibilitar a aprendizagem, respeitando o professor-aluno e suas dificuldades, limitações, sendo criativo para despertar o envolvimento e notar o momento em que se dá a construção do conhecimento.

À medida que o professor-aluno nos cursos de formação continuada se sinta sujeito da aprendizagem, fica mais motivado e seu desempenho no curso tende a ser mais satisfatório.

O ambiente virtual de aprendizagem propicia multiplicidade de conexões e construções lógico-cognitivas, dialogicidade diversificada, espaços colaborativos, uso diferenciado da reflexão e linguagem, personalização e individualização das necessidades pedagógicas do aprendente, focando sempre no professor-aluno. Os recursos tecnológicos e a possibilidade de diversificar a abordagem de determinados assuntos, a distância suplantada e o atendimento individualizado e atendimento constante são fatores que, de certa forma, viabilizavam uma nova dinâmica na transposição de conteúdos e informações. Vale ressaltar que nem sempre tal atendimento e interatividade ocorrem nos cursos online, comprometendo o processo de aprendizagem. Morin menciona a importância de o curso ser significativo para quem aprende:

Uma pessoa aprende significativamente somente aquelas coisas que ele percebe como envolvidas na manutenção ou melhoramento da estrutura do ego. Esta hipótese destaca a importância de tornar a aprendizagem pertinente ao estudante, e põe em questão a tradição acadêmica dos cursos. (MORIN, 1999, p.13)

Os cursos de formação continuada devem focar na busca de uma aprendizagem significativa e na autonomia do sujeito no processo de aprendizagem. A estrutura dos cursos necessita partir desse pressuposto, tornando o conhecimento significativo e necessário de forma que o aprendente perceba a importância do conhecimento e tenha atitudes transformadoras de sua realidade.

Não há uma fórmula pronta, cabe ao educador discernir e escolher estratégias adequadas para cada situação de aprendizagem. A combinação das capacidades cognitivas humanas: a faculdade de perceber, imaginar, manipular bem como a articulação com as tecnologias intelectuais permitem dar conta do

pensamento abstrato. Para a corrente conexionista, o paradigma da cognição não é o raciocínio, mas sim a percepção. A facultade de manipular é crucial na construção da cultura, o pensamento lógico ou abstrato. Por esta facultade, podemos trafegar, reordenar e dispor parcelas do mundo, como mostra Lévy “as tecnologias intelectuais eficazes resultam muitas vezes desta aliança entre visibilidade imediata(requerendo aprendizagem) e a facilidade de operação” (LÉVY, 2010, p. 161).

O sistema cognitivo introjeta as diversas representações que o indivíduo constrói ao longo da vida. Os processos intelectuais envolvem vários fatores: a mente, as representações que construímos, as predisposições e as experiências.

As nossas ações e os processos cognitivos, muitas vezes, não obedecem a uma lógica, pois estão intimamente ligadas ao inconsciente das operações mentais. Logo, a mente pode ser analisada como se representada por vários computadores. O psiquismo deve ser imaginado como uma sociedade cosmopolita e não como um sistema coerente. Cada ser que aprende pode desenvolver mais ou menos determinado tipo de inteligência, pois existem vários tipos de inteligência de acordo com Gardner: linguística, lógico-matemática, musical, espacial, corporal, cinestésica, interpessoal e intrapessoal. Assim sendo, para Lévy, cada curso ministrado a professores necessita se utilizar de diversos mecanismos que contribuirão para o desenvolvimento das inteligências, visto que cada professor possui habilidade em determinada área ou tipo de inteligência (LÉVY, 2010).

Grande número de módulos do sistema cognitivo são, portanto, ‘encapsulados’, automáticos e muito rápidos. Isto significa, entre outros, que eles escapam da consciência. Seus resultados podem muito bem chegar até a zona de atenção consciente de nossa mente, mas os processos realizados por estes módulos permanecem totalmente opacos para nós, e escapam a qualquer tentativa de controle. (LÉVY, 2010, p. 168)

A multiplicidade, a interação e a inconsciência são importantes para o desenvolvimento dos sistemas cognitivos. A produção do conhecimento está aberta à interação, a produções coletivas e a novas representações, dentro desse novo contexto informatizado.

Com a finalidade de propiciar uma educação inclusiva e que propicie continuidade de estudos ao educando, é necessário preocupar-se com a formação

continuada do professor e a utilização e domínio de novas técnicas, por parte dos docentes. Vale ressaltar que apenas a utilização da técnica não soluciona tamanha questão, que exige alta complexidade de análise, como a educacional e, ao mesmo tempo, não podemos prever as diversas implicações de sua utilização, mas apenas que sua utilização representa uma influência importante para a megarrede cognitiva.

Segundo Lévy (2010), a tecnodemocracia torna-se fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade inserida nesse contexto global. Estar conectado representa também estar inserido nesse mundo, facilitando, assim, suas interações e propiciando o desenvolvimento de suas potencialidades.

Na era do planeta unificado, dos conflitos mundializados, do tempo acelerado, da informação desdobrada, das mídias triunfantes e da tecnociência multiforme e onipresente, quem não sente que é preciso repensar os objetivos e os meios da ação política? A integração plena das escolhas técnicas no processo de decisão democrática seria um elemento chave da necessária mutação da política. (LEVY, 2010, p.197)

A Unesco criou, em 2009, o Projeto “Padrões de Competências em TIC para professores” e promoveu encontros com comunidades de pesquisadores-especialistas, a fim de discutir os documentos elaborados e adequá-los à realidade brasileira. Como aponta Sommer, os programas de formação e a capacitação docente não estão atingindo os objetivos a que se destinam:

A publicação intitulada Padrões de competência em TIC para professores integra três documentos: ‘Marco político’, ‘Diretrizes de implementação’ e ‘Módulos de padrão de competência’, que podem ser utilizados como referencial para o planejamento de programas de formação e capacitação docente que visem contribuir para a formação dos alunos com competências em diferentes tecnologias de informação e de comunicação (TIC). De acordo com a Unesco, os programas de formação e capacitação docente atualmente propostos não estão sendo suficientes para responder às necessidades do desenvolvimento de competências vinculadas ao uso responsável e comprometido de diferentes TIC no contexto educacional.(SOMMER, 2010, p. 112)

O objetivo do projeto da Unesco é propiciar condições para a melhoria na formação continuada de professores e o uso das tecnologias, bem como contribuir para a qualificação educacional e, conseqüentemente, impulsionar o desenvolvimento econômico do país. Os objetivos específicos consistem em: constituir um conjunto comum de diretrizes, que os provedores de desenvolvimento

profissionais podem usar para identificar; construir ou avaliar materiais de ensino ou programas de treinamento de docentes no uso das TIC, para o ensino e aprendizagem; oferecer um conjunto básico de qualificações, que permita aos professores integrarem as TIC ao ensino e à aprendizagem, para o desenvolvimento do aprendizado do aluno e melhorar outras obrigações profissionais; expandir o desenvolvimento profissional dos docentes para melhorar suas habilidades em pedagogia, colaboração e liderança no desenvolvimento de escolas inovadoras, usando as TIC; harmonizar diferentes pontos de vista e nomenclaturas em relação ao uso das TIC na formação dos professores (UNESCO, 2009).

Para a concretização do projeto, foram propostas três abordagens: Alfabetização Tecnológica, Aprofundamento do Conhecimento e Criação de conhecimento. As abordagens buscam inserir o processo de aprendizagem, no universo tecnológico, incorporando habilidades tecnológicas ao currículo de forma a utilizar o conhecimento, com a finalidade de agregar valor ao resultado econômico, inovando conhecimento e ampliando a capacitação da força de trabalho. O desafio do projeto é acompanhar o processo e a avaliação dos resultados almejados, a partir de indicadores que possam avaliar a utilização das TICs.

Na formação continuada dos professores na modalidade a distância (online), o uso da tecnologia e, principalmente, em sua formação necessita fazer sentido ao docente e conferir-lhe a possibilidade de ousar, a partir de um sentimento de pertencimento nos grupos de aprendizagem que lhe transmitam segurança para arriscar e inovar.

A representação por meio de um avatar, a criação de identidade, a sensação de imersão no espaço, interações, experiências, autonomia, minimização das distâncias podem contribuir para propiciar o ambiente virtual de aprendizagem mais atrativo para o professor em formação, embora, como destaca Sommer, os espaços virtuais não substituam as relações humanas:

No entanto, esse viver e conviver em diferentes espaços virtuais não substitui o viver e conviver nos mundos presenciais físicos, mas coexiste no âmbito das relações humanas que se estabelecem numa sociedade em rede. (SOMMER,2010, p.120)

Portanto, por meio da utilização das TICs e dos vários fatores que contribuem

para o desenvolvimento cognitivo do aprendiz, os cursos de formação na modalidade a distância (online) podem representar uma alternativa para a formação do professor na medida em que esse professor está envolvido no processo de formação.

O uso das tecnologias na formação continuada do professor, embora possa representar um auxílio ao processo de formação e às mudanças no processo de aprendizagem na atualidade, não é a garantia de um curso de qualidade. Vários entraves da modalidade online precisam ser levados em consideração, uma vez que muitos professores não detêm domínio necessário para se utilizar das tecnologias, não conseguem dar andamento nos cursos, pois se sentem desmotivados, uma vez que realizam as atividades “sozinhos” em ambientes diversos e não possuem autonomia necessária para a realização das atividades e pesquisas solicitadas, a dificuldade na comunicação com tutores e o esclarecimento das dúvidas não ocorrem a contento, para que os professores consigam desenvolver suas atividades. Muitas vezes, o professor em formação não dispõe de tempo suficiente para realização das atividades e a interatividade não ocorre, o que desestimula os professores.

Para compreender melhor a representação dos professores nos cursos de formação continuada na modalidade a distância (online), abordarei o curso “Melhor Gestão, Melhor Ensino” oferecido aos professores da rede pública estadual, bem como suas limitações e contribuições a tal formação.

3 . A POLÍTICA PÚBLICA: ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO: PLANEJAMENTO DA POLÍTICA PÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO

Neste capítulo, são discutidos alguns tipos de planejamento de políticas públicas e o curso “Melhor Gestão, Melhor Ensino” oferecido pela EFAP.

Os cursos de formação continuada desenvolvidos pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo são políticas públicas que têm por objetivo propiciar respaldo para o desenvolvimento das atividades realizadas pelos professores em sala de aula na rede pública de ensino. Para a elaboração e a implementação de políticas públicas, é necessário um planejamento e avaliação da política.

Inicialmente, são discutidos alguns processos de planejamento e avaliação de políticas públicas tendo como base o referencial teórico de Arretche e Draibe. Posteriormente, discute-se a política pública do curso “Melhor Gestão, Melhor Ensino” oferecido pela EFAP.

3.1 – Planejamento

Sônia Draibe faz a seguinte conceituação de política pública:

[...] uma política pública, entendida então como a que se desenvolve em esferas públicas da sociedade – e não no plano privado e interno das instituições ou organizações da sociedade. (DRAIBE, 2001, p. 17)

Dessa forma, a política pública é entendida como aquela que procura atender às necessidades da sociedade e não aos meros interesses da Instituição. As políticas públicas devem ser vistas como uma resposta aos anseios básicos da sociedade. No caso, as necessidades relacionadas à política educacional.

Todo processo de elaboração e implementação da política é de suma importância para que se obtenham resultados satisfatórios. Toda política pública é elaborada e implementada em determinado momento histórico que influencia direta ou indiretamente todo processo. Vale ressaltar que todo processo de formulação e elaboração da política ocorre a partir de preferências e opções que definirão os objetivos geral e específico da política.

O contexto histórico em que a política pública é elaborada e implementada é relevante. Todo o cenário político influencia direta ou indiretamente o desenvolvimento da política pública. O cenário da política pública em questão está relacionado ao processo de globalização e da política neoliberal. O processo incentiva o relacionamento entre os países e maior envolvimento do mercado. Mas nesse panorama internacional que o Brasil se encontra inserido e nesse processo de globalização, observa-se o aumento da desigualdade social, a partir de um crescimento desigual e da concentração da renda por um pequeno grupo. Agudização da pobreza, da exclusão, do desemprego se manifestam nessa realidade. Tais desigualdades influenciam a elaboração das políticas públicas, como afirma Sander:

Essas desigualdades econômicas e sociais entre países pobres e ricos e no interior dos países, sejam eles ricos e pobres, têm implicações evidentes na

formulação de políticas públicas nacionais e globais alicerçadas num modelo equitativo de crescimento econômico e de geração de emprego e renda. Por sua vez, as desvantagens comparativas entre ricos e pobres guardam relação direta com o déficit acumulado em matéria de educação, formação de recursos humanos e acesso ao conhecimento. (SANDER, 2007,p.22)

Esse contexto influencia a formulação de políticas públicas, principalmente as agendas educacionais, ou seja, o planejamento das ações educacionais e sua implementação, pois representa determinados interesses tanto econômicos quanto políticos, interesses globais, busca de desenvolvimento para segurança global. Na América Latina, é possível constatar um déficit em matéria de conhecimento tecnológico e científico. É necessário um investimento maior no que diz respeito à informação e à utilização do conhecimento científico e tecnológico. A política pública representa, então, uma iniciativa para tentar minimizar as desigualdades sociais provenientes desse contexto e procurar propiciar equidade e garantia da cidadania. Reformas educacionais foram propostas pela Unesco, em meados do século XX, que enfocava a descentralização da gestão na educação, de inspiração liberal citadas no primeiro capítulo. A segunda ação prioritária da Unesco apresentava como objetivos: erradicar o analfabetismo até o final do século XX, garantir 10 anos de educação básica para todas as crianças em idade escolar e elevar a qualidade e a eficiência da gestão dos sistemas educacionais.

Na década de 1980, o Banco Mundial passou a investir em educação nos países em desenvolvimento e os Estados Unidos influenciaram a formulação das agendas educacionais dos países em processo de desenvolvimento, afetando a definição da política educacional da América Latina, conforme destaca Sander:

Com início na década de 1980 e durante a década de 1990, os bancos internacionais assumem papel predominante na formulação de políticas educacionais e práticas de organização e gestão da educação. (SANDER, 2007,p. 83)

O objetivo da política internacional quanto à educação é a construção de uma educação significativa para educadores e educandos na promoção da qualidade de vida na escola e o desenvolvimento da capacidade do educador na aquisição e construção de conhecimento nesse mundo globalizado mediante uma participação democrática. Vale ressaltar que as políticas educacionais procuravam atender aos

interesses de organismos internacionais como o Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional na década de 1980 e 1990, pois tais organismos financiaram diversos projetos. Dessa forma, buscavam um planejamento de políticas públicas voltado à proposta gerencial e à Administração por Objetivos com contenção de gastos e controle do desempenho, bem como medição dos produtos finais. Tais medidas estavam intimamente relacionadas à política neoliberal que permeia esse momento histórico. Segundo Fonseca, embora o período histórico posterior tenha sido de rompimento com tais interesses com o Plano Plurianual (2004-2007) e Plano de Desenvolvimento com Inclusão Social organizado em três eixos: crescimento econômico, agenda social e educação de qualidade, ainda restaram resquícios de tais políticas atendendo aos interesses gerenciais (FONSECA, 2014).

A preocupação com o perfil da escola e do corpo docente, bem como com a aprovação, evasão e reprovação tornaram a tônica das Políticas Educacionais no intuito de que tais índices apresentados positivamente estariam ligados à qualidade de ensino.

No caso deste estudo, a política pública está relacionada à educação e à busca da qualidade de ensino mediante a preocupação quanto aos cursos de formação continuada para professores. Assim, faz-se necessário um investimento nos cursos de formação continuada que possa contribuir para a qualidade de ensino. Logo, investir na formação continuada do professor pode ser considerado um investimento em busca da melhoria da qualidade de ensino. No entanto, tal investimento não é a garantia da qualidade, mas pode influenciar nessa busca. Os cursos de formação continuada devem incentivar o professor quanto ao seu papel de pesquisador, reflexão da prática, dentre outros fatores. Para Sander (2007, p. 26), “é necessário investir maciçamente na qualidade da educação e na relevância de seu conteúdo em todos os níveis e modalidades de ensino”.

No caso da América Latina e Brasil, é notável a partir da década de 1990 um aumento da escolarização e dos índices de matrículas, embora ainda apresentem uma repetência elevada e altos índices de evasão principalmente no Ensino Médio.

Nota-se que muitos alunos concluem seus estudos no Ensino Médio, mas não conseguem realizar atividades básicas, chegando, por isso, a ser considerados analfabetos funcionais, pois não conseguem interpretar o que leem e não estão

preparados para o mundo do trabalho e o crescimento da tecnologia. A função da escola, no entanto, deveria ser a de minimizar as desigualdades sociais propiciando equidade, mas muitas vezes ela acentua tais desigualdades e aumenta as diferenças. O papel do professor influencia no desempenho escolar, como aponta Sander:

A literatura internacional no campo da educação revela que o professor e seus métodos de ensino-aprendizagem são a chave-mestra que explica os níveis de desempenho escolar (SANDER,2007, p.30).

No Brasil, a realidade dos professores está relacionada à formação deficiente, tanto inicial quanto continuada, aos baixos salários, ao pouco incentivo do Governo, à falta de recursos e à falta de qualificação. Esses fatores desestimulam os professores e refletem na atuação profissional. É importante que o docente desenvolva uma mentalidade voltada à busca de aprendizagem contínua, pois, muitas vezes, a realidade apresenta professores que ensinam e os alunos não aprendem e não desenvolvem a busca pelo aprendizado e o espírito investigativo, que fazem parte da aprendizagem no mundo globalizado no qual estamos inseridos. A gama de informações a que estamos submetidos no dia a dia e a necessidade de organizar tais informações e manipulá-las para benefício da sociedade é um papel da escola. É notável que os professores ainda não tenham conseguido se utilizar desses benefícios em proveito da melhoria da qualidade de suas aulas. Os cursos de formação continuada representam, então, um espaço para a formação e aprimoramento do professor nesse contexto. Portanto, para Sander, é de suma importância o investimento na formação do professor:

Se tivesse que optar por um tema prioritário desse leque de problemas e desafios, optaria pelo último, ou seja, optaria pelo investimento maciço na melhoria do exercício do magistério, sem distinção de nível de ensino, adotando duas estratégias fundamentais: melhorar a formação inicial e continuada dos educadores e melhorar suas condições atuais e futuras de trabalho.(SANDER, 2007,p.33)

Vale ressaltar que a visão neoliberal defende a ideia de que se preocupa com a melhoria da qualidade de ensino e a busca em atender às transformações rápidas provenientes do processo de globalização com os movimentos internacionais, influenciando a formulação de políticas públicas. Tais medidas e mudanças estão relacionadas a orientações curriculares, avaliação de desempenho das instituições, dos professores e dos alunos (no estado de São Paulo o SARESP, IDESP,

avaliações diagnósticas semestrais, bônus para professor avaliado a partir do IDESP da escola), autonomia da administração escolar, programas educacionais e preparação para o trabalho.

Com a finalidade de atender a tais anseios neoliberais, como a avaliação de desempenho dos professores, tal política propõe e incentiva a formação continuada e a atualização docente. Tal iniciativa é defendida por Sander da seguinte forma:

Com uma política de geração de oportunidades de trabalho, é necessário prestar atenção especial à capacitação e à atualização dos trabalhadores. (SANDER, 2007, p.36)

Entretanto, é notável que a escola tem apresentado dificuldades em atender às expectativas de formação para o trabalho e de ações pedagógicas que incentivem o aprender a aprender, ou seja, o espírito investigativo. O processo de globalização e os movimentos internacionais, de acordo com Sander, exigem um profissional conectado e em constante formação:

O início do século 21 prenuncia crescente poder e influência da Ásia, especialmente China, Índia e Japão. As mudanças no processo globalizador são hoje impulsionadas, em grande parte, pelo domínio da revolução microeletrônica no mundo da informação e das comunicações, instrumento por excelência do capitalismo transnacional. Consolida-se, assim, a aldeia global, a sociedade global da informação, sustentada numa nova economia, a economia concentradora da globalização, cuja base é o acesso e a utilização eficiente do conhecimento. Hoje, mais do que nunca, a sustentação do poder está na informação e no conhecimento, consagrando a centenária de Bacon de que 'o próprio saber é poder'. (SANDER, 2007, p.105)

Diante desse contexto e a fim de atender aos interesses econômicos e políticos internacionais e nacionais, voltados à política liberal, várias reformas foram implementadas no Brasil em distintos setores da administração pública. Esse movimento valoriza a eficiência e a produtividade prioritariamente, resultados imediatos, avaliação do desempenho, avaliação institucional, planejamento participativo e gestão democrática. Essa postura tem o objetivo de propiciar o desenvolvimento humano, a fim de preparação para a competição na nova sociedade do conhecimento.

Nesse contexto político discutido, o planejamento e a avaliação de políticas públicas consideram vários fatores relevantes, tais como: recursos, custos, atores

envolvidos, objetivos geral e específicos a serem atingidos, estratégias para implementação, dimensão temporal, divulgação do programa, população-alvo, dentre outros.

Dessa forma, o processo de elaboração e de implementação distanciam-se, pois a política pública em sua abrangência é um processo dinâmico e está em constante mutação, como afirma Arretche:

Para superar uma concepção ingênua da avaliação de políticas públicas, que conduziria necessariamente o avaliador a concluir o fracasso do programa sob análise, é prudente, sábio e necessário, então, admitir que a implementação modifica as políticas públicas. (ARRETICHE, 2001, p.46)

O processo de elaboração corresponde ao momento de articular e traçar o desenho do programa e todo o desenvolvimento da política pública, bem como os atores envolvidos em todo processo. Esse processo é complexo e longo. Os atores nele envolvidos são aqueles que participam de todas as etapas de elaboração e implementação.

Para o planejamento e desenho do programa a ser desenvolvido na política pública, considera-se o público a ser beneficiado com determinada política. No caso dos cursos de formação continuada, objeto mais amplo desta pesquisa, o público-alvo em potencial são os professores da educação básica da rede pública do estado de São Paulo.

Alguns modelos de planejamento de políticas públicas podem ser destacados, como por exemplo: o planejamento estratégico de cunho tecnicista, normativo que procura solucionar problemas que atrapalham o bom andamento da escola, por exemplo: evasão, repetência, mau desempenho docente, falta de material físico e pedagógico, desempenho fraco na avaliação externa. Ou seja, delimitar estratégias direcionadas a minimizar possíveis erros no desenvolvimento da política. Num enfoque sistêmico-funcionalista orientado para resultados, implica organizar as ações segundo as fases de difusão, adaptação e implementação, identificando os condicionantes sociais e institucionais de cada fase e as pessoas diretamente envolvidas na mudança. Manuais descrevem os processos de implantação, operacionalização e medição dos processos da escola: equilíbrio, desequilíbrio e reequilíbrio. Algumas críticas podem ser levantadas, segundo Fonseca (2007), quanto a esse tipo de planejamento, tais como: o determinismo do futuro,

simplificação da realidade tratando como objeto estático e o fato de ignorar o contexto real dos professores e estudantes, pois o trabalho escolar não pode ser negociado por uma simples negociação técnica.

O Planejamento Estratégico sustentável procura potencializar o processo organizacional por meio de uma mentalidade de sinergia, com metas de curto, médio e longo prazo com a utilização de meios para melhoria e o desenvolvimento de novas potencialidades. O trabalho em equipe é fundamental, visto que envolve diversas áreas e parcerias para o bom desenvolvimento da política. As mudanças ocorrem de cima pra baixo e precisam ser acatadas, é necessário propiciar um espaço físico e estrutura para propiciar legitimidade ao trabalho. O gestor necessita ter visão do gasto total para administração e nomear pessoas com perfil para desempenhar cada função com eficiência. O líder estratégico e operacional, por sua vez, é aquele que implementa a política com responsabilidade. É necessário, portanto, notar que cada Instituição tem seu tempo para o desenvolvimento de determinadas habilidades e ter o cuidado na metodologia de abordagem, apresentando expertise para o tratamento com todos os funcionários.

No entanto, a força maior do planejamento reside na forma de conceber a dimensão desejada para a qualidade do ensino escolar, considerando que a distância entre o planejamento e a implementação influencia no seu desenvolvimento. A distância entre planejamento e implementação pode ser maior ou menor conforme o modelo de planejamento adotado. O planejamento gerencial, utilizado pela Coordenadoria de Gestão da Educação Básica do Estado de São Paulo, promove uma distância significativa entre esses dois atores sociais. A Coordenadoria elabora e a EFAP implementa e pela pesquisa a partir dos dados fornecidos pela EFAP e questionários respondidos pelos professores é possível inferir que os atores estão distantes pois ao conversar com profissionais da EFAP eles disseram que a função era só implementar como se a implementação fosse uma fase estanque do processo.

Para atingir a eficiência e eficácia, várias estratégias podem ser utilizadas, portanto, os atores envolvidos podem buscar diversas formas de atingir os objetivos propostos na política. Muitas vezes, os atores elaboradores da política não participam da sua implementação, como destaca Arretche:

Embora possa ocorrer coincidência entre a figura dos formuladores e a figura dos implementadores, é muito raro que isto ocorra. Na prática, qualquer política pública é de fato feita pelos agentes encarregados da implementação. (ARRETCHE, 2001,p.47)

Portanto, os atores implementadores são aqueles que colocarão a política em ação e, de acordo com suas referências, realiza as adequações necessárias entre a formulação original e a implementação efetiva. Para Arretche (2001, p. 49), “a implementação é, de fato, uma cadeia de relação entre formuladores e implementadores”.

A implementação pode ser considerada um campo de incertezas, pois dependerá da adesão dos atores implementadores à proposta inicial e à elaboração, bem como aos objetivos e à metodologia propostos para os bons resultados da política. Vale ressaltar que, muitas vezes, os atores que participam da elaboração da política não possuem todas as informações necessárias da realidade em que a política será implementada, tais como: objetivos, modos de operação, componentes, prazos, ou seja, suficiência de informações. Os agentes implementadores necessitam ser capacitados para se sentirem seguros ao realizar as tarefas esperadas. Assim, para Arretche, é possível observar reflexos diversos de determinada política, considerando os atores implementadores, o contexto da implementação e os recursos disponíveis.

Trata-se de uma medida de ‘adaptação’ para viabilizar a realização dos objetivos do programa, que implica, por sua vez, que o mesmo não seja implementado de acordo com o desenho previsto. (ARRETCHE,2001, p. 53)

No caso da política pública dos cursos de formação continuada na modalidade online, objeto desta pesquisa, os atores envolvidos são Supervisores de Ensino, Coordenadores, Tutores dos Cursos, Professores, ATPs (Assistentes Técnico Pedagógicos), dentre outros.

A estratégia de implementação depende dos atores envolvidos, suas referências, opções, decisões, envolvimento na política. Portanto, cada Diretoria de Ensino desenvolve a política de uma forma. O objeto de pesquisa diz respeito ao curso “Melhor Gestão, Melhor Ensino” oferecido pela Diretoria de Ensino de Ribeirão Preto no ano de 2013. Portanto, a implementação da política ocorreu de acordo com preferências e escolhas de cada Diretoria de Ensino, levando em consideração cada

contexto de implementação.

Seu processo de implementação também repousa em orientações e preferências, envolvendo cálculos estratégicos, escolhas e decisões por parte dos agentes que o conduzem e o implementam ou dele se beneficiam. (DRAIBE, 2001, p. 27)

Os atores que não aderem ao programa desenvolvido representam um obstáculo ao bom desenvolvimento do programa. Logo, a implementação inclui as atividades-meio e as atividades-fim. As atividades-meio são aquelas de desenvolvimento do programa e as atividades-fim as de execução propriamente dita.

Portanto, a eficácia está relacionada ao que se espera atingir de determinada política e a eficiência está relacionada a todo processo de implementação. Por isso, para Draibe,

A eficácia de um dado programa diz respeito à relação entre as características e 'qualidades' dos processos e sistemas de sua implementação, de um lado, e os resultados a que chega, de outro. (DRAIBE, 2001, p. 35)

Para compreender a política pública do curso de formação continuada na modalidade online, são analisados a plataforma do curso, a representação dos professores a partir de questionário com 38 professores da rede pública de ensino na cidade de Batatais e os dados fornecidos pela EFAP. Tal formação continuada é de suma importância para a contribuição da melhoria das ações pedagógicas em sala de aula, podendo até mesmo influenciar na qualidade de ensino. A importância de tal formação é reforçada por Sander:

Ou seja, a educação dos educadores deve continuar na ordem do dia. Sua formação inicial e educação continuada constituem fatores fundamentais para alcançar uma educação de qualidade para todos. (SANDER, 2007, p. 114)

A política pública na qual faz parte a formação continuada na modalidade online oferecida pela EFAP é fundamentada no Planejamento com enfoque gerencial, em que os cursos são oferecidos aos professores, em formatos como: autoinstrucionais (totalmente online) e semipresenciais. O curso "Melhor Gestão, Melhor Ensino", por exemplo, foi ofertado no formato semipresencial

Tal curso foi oferecido em larga escala no Estado de São Paulo. Analisamos o curso “Melhor Gestão, Melhor Ensino”, oferecido no ano de 2013 nas disciplinas de Ciências, Língua Portuguesa e Matemática e Gestão.

Desse modo, para a formulação e implementação de uma política pública, é necessário considerar o contexto em que ela é elaborada e seu contexto de implementação, considerando os atores envolvidos em todo processo. O contexto discutido, nesse item, apresenta as inquietações governamentais, a necessidade de investimento nos cursos de formação continuada, a opção pela modalidade online, bem como os interesses que envolvem tais cursos de formação, como custos, recursos, resultados, avaliações e investimentos.

O Planejamento da política pública dos cursos de formação continuada está articulado ao enfoque gerencial, pois a Política Educacional do Estado de São Paulo se utiliza de determinados mecanismos de verificação como o IDESP (Índice de Desempenho Escolar) com o foco nos resultados. Esse modelo de administração propõe a oferta de um serviço público efetivamente mais barato, melhor controlado, mais eficiente, descentralizado, voltado ao atendimento dos cidadãos. A verificação quanto à qualidade dos serviços está focada nos resultados medidos a partir de metas preestabelecidas a serem atingidas. No processo educacional do Estado de São Paulo, as metas são medidas pelo IDESP.

A visão de administração pública gerencial tem como preocupação declarada atender às necessidades do cidadão na qualidade da prestação de serviços públicos, focando principalmente os resultados (estabelecendo critérios de mérito), as carreiras, a avaliação constante do desempenho e o treinamento sistemático. Como apresenta o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado enessa perspectiva de administração, a forma de controle se diferencia deixando de se basear no processo para focar nos resultados e se preocupa em reduzir custos e aumentar a qualidade dos serviços.(PLANO DIRETOR DA REFORMA DO APARELHO DO ESTADO,1995)

O contexto contemporâneo propõe a descentralização da decisão e formas flexíveis de gestão que se enquadram na formação continuada, ou seja, o planejamento gerencial propõe capacitação constante, controle de resultados e,

portanto, incentivo à formação continuada do professor discutida no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado citada a seguir:

O paradigma gerencial contemporâneo, fundamentado nos princípios da confiança e da descentralização da decisão, exige formas flexíveis de gestão, horizontalização de estruturas, descentralização de funções, incentivos à criatividade. Contrapõe-se à ideologia do formalismo e do rigor técnico da burocracia tradicional. À avaliação sistemática, à recompensa pelo desempenho, e à capacitação permanente, que já eram características da boa administração burocrática, acrescentam-se os princípios da orientação para o cidadão-cliente, do controle por resultados, e da competição administrada. (PLANO DIRETOR DA REFORMA DO APARELHO DO ESTADO, 1995, p.8)

No modelo administrativo gerencial, a qualidade e a eficiência dos serviços públicos é uma preocupação mais constante, visto que, para verificar o desempenho dos alunos, o governo estabeleceu o Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo (IDESP). Este é um mecanismo para verificar esse rendimento realizado por meio de aplicação de provas anuais aos alunos da Educação Básica. Essa avaliação é realizada a partir do Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP), desde 1996, sendo composta de provas de Língua Portuguesa e Matemática. O índice é computado levando em consideração o desempenho dos alunos nas avaliações, índices de evasão e quantidade de matrículas (fluxo escolar), além da frequência de professores e funcionários durante o ano. A partir dos índices, são pagos bônus aos professores, com o intuito de incentivar a atuação docente. Quanto à organização do IDESP, aponta-se no Boletim 2011:

O IDESP – Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo é o indicador que avalia a qualidade das escolas estaduais paulistas em cada ciclo escolar e permite fixar metas anuais para o aprimoramento da qualidade da educação no Estado. O IDESP e as metas fixadas norteiam o trabalho da equipe escola na direção desta melhoria do ensino e da gestão escolar, com o apoio da Secretaria de Estado da Educação (BOLETIM, 2011).

A partir de 2010, o Índice de Cumprimento de Metas passa a agregar dois componentes que antes eram tratados separadamente: I) a parcela cumprida da meta; II) o adicional por qualidade. Esses dois componentes já foram considerados para o cálculo do indicador de pagamento do bônus para 2010, exatamente sob a

mesma forma de cálculo. A diferença reside apenas na denominação do indicador: o que denomina Índice de Cumprimento de Metas– IC corresponde à soma da parcela cumprida da meta (que nos anos anteriores denominava-se IC) com o adicional por qualidade (antes denominado IQ).

A metodologia utilizada no cálculo do IDESP e nos indicadores de pagamento do bônus encontra-se em Nota Técnica do Programa de Qualidade da Escola, disponível no site da Secretaria de Estado da Educação.

O índice do IDESP é utilizado como um mecanismo que possibilita verificar o desempenho escolar com a finalidade de uma melhoria na qualidade de ensino. Todo planejamento de uma política pública busca, a partir do estabelecimento das metas possibilitar melhorias, eficiência e eficácia do serviço prestado à comunidade.

Dessa forma, o planejamento das políticas de formação continuada tem por objetivo contribuir para minimizar os diversos problemas que são entraves para o bom andamento da escola, como evasão, repetência, mau desempenho discente, falta de material físico e pedagógico. É necessário considerar toda dimensão escolar, como também todo contexto político e econômico no momento da elaboração e implementação da política. Os cursos de formação continuada são de suma importância e seu planejamento e, especialmente, sua implementação poderão ou não contribuir para a melhoria da qualidade de ensino. No próximo item, é discutido especificamente o curso “Melhor Gestão, Melhor Ensino”.

3.2 . A EFAP, a Diretoria de Ensino de Ribeirão Preto e o curso “Melhor Gestão, Melhor Ensino”

Neste item, é apresentada a caracterização da EFAP, que representa uma Instituição que oferece cursos de formação aos professores da rede pública de ensino do estado de São Paulo. Essa Instituição implementa os cursos que são elaborados pela CGEB (Coordenadoria de Gestão), que valida o curso a partir de uma equipe multidisciplinar. Outros cursos na modalidade online, também, são oferecidos pela plataforma do MEC.

Quanto à EFAP e sua criação, aponta-se:

Criada em 2009, a Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores 'Paulo Renato Costa Souza' integra o Programa Mais Qualidade na Escola e oferece cursos de formação continuada aos 270 mil funcionários da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, presentes nos órgãos centrais e vinculados, em 91 Diretorias de Ensino e em 5.300 escolas.

Os cursos da EFAP combinam ensino a distância, por meio do sistema de videoconferências da Rede do Saber e ambientes virtuais de aprendizagem, com atividades presenciais e em serviço. O papel da EFAP em uma das etapas do Concurso de ingresso de professores no Quadro do Magistério da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo atende ao decreto que exige que os candidatos passem por Curso de Formação Específica, oferecido pela EFAP, como fase obrigatória do Concurso Público.

Mais de 290 mil servidores da SEE-SP já complementaram a sua formação, participando dos cursos oferecidos pela Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Professores. A EFAP mantém parcerias com instituições de ensino, entidades públicas e privadas e organizações nacionais e internacionais dedicadas ao fomento à educação.

Alguns parceiros atuais da EFAP são: USP, UNICAMP, UNESP, Universidade Anhembi Morumbi, Fundação Lemann, Instituto Crescer, British Council, Corpo de Bombeiros, Microsoft, Intel e Comgás.(SÃO PAULO, 2014c)

A EFAP utiliza-se de interfaces tecnológicas e infraestrutura online com videoconferências e ambientes virtuais de aprendizagem para o aperfeiçoamento dos profissionais. No site, constam orientações de estudo e sobre TCC (Trabalho de Conclusão de Curso), bem como um “fale conosco” para esclarecimento de dúvidas <http://www.rededosaber.sp.gov.br/portais/efap/in%C3%ADcio.aspx>.

No Anexo D deste trabalho, estão apresentados alguns dos cursos oferecidos pela EFAP.

Os cursos autoinstrucionais são oferecidos por módulos e apresentam todas as instruções, aos participantes, na própria plataforma. Como o próprio nome sugere, são conteúdos elaborados e apresentados aos participantes, que realizam as atividades a partir de leituras, vídeos, imagens e tais atividades são corrigidas pelo sistema, tendo o professor em formação a oportunidade de refazê-las duas vezes, caso não atinja o rendimento satisfatório de 50% das atividades corretas. Essa modalidade não apresenta tutor, nem chat, nem fóruns. O professor, a partir de instruções da plataforma realiza sozinho todas as atividades. Esse formato não possibilita a interação e o vínculo necessários à educação online.

Outros cursos são totalmente online, mas apresentam tutor, fórum, *chats* propiciando uma interação maior e possibilidade de minimizar a sensação solitária que pode ocorrer nos cursos online. O tutor esclarece as dúvidas e realiza correções

de atividades. A maior reclamação recorrente é a de que, muitas vezes, o tutor demora para esclarecer as dúvidas e também não dispõe de esclarecimento necessário, pois muitos deles não atendem disciplinas específicas, logo, por não possuírem domínio do conteúdo e das atividades para esclarecimento. Alguns cursos possuem apenas tutor e fóruns, não apresentando *chats* nem videoconferências.

O “Melhor Gestão, Melhor Ensino”, por ser um curso semipresencial, apresentava fórum, videoaulas, videoconferências, mas não possuía *chat*. Os professores em formação das disciplinas de Matemática, Língua Portuguesa e Ciências e Gestão realizavam as atividades online, individualmente e em grupo, e também se encontravam na Diretoria de Ensino, para encontros presenciais. Os encontros presenciais variaram de um a três dias, dependendo da disciplina em formação.

A Diretoria de Ensino é responsável por comunicar, viabilizar, acompanhar a formação continuada de professores e propiciar respaldo na realização de atividades e eventuais dúvidas tanto em relação à utilização da plataforma, como também quanto às atividades.

Vale ressaltar que, em meio a todo esse contexto, o professor atualmente necessita ser capaz de enfrentar os desafios da cibercultura ou da cultura digital e ser motivado a entrar em sintonia com todo o movimento das tecnologias digitais de informação e comunicação e suas implicações na sala de aula.

Inicialmente, a Educação a Distância, no modo unidirecional, apresentava um desenho didático linear, fechado, predefinido, textos audiovisuais e multimídias, como os apresentados na televisão, rádio, DVDs, pdf, em que o aprendiz é apenas leitor e a mediação da aprendizagem é unidirecional. Nesse formato, as pessoas não se encontram, não há interação e o conhecimento é meramente transmitido. Da forma como se apresentam os cursos autoinstrucionais, eles podem realmente ser considerados parte de uma educação a distância, pois promovem o distanciamento. As atividades são realizadas solitariamente e o professor-aluno recebe instruções, informações e as atividades são corrigidas pelo sistema.

Mas, com o tempo e o avanço tecnológico e a utilização da WEB 2.0, as possibilidades de interações, diversidades, criação e dialogicidade foram ampliadas. O termo “educação a distância”, nesse caso, torna-se inadequado, pois, nesse

formato, é possível perceber que o espaço virtual é predefinido e redefinido de forma colaborativa, de modo que o hipertexto, os fóruns, *chats*, wikis, redes sociais e mapas colaborativos, *podcasts* propiciam uma expressão individual e colaborativa. Nesse formato, o distanciamento é minimizado, uma vez que a interação e a dialogicidade ocorrem e o participante é coautor nas atividades e discussões realizadas. O processo de formação do conhecimento ocorre de forma colaborativa. O professor-aluno nesse formato não se sente sozinho, pois pode discutir com seus pares, tirar suas dúvidas com o tutor e colegas. O hipertexto possibilita articulações que enriquecem e ampliam o leque de conhecimento e as construções de aprendizagem sendo possível criar, organizar, o que propicia um ambiente de imersão através de ícones, janelas. Neste caso, então, podemos caracterizar este modelo como educação online, pois, embora fisicamente os indivíduos estejam distantes, ocorre a dialogicidade, a interação, o compartilhamento, a colaboração. A interatividade, a dialogicidade, a utilização das TDIC e o processo de construção colaborativa são apontados por Gatti no que diz respeito à construção de um espaço dialógico para a formação do professor:

Dessa forma, o que necessitamos é compreender a realidade docente e fornecer subsídios técnico-didático-pedagógicos para que possa se emancipar digitalmente e, assim, propor práticas, a partir do uso de diferentes TD, de forma a consistir em uma inovação no contexto educacional. Assim, por Educação Digital Emancipatória e Cidadão, entendemos: [...] um nível tal de apropriação, de fluência tecnológica digital, que propicie ao sujeito ser um cidadão desse tempo, conferindo-lhe um empoderamento que possibilita exercer autonomia social e autoria criativa, num espaço dialógico, cooperativo, perpassado pelo respeito mútuo e pela solidariedade interna. Isso implica em criar espaços onde o outro é reconhecido como legítimo na interação e, portanto, alguém com quem é possível estabelecer uma relação na qual, em diferentes momentos, ambos são coesinantes e coaprendentes, num processo de mediação e intermediação pedagógica múltipla e relacional. O que permite libertar os sujeitos das relações de opressão, num espaço onde por meio de um viver e conviver digital virtual todos se transformam mutuamente nas interações que conduzem ao diálogo autêntico. (GATTI, 2011, p. 131)

Portanto, é importante o professor vivenciar o universo digital e se apropriar dessa realidade que é similar a de boa parte de seus alunos com tablets, laptop, Ipad, smartphones, mobilizando o professor para a autonomia, a diversidade, a dialogicidade e a mediação.

O curso “Melhor Gestão, Melhor Ensino” foi aquele de maior oferta pela

EFAP e propiciou uma abordagem interativa, com fóruns, atividades em grupo, dentre outros buscando apresentar um ambiente de interatividade e dialogicidade.

VIDE ANEXO E Regulamentos dos cursos.

A EFAP, portanto, é a Instituição responsável pela implementação dos cursos que são elaborados pela Coordenadoria de Gestão da Educação Básica (CGEB).

O próximo item descreve o curso e suas especificidades.

3.3 – O curso “Melhor Gestão, Melhor Ensino”

O curso “Melhor Gestão, Melhor Ensino” foi oferecido pela EFAP no ano de 2013 para as disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências e para Gestores, tendo sido criado com direcionamento aos últimos anos do Ensino Fundamental (6º ao 9º anos). O curso faz parte do Programa “Compromisso de São Paulo”, que tem por objetivo potencializar a ação docente, articulando as diferentes áreas do conhecimento voltadas à melhoria da educação. Considerando que cada disciplina possui uma linguagem própria, foi um pedido da rede pública estadual de ensino um curso voltado à realidade da sala de aula com atividades de práticas pedagógicas, auxiliando o professor. Esse curso, por isso, foi visto por muitos Gestores como uma resposta a essa reivindicação.

Na modalidade semipresencial, o curso foi dividido em três módulos, que tiveram duração variada dependendo da disciplina ou especialidade. O primeiro módulo foi direcionado aos formadores, aqueles que atuavam como tutores das turmas; o segundo módulo foi direcionado aos professores e suas especificidades; o terceiro módulo foi um aprofundamento das discussões levantadas. As escolas participantes foram 3.870 com 40.129 professores envolvidos, abrangendo 91 Diretorias de Ensino do Estado de São Paulo. Os encontros presenciais aconteciam esporadicamente e o restante da carga horária a ser cumprida era realizada online, espaço em que os professores em formação realizavam as atividades. Nos encontros presenciais, assistiam a videoconferências, palestras, participavam de debates e apresentavam conclusão de grupo no formato de seminário, discussões pautadas na dúvida, reflexão e busca de soluções para as possíveis experiências compartilhadas.

No primeiro encontro, estiveram presentes 900 pessoas, inclusive o

Governador do Estado e o Secretário de Educação do Estado com Supervisores, PCOPs (Professores Coordenadores de Oficinas Pedagógicas), Professores de Língua Portuguesa, Matemática, durante três dias em Águas de Lindóia, interior de São Paulo.

A plataforma do curso, o AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem), oferecia os textos para serem lidos e, posteriormente, discutidos em fóruns. Alguns vídeos eram assistidos em reuniões presenciais. Os trabalhos eram realizados individualmente e enviados para o tutor que corrigia e apresentava a devolutiva em até 48 horas. Os tutores eram professores da rede que foram capacitados. As questões eram objetivas e discursivas. Cada módulo era acompanhado pelos professores-tutores que realizavam intervenções nos fóruns, esclarecimento de dúvidas e orientação nas atividades.

Os cursistas eram avaliados, levando em consideração seu aproveitamento, a realização das atividades e participação em encontros presenciais (frequência). O professor-tutor poderia solicitar ao cursista que a atividade fosse refeita caso não atingisse o objetivo proposto.

O foco do curso estava na reflexão quanto à gestão da sala de aula, configuração das concepções de escola, currículo, aprendizagem e ensino, tendo como base a competência leitora e escritora em todas as áreas. A importância da aula era tratada enquanto fator essencial à construção da aprendizagem e à identidade do professor, que se constrói no chão da escola assumindo seu papel de sujeito do currículo voltado à promoção social. A grande questão da atualidade é a gestão da sala de aula, a fim de proporcionar a melhoria da qualidade de ensino e propiciar atratividade ao aluno. Uma boa sequência didática gera uma boa aula. Lançar situações problema para os alunos pode ser uma alternativa interessante.

Os princípios que nortearam o trabalho foram:

- A escola que aprende.
- O Currículo como espaço de cultura.
- As competências como eixo da aprendizagem.
- A prioridade da competência leitora e escritora.
- Contextualização no mundo do trabalho.

Como resultado pode-se dizer que foram discutidas as avaliações interna e

externa a que a escola é submetida. Foi dado enfoque à importância da avaliação interna e seu resultado como um direcionamento nas ações pedagógicas adotadas e a necessidade de revisitar o Projeto Pedagógico, como ela tem acontecido e sua finalidade. Levantou-se um questionamento quanto aos resultados das avaliações externas e a Progressão Continuada. A Avaliação vista como diagnóstica, processual e formativa, as disciplinas não podem ser desenvolvidas como conhecimentos estanques, mas é importante compreender que há uma interdisciplinaridade e transversalidade. A necessidade da recuperação e as defasagens curriculares precisam de atenção por parte dos professores, pois é preciso garantir o processo de aprendizagem. A avaliação não pode ser um mecanismo de punição, para expor, mas para acompanhar o processo de aprendizagem. O aluno precisa se perceber, refletir, saber sua trajetória.

Conclui-se que a avaliação contribui para o Planejamento do Professor com a finalidade de regular, incluir, providenciar, diversificar os instrumentos de aprendizagem, trazer o aluno para o processo de aprendizagem. É necessário, portanto, mudar a concepção de avaliação.

Os palestrantes discutiram a concepção da Progressão Continuada e o entendimento dos professores, bem como possíveis equívocos ocorridos em sua implementação. A condição do ser humano de aprender e o ensino em ciclo foram debatidos, pois o ensino está organizado oficialmente em ciclo. Da mesma forma, entrou em pauta como o professor tem avaliado o aluno e como a concepção da Progressão Continuada tem sido interpretada, uma vez que todo ser humano é capaz de aprender e tem seu ritmo de aprendizagem. A Progressão Continuada opõe-se à ideia de repetência, pois interpreta tal ação como uma punição, estímulo à evasão, prejuízo, exclusão escolar e, enfim, uma reprodução da sociedade e sua marginalização econômica e social. A escola precisa ser inclusiva. Mas é importante entender que a Progressão Continuada não é promoção automática.

A universalização do acesso à escola aumentou, mas os índices de evasão ainda estão muito elevados e é necessário rever o papel da escola e não culpabilizar o aluno. A escola precisa se atualizar e rever o percurso que tem feito, ela deve ser um espaço de formação do conhecimento, precisa fazer sentido para o aluno.

Antes o foco era na transmissão do conhecimento e não no quanto o aluno

aprendia. É necessário rever o Currículo e focar no quanto esse aluno tem aprendido, de modo que o Currículo Mínimo seja oferecido. É importante o professor conhecer o aluno e enxergar a avaliação como um processo contínuo. Como o Currículo pode contribuir para melhoria da aprendizagem, o entendimento do Currículo e percepção de que ele é polissêmico são questões fundamentais para que a identidade do Professor possa ser construída nesse espaço e na sua ação pedagógica.

A leitura enquanto decodificação de letras apenas ainda está muito presente, mas é necessário contextualizar o texto, problematizar para que a alfabetização realmente aconteça. Cada disciplina tem a sua linguagem que precisa ser entendida pelo aluno. A construção de narrativas, a leitura e produção de texto são de suma importância e foram realizadas Oficinas com Práticas e estratégias para apoiar o professor em sala de aula. A contação de histórias pode ser uma técnica atrativa e interessante, levando o aluno a refletir, criar, elaborar.

A problematização da leitura digital também esteve em pauta, assim como as dificuldades em lidar com o aluno no contexto atual. O aluno está imerso numa realidade do hipertexto que não segue uma linearidade, está numa relação dialógica e, muitas vezes, esse mesmo aluno se depara com uma aprendizagem linear e engessada que impossibilita a criação, as conexões, as reflexões. Vale ressaltar que o acesso à realidade virtual abrange uma parcela do alunado da rede pública estadual de ensino do estado de São Paulo. Diante dessa realidade, é necessário que o aluno seja incluído digitalmente. A reflexão quanto ao uso da tecnologia, a organização das informações que a tecnologia na atualidade tem propiciado são igualmente necessárias, ou seja, a necessidade da escola se abrir para o mundo e trazer o mundo para a escola. As crianças têm estruturas de pensamento diferentes, o Currículo está sendo impactado pela tecnologia, o que resulta na necessidade de rever nossos pontos de vista. A escola passa por uma fase de reconstrução. O mundo virtual em que vivemos exige interação, escolhas. A tecnologia muda nossa forma de representação do pensamento. É preciso, portanto, reestruturar as atividades com o uso das tecnologias no sentido de avançar utilizando as tecnologias como estruturantes do Currículo, ou seja, desenvolver a Cultura Digital na sala de aula. Lévy discute a importância da informática e sua significação:

A informática parece reencenar, em algumas décadas, o destino da escrita: usada primeiro para cálculos, estatísticas, a gestão mais prosaica dos homens e das coisas, tornou-se rapidamente uma mídia de comunicação de massa, ainda mais geral, talvez, que a escrita manuscrita e a impressão, pois também permite processar e difundir o som e a imagem enquanto tais (LÉVY,2011, p. 118)

O Currículo tem uma intencionalidade compromissada com o conhecimento. Conhecimento sistematizado e articulado na prática, envolvendo todos os atores, pois ele é reconstruído na ação com a experiência de alunos e professores e a tecnologia faz parte do Currículo, pois a aula deve se estender além do espaço físico da escola através de blogs, sites, espaços virtuais dialógicos. É necessário o aluno compreender e agir no mundo e o Currículo se estrutura, de modo a contribuir para o ensinar a ver, viver e transformar. As narrativas curriculares se utilizam de linguagens adequadas ao aluno, mais aberto e flexível.

O papel do Gestor é o de estimular o diálogo e propiciar um ambiente com estratégias eficazes para a construção de um currículo unificado. Resgatar a Gestão Pedagógica do Diretor foi um dos temas em pauta no curso, pois é necessário que a Gestão tenha um olhar voltado na sala de aula, apresentando ajuda, intervenções e apoio. É necessário que Supervisor, Diretor, Vice-Diretor e Coordenadores estejam observando a sala de aula, para propiciar apoio e melhoria do ensino.

A formação continuada do professor e da equipe gestora tem a finalidade de atender às reais necessidades das escolas a favor da aprendizagem: profissionalizar a partir de trocas de experiências, reflexões da ação, discussão de técnicas que podem ser utilizadas em sala, a partir de ações simples que obtiveram sucesso, socialização dessas ações, repensar os hábitos. Para a utilização do AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem), os professores passaram por acompanhamento e apresentaram dificuldades que eram acompanhadas.

A importância do olhar de equipe foi destacada como fundamental para o bom andamento da escola, ou seja, o trabalho coletivo e a Educação no Mundo Contemporâneo e os Desafios do Currículo. É necessário que o professor tenha domínio das tecnologias, olhar sobre o Currículo, que saiba repensar o modelo de leitura e espírito coletivo para que a melhora no ensino se realize com propostas de leitura que façam sentido para o aluno de forma interessante e atrativa. O trabalho com contação de histórias, história em quadrinhos, desenhos, trabalhos de

coautorias, posicionamento do leitor estimula a leitura significativa. No Curso de Matemática, a palestrante tratou da ênfase e prioridade dada ao pensamento lógico, enquanto o modo narrativo é relegado a segundo plano, a importância da contação de histórias para o desenvolvimento do pensamento lógico, as diferentes formas de interpretação, a capacidade de abstração, a intuição. No curso foi citado Pierre Lévy, um dos referenciais teóricos deste trabalho e as teias e as conexões de aprendizagem, ressaltando também a necessidade de o professor estabelecer uma meta, um planejamento e a escolha do percurso. A narrativa pode fazer a síntese que pode encadear o conhecimento.

Dentre os desafios levantados nas palestras, estão a questão da desvalorização docente, o agravamento das condições estruturais da escola e do trabalho em sala de aula, o distanciamento entre pesquisas e programas de formação, a ineficiência dos programas de formação de professores que não atendem às necessidades imediatas da sala de aula e o desinteresse dos profissionais.

Observa-se, desse modo, que a discussão em torno de ações para diminuir a distância entre Currículo Proposto e o desenvolvido na escola foi a tônica da discussão. Na verdade, o professor é o implementador do Currículo e é de suma importância que ele tenha claro seus objetivos, sua concepção, pois ele é o caminho, a trajetória que será construída no chão da escola.

Foi levantado o questionamento quanto aos elaboradores e implementadores do Currículo, pois os atores que elaboram muitas vezes não são os mesmos que programam. Entre o Currículo Proposto e o Currículo Praticado estão as atitudes, os valores, o conhecimento e o contexto escolar que precisa ser considerado e são de suma importância para que o Currículo seja colocado em prática.

Quanto à certificação, o curso ofereceu certificado que contribui para a evolução funcional podendo interferir no salário-base, o que representa um fator de incentivo. Junto a isso, a Diretoria de Ensino com suas equipes gestoras insistiam para que os Gestores e Professores realizassem o curso. Os Coordenadores nas escolas procuravam estimular as inscrições e insistiam para que todos os professores participassem.

Dessa forma, o curso MGME foi visto como uma resposta a reivindicação dos professores da rede pública de ensino que esperavam por um curso voltado à

realidade do chão da escola e, principalmente, à Gestão de sala de aula. O foco na competência leitora e escritora presentes no Currículo foram a tônica do curso. No próximo capítulo, são discutidos os dados fornecidos pela EFAP e o questionário dos professores com o intuito de verificar a representação dos professores quanto ao curso.

4. DADOS DA EFAP E QUESTIONÁRIO COM PROFESSORES

Neste capítulo, são analisados, inicialmente, os dados fornecidos pela EFAP quanto aos professores que se inscreveram (matriculados) no curso “Melhor Gestão, Melhor Ensino” pela Diretoria de Ensino de Ribeirão Preto. A análise desenvolvida a seguir terá como referência o número de matriculados, as evasões e ainda os aprovados e reprovados.

Posteriormente, são analisados os questionários aplicados em quatro escolas da cidade de Batatais. O tratamento dos dados é como foco a discussão acerca da representação que os professores fizeram dos cursos realizados e, conseqüentemente, qual o potencial desses cursos em promoverem a formação continuada da rede e contribuir para o aprimoramento da prática docente e da melhoria do ensino.

A análise utilizar-se-á dos dados quantitativos fornecidos pela EFAP e dos questionários respondidos pelos professores numa abordagem qualitativa, como destaca Bardin:

A análise documental tem por objetivo dar forma conveniente e representar de outro modo essa informação, por intermédio de procedimentos de transformação. O propósito a atingir é o armazenamento sob uma forma variável e a facilitação do acesso ao observador, de tal forma que este obtenha o máximo de informação (aspecto quantitativo), com o máximo de pertinência (aspecto qualitativo). (BARDIN, 2011, p. 46)

Dessa forma, procura-se apresentar maiores informações possíveis para que a análise seja realizada.

4.1 – Análises dos dados fornecidos pela EFAP

Para ter acesso aos dados, foi primeiramente solicitado à Diretoria de Ensino

de Ribeirão Preto, que alegou não os possuir, pois eram computados pela EFAP. Ao entrar em contato com a EFAP, foi necessário o envio de ofício solicitando os dados. A EFAP alegou não ter tido retorno, pois enviou carta solicitando: aprovação do Comitê de Ética, Projeto de Pesquisa, Carta de Sigilo e autorização para publicação da dissertação junto à Diretoria da Universidade. A pesquisadora não teve resposta. Ao entrar em contato novamente com a EFAP, cerca de 6 a 8 meses depois, foram solicitados novamente os documentos, os quais deveriam ser entregues pessoalmente. Finalmente, em setembro de 2015, os dados foram fornecidos, assim como foram apresentados os regulamentos dos cursos.

Bardin destaca a relevância dos documentos para a realização da pesquisa:

Apelar para estes instrumentos de investigação laboriosa de documentos, é situar-se ao lado daqueles que, de Durkeim a P. Bourdieu passando por Bachelard, querem dizer não <a ilusão da transparência> dos factos sociais, recusando ou tentando afastar os perigos da compreensão espontânea. (BARDIN, 2011, p. 28)

A utilização dos dados fornecidos pela EFAP representa um documento de suma importância para apresentar os índices do andamento dos cursos “Melhor Gestão, Melhor Ensino”, no ano de 2013, de Gestão, Língua Portuguesa, Matemática e Ciências. O questionário dos professores contribuiu também para maior compreensão e leitura da realidade. A partir dos dados e de sua descrição com inferências, é descrito o que foi apresentado procurando impedir a compreensão meramente aleatória.

Dados fornecidos pela EFAP Escola de Formação e Aperfeiçoamento

Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Professores "Paulo Renato Costa Souza"

Centro de Avaliação – CENAV

Relatório Sintético de Participação na Ação Melhor Gestão, Melhor Ensino (2013)

Data: 22/09/2015

| CURSO | MATRICULADOS | | SITUAÇÃO – DIRETORIA DE ENSINO DE RIBEIRÃO PRETO | | | | | | | | |
|--|---------------|--------------|--|--------------|---------------|-------------------------------|--------------|---------------------------|--------------|-------------------------------|--------------|
| | NO CURSO | MATRICULADOS | | APROVADOS | | REPROVADOS POR APROVEITAMENTO | | REPROVADOS POR FREQUÊNCIA | | REPROVADOS POR APROV. E FREQ. | |
| | | Nº | Nº | % | Nº | % | Nº | % | Nº | % | Nº |
| Melhor Gestão, Melhor Ensino – Curso 1 – Formação de Formadores – Ciências – 1ª Edição/2013 | 340 | 6 | 1,76% | 6 | 100,00% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% |
| Melhor Gestão, Melhor Ensino – Curso 1 – Formação de Formadores – Gestão – 1ª Edição/2013 | 258 | 4 | 1,55% | 4 | 100,00% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% |
| Melhor Gestão, Melhor Ensino – Curso 1 – Formação de Formadores – Língua Portuguesa – 1ª Edição/2013 | 317 | 4 | 1,26% | 4 | 100,00% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% |
| Melhor Gestão, Melhor Ensino – Curso 1 – Formação de Formadores – Matemática – 1ª Edição/2013 | 331 | 3 | 0,91% | 3 | 100,00% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% |
| Melhor Gestão, Melhor Ensino – Curso 2 – Formação de Professores de Ciências – 1ª Edição/2013 | 8.135 | 149 | 1,83% | 139 | 93,29% | 0 | 0,00% | 7 | 4,70% | 3 | 2,01% |
| Melhor Gestão, Melhor Ensino – Curso 2 – Formação de Gestores Escolares – 1ª Edição/2013 | 11.389 | 197 | 1,73% | 182 | 92,39% | 0 | 0,00% | 4 | 2,03% | 11 | 5,58% |
| Melhor Gestão, Melhor Ensino – Curso 2 – Formação de Professores de Língua Portuguesa – 1ª Edição/2013 | 17.519 | 344 | 1,96% | 307 | 89,24% | 0 | 0,00% | 13 | 3,78% | 24 | 6,98% |
| Melhor Gestão, Melhor Ensino – Curso 2 – Formação de Professores de Matemática – 1ª Edição/2013 | 15.619 | 265 | 1,70% | 222 | 83,77% | 0 | 0,00% | 24 | 9,06% | 19 | 7,17% |
| Melhor Gestão, Melhor Ensino – Curso 3 – Aprofundamento de Conteúdos e Metodologias – Ciências – 1ª Edição/2013 | 5.342 | 95 | 1,78% | 78 | 82,11% | 0 | 0,00% | 3 | 3,16% | 14 | 14,74% |
| Melhor Gestão, Melhor Ensino – Curso 3 – Aprofundamento de Conteúdos e Metodologias – Ciências – Edição Especial | 161 | 2 | 1,24% | 2 | 100,00% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% | 0 | 0,00% |
| Melhor Gestão, Melhor Ensino – Curso 3 – Aprofundamento de Conteúdos e Metodologias – Língua Portuguesa – 1ª Edição/2013 | 10.846 | 225 | 2,07% | 203 | 90,22% | 0 | 0,00% | 5 | 2,22% | 17 | 7,56% |
| Melhor Gestão, Melhor Ensino – Curso 3 – Aprofundamento de Conteúdos e Metodologias – Matemática – 1ª Edição/2013 | 8.695 | 169 | 1,94% | 147 | 86,98% | 0 | 0,00% | 6 | 3,55% | 16 | 9,47% |
| TOTAIS | 78.952 | 1.463 | 1,85% | 1.297 | 88,65% | 0 | 0,00% | 62 | 4,24% | 104 | 7,11% |

Os dados fornecidos apresentam na primeira coluna a quantidade de professores **matriculados nos cursos** “Melhor Gestão, Melhor Ensino” em todo o estado de São Paulo num total de 78.952 inscritos. Em um cenário de aproximadamente 230.000 docentes do Estado de São Paulo, esse número de matrículas representa pouco menos de 35% do total. O módulo Formação de Professores de Língua Portuguesa – Curso 2 – 1ª edição, apresentou 17.519 inscritos,

tendo sido o de maior número de inscritos, seguido do Curso 2 de Formação de Professores de Matemática – 1ª edição, com 15.619 inscritos e Formação de Gestores escolares com 11.389 inscritos por módulo. Os módulos que apresentaram o menor número de inscritos foram: o Aprofundamento de Conteúdos e Metodologias – Ciências Edição especial – Curso 3, com o menor número de inscritos 161, seguido de Curso 1 – Formação de Formadores – Gestão, 1ª edição com 258 inscritos e Curso 1 – Formação de Formadores de Matemática, 1ª edição, com 331 inscritos. É possível perceber que o curso de Formação de Professores de Língua Portuguesa foi o que apresentou maior adesão. Vale ressaltar que uma das prioridades do Currículo é desenvolver as competências leitora e escritora, as quais não são consideradas de responsabilidade apenas da disciplina de Língua Portuguesa, e que, muitas vezes, se resumem às atividades desenvolvidas por ela.

O segundo curso com maior adesão foi Formação de Professores de Matemática. Note-se que os dois cursos destacados são dedicados às disciplinas presentes nas avaliações externas como SARESP, PROVA BRASIL e avaliações diagnósticas. Embora outras disciplinas estejam presentes, as avaliações priorizam as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. A quantidade de aulas semanais das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática são em média de 5 a 6 aulas semanais, enquanto a disciplina de Ciências, por exemplo, possui uma média semanal de 3 a 4 aulas.

Retomando os dados apresentados pelo quadro anterior, observa-se que as demais colunas dizem respeito à situação da Diretoria de Ensino de Ribeirão Preto quanto aos índices de Matriculados por módulo, aprovados, reprovados por aproveitamento, reprovados por frequência e reprovados por frequência e aproveitamento.

A partir da análise da realidade da Diretoria de Ensino, é possível observar o aumento da tentativa exploratória e buscar a descoberta quanto ao andamento da política desenvolvida, conforme cita Bardin.

Uma função heurística; análise do conteúdo enriquece a tentativa exploratória, aumenta a propensão à descoberta. É a análise de conteúdo <para ver o que dá>. (BARDIN, 2011, p. 30)

A partir dos dados e quanto maiores informações disponíveis, maior a

probabilidade de averiguar o desenrolar dos cursos e a representação dos professores. A análise possibilita a reflexão quanto à política e seu desenvolvimento.

Nessa perspectiva, na segunda coluna, é apresentada a quantidade de professores da Diretoria de Ribeirão Preto, que foram **matriculados** em cada módulo do curso e sua porcentagem de inscritos em relação ao Estado de São Paulo como um todo. É possível notar uma porcentagem menor de 2% em todos os cursos, considerando o total de professores do estado. A maior porcentagem da Diretoria de Ensino de Ribeirão Preto é apresentada no Curso 3 – Aprofundamento de Conteúdos e Metodologias – Língua Portuguesa, 1ª edição, tendo ultrapassado os 2% e apresentando uma porcentagem de 2,07%, seguido do Curso 2 – Formação de Formadores de Língua Portuguesa, 1ª edição, com uma porcentagem de 1,96%. A menor porcentagem é de 0,91 no módulo de Formação de Formadores de Matemática, 1ª edição, seguida do Curso 3 – Aprofundamento de Conteúdos e Metodologias – Ciências, 1ª edição, com uma porcentagem de 1,24%. O total de matriculados nos módulos pela Diretoria de Ensino de Ribeirão Preto foi de 1.463 inscritos, o que representou uma porcentagem de 1,85%, considerada relativamente baixa. No estado de São Paulo, o curso com maior adesão foi o Curso 2 – Formação de Professores de Língua Portuguesa, 1ª edição, com 17.519 inscritos e o curso com menor adesão foi o Curso 3 – Aprofundamento de Conteúdos e Metodologias – Ciências, Edição Especial com 161 inscritos. Observa-se que, em relação ao estado e à Diretoria de Ensino de Ribeirão Preto, os cursos com maior adesão foram de Língua Portuguesa, disciplina muitas vezes responsabilizada pela competência leitora. Mas, quanto aos menores índices de adesão pela Diretoria de Ensino de Ribeirão Preto, está o curso Formação de Formadores de Matemática, enquanto no estado a menor adesão ficou com o Curso 3 – Aprofundamento de Conteúdos e Metodologias – Ciências, Edição Especial.

Observa-se que os cursos tiveram um número baixo de professores o que se reflete na escola. Quanto o maior número de professores, maior o impacto na escola e, conseqüentemente, maiores possibilidades de melhoria na prática pedagógica e na qualidade de ensino. Os cursos oferecidos, então, apresentaram baixos índices de participação. Considerando a dimensão do estado e quantidade de professores envolvidos e suas porcentagens que giram em torno de menos de 2% no total de

matriculados pode-se inferir que quanto menor o número de professores envolvidos no processo de formação menores as possibilidades de reflexão, discussão e impactos em sala de aula. É necessário levar em consideração os níveis de eficácia e eficiência de um programa que está envolvido em uma política pública que deve ter como meta atingir 100% dos professores envolvidos na rede pública de ensino.

Na coluna dos **aprovados**, as porcentagens ultrapassam os 80% em todos os módulos do curso. A menor porcentagem que é de 82,11% foi encontrada no Curso 3 – Aprofundamento de Conteúdos e Metodologias – Ciências. Depois, atingindo os 100% de aproveitamento, estão os cursos de Formação de Formadores de Gestão, Ciências, Matemática, Língua Portuguesa e também o Curso 3 de aprofundamento de Conteúdos e Metodologias – Ciências – Edição Especial. Vale ressaltar que o Curso de Formadores foi direcionado àqueles que seriam os tutores dos Cursos 2 e 3. É possível perceber uma porcentagem elevada de aprovados, considerando um total de 88,65% de aprovação.

Na coluna dos **reprovados por aproveitamento**, a porcentagem apresentada foi 0%, ou seja, o aproveitamento foi satisfatório para todos os que concluíram os módulos. Vale ressaltar que os tutores solicitavam que os professores em formação refizessem suas atividades quando necessário, como também, para aqueles que apresentavam dificuldades na resolução das atividades, era oferecido auxílio na Diretoria de Ensino. Tal informação foi fornecida através de conversa com a Diretora do Núcleo Pedagógico da Diretoria de Ensino de Ribeirão Preto.

A avaliação parte de alguns critérios que foram elencados pela organização dos cursos e vale ressaltar sua subjetividade, como destaca Perrenoud na citação a seguir. Mesmo diante de objetivos bem definidos, a avaliação é uma representação de alguns valores pré-definidos.

As finalidades declaradas ou dissimuladas da avaliação não bastam para explicar tudo. Mesmo que a avaliação não seja um fim em si, é raro que seja inteiramente ordenada em função de objetivos bem-definidos. Mesmo quando os objetivos são bem claros, os conteúdos e os procedimentos da avaliação adotados não são necessariamente a maneira ótima, mais eficaz ou a mais racional de alcançá-los. (PERRENOUD, 1999, p. 55)

Na coluna dos reprovados, numa análise quantitativa, podemos inferir que, de acordo com os indicadores apontados na Tabela, nenhum professor foi reprovado

por mau aproveitamento. Logo, todos os inscritos tiveram aproveitamento satisfatório para a aprovação. Todavia, a última coluna apresenta reprovados por aproveitamento e frequência. Tal informação é contraditória, uma vez que essa mesma coluna não apresenta nenhum aluno reprovado por aproveitamento.

Na quinta coluna, quanto aos **reprovados por frequência**, é possível observar um índice mais elevado no Curso 2 – Formação de Formadores de Matemática com um índice de 9,06% e os índices mais baixos como 0% de reprovação por frequência nos Cursos 1 de Formação de Ciências, Gestão, Língua Portuguesa, Matemática e no Curso 3 – Aprofundamento de Conteúdos e Metodologias – Ciências, Edição Especial. Tais módulos também apresentaram 100% de aproveitamento. Vale ressaltar que o público-alvo de tais cursos era composto por: Supervisores de Ensino, Professores Coordenadores do Núcleo Pedagógico (PCNP) das áreas específicas e, na ausência dos PCNPs, poderia ser indicado um Professor Coordenador das unidades escolares. A frequência era contabilizada com base nas atividades presenciais e a distância, sendo obrigatória frequência mínima de 80%.

Na sexta coluna e quanto aos **reprovados por aproveitamento e frequência**, os menores índices foram nos seguintes cursos: Curso 1 – Formação de Formadores – Ciências, 1ª edição, Curso 1 – Formação de Formadores – Gestão, Curso 1 – Formação de Formadores – Língua Portuguesa, Curso 1 – Formação de Formadores – Matemática e Curso 3 – Aprofundamento de Conteúdos e Metodologias – Ciências, Edição Especial, com índice de 0%, ou seja, sem reprovação. Logo, todos os inscritos nesses módulos foram aprovados.

O índice mais elevado quanto à reprovação por aproveitamento e frequência foi encontrado no Curso 3 – Aprofundamento de Conteúdos e Metodologias – Ciências, 1ª edição, com uma porcentagem de 14,74% de reprovados. O índice total de reprovados foi de 7,11%, sendo relativamente baixo e considerando a quantidade de reprovados por frequência.

Com a descrição dos dados fornecidos pela EFAP (aspecto quantitativo) e os questionários respondidos pelos professores (aspecto qualitativo), procura-se descrever para o leitor o andamento do curso com o máximo de informação possível para maior compreensão.

A Tabela não apresenta uma coluna para professores evadidos no curso e,

ao observar a quantidade de reprovados, é possível perceber que o índice de evasão foi relativamente baixo, como, por exemplo, o Curso 3 – Aprofundamento de Conteúdos e Metodologias – Ciências, 1ª edição, com uma porcentagem de 14,74% de reprovados, apresentou um total de aprovados relativamente alto, 82,11%. Logo, pelos dados fornecidos, é possível inferir que todos os módulos do curso apresentaram um bom aproveitamento.

Desse modo e a partir da análise dos dados fornecidos pela EFAP, pode-se constatar a baixa abrangência dos cursos “Melhor Gestão, Melhor Ensino” pela Diretoria de Ensino de Ribeirão Preto e, conseqüentemente, o baixo impacto no chão da escola. O foco do curso em disciplinas específicas como Língua Portuguesa, Matemática e Ciências e a preocupação em garantir o aproveitamento de todos os participantes também são visíveis nos dados. Tais dados corroboram com as informações apontadas por Gatti:

Os processos de formação continuada desenvolvidos desde os anos 1980, quer para atualização ou complementação de conhecimentos, quer para preparar a implementação de uma reforma educativa, não produziram os efeitos esperados. Entre as razões invocadas estão a dificuldade da formação em massa, a brevidade dos cursos, realizados nos limites dos recursos financeiros destinados, e a dificuldade de fornecer, pelos motivos citados, ou ainda pelo nível de preparação das instituições formadoras, os instrumentos e o apoio necessários para a realização das mudanças esperadas. (GATTI, 2009, p. 201)

No que diz respeito ao excerto anterior, destaca-se ainda a dificuldade da formação em massa, como revelam os dados da EFAP, que apresentou as porcentagens dos professores matriculados nos cursos e sua baixa abrangência. Pode-se concluir também a dificuldade em atingir as mudanças esperadas, uma vez que a abrangência foi relativamente baixa.

No próximo item, os questionários dos professores são analisados e as observações quanto ao aproveitamento do curso e seu desenvolvimento serão discutidas a partir das respostas dos professores.

4.2. Análise dos questionários

Nesse item, são discutidos os questionários aplicados a 38 professores de 4

escolas da cidade de Batatais ,pertencentes à Diretoria de Ensino de Ribeirão Preto da rede pública estadual de ensino e que realizaram o curso “Melhor Gestão, Melhor Ensino” no ano de 2013.

No que diz respeito à análise dos questionários e para sua realização, foi utilizado o referencial teórico Laurence Bardin, 2011.

Questionário: Apêndice A

A partir da análise dos questionários, tem-se o objetivo delinear, mediante as respostas, a representação dos professores e alguns elementos do contexto, bem como o perfil dos envolvidos. Como aponta Bardin, a necessidade de definir o campo do corpus, no caso em destaque, os questionários aplicados nas escolas, contribuiu para analisar a representação dos professores.

Regras da exaustividade: uma vez definido o campo do corpus (entrevistas de um inquérito, respostas a um questionário, editoriais de um quotidiano de Paris, entre tal e tal data, emissões de televisão sobre determinado assunto, etc.), é preciso terem-se em conta todos os elementos desse corpus.(BARDIN, 2011,p.97)

Na análise dos questionários e delineando cada aspecto das respostas ao questionário, procura-se apresentar os elementos desse corpus. Portanto, a faixa etária, os anos de experiência do professor, sua formação inicial influenciam em seu desenvolvimento e posicionamento no curso em formação.

O questionário foi aplicado a professores de quatro escolas da cidade de Batatais da rede pública estadual de ensino, alguns professores se recusaram a responder aos questionários, mas cerca de 95% respondeu e entregou no ato e também posteriormente. A aplicação deu-se no horário de ATPC (Aula de Trabalho Pedagógico Coletivo), em que se encontrava a maior parte dos professores. Uma média de 60 professores respondeu aos questionários. Cada escola possuía uma média de 10 a 15 professores em ATPC. Vale ressaltar que os cursos de MGME foram oferecidos nas disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática e Ciências. Muitos professores em ATPC eram de outras áreas do conhecimento ou não realizaram o curso em 2013. Dos questionários respondidos, foram selecionados os que apresentaram professores que realizaram os cursos MGME.

A seguir, tem-se a quantidade de Professores Inscritos nos cursos MGME
Quantidade de professores que realizaram o curso “Melhor Gestão, Melhor

Ensino” no ano de 2013

| Curso | Professores Inscritos |
|-------------------|-----------------------|
| Gestão | 1 |
| Língua Portuguesa | 13 |
| Matemática | 14 |
| Ciências | 11 |

Do total de 38 professores que responderam ao questionário, 1 realizou o curso de Gestão, apresentando formação inicial na área de Língua Portuguesa; 13 apresentaram formação inicial na área de Letras e realizaram o curso de Língua Portuguesa; 14 realizaram o curso de Matemática, sendo que 13 apresentaram formação inicial em Matemática e 1 apresentou formação inicial em Física; 11 realizaram o curso de Ciências, sendo que 10 apresentaram formação inicial em Ciências Biológicas e 1 formação inicial em Química. Em relação à quantidade de professores que receberam os questionários, a quantidade de inscritos nos cursos MGME é relativamente baixa. Vale ressaltar a baixa abrangência e o baixo impacto no chão da escola, a partir dos inscritos apresentados. Dos docentes que receberam os questionários, muitos eram de outras áreas do conhecimento. Os professores das disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências foram incentivados pela Gestão escolar a participar dos cursos.

A seguir, são apresentadas a formação inicial dos professores que realizaram os cursos, a experiência profissional e a Idade.

Professor que realizou o curso de Gestão:

Formação Inicial Experiência Profissional Idade

| | | |
|--------------------|---------|---------|
| Formação em Letras | 12 anos | 47 anos |
|--------------------|---------|---------|

No próximo quadro, tem-se a experiência profissional dos professores que realizaram o curso de Língua Portuguesa.

Quantidade de Professores Anos de Experiência Idade

| | | |
|-------------|---------------|---------------|
| 1 professor | Não respondeu | Não respondeu |
| 1 professor | 4anos | 27 anos |
| 1 professor | 6 anos | 28 anos |

| | | |
|---------------|---------|------------------|
| 1 professor | 8 anos | 37 anos |
| 1 professor | 10 anos | 47 anos |
| 1 professor | 11 anos | 46 anos |
| 2 professores | 12 anos | 34 anos |
| 2 professores | 15 anos | 43 anos/ 51 anos |
| 1 professor | 17 anos | 37 anos |
| 1 professor | 18 anos | 40 anos |
| 1 professor | 28 anos | 51 anos |

Na sequência, encontram-se a experiência Profissional e a Idade dos Professores que realizaram o curso de Matemática.

| Quantidade de Professores | Anos de Experiência | Idade |
|---------------------------|---------------------|------------------|
| 1 professor | 4 anos | 33 anos |
| 1 professor | 8 anos | 35 anos |
| 2 professores | 10 anos | 32 anos/ 57 anos |
| 1 professor | 12 anos | 34 anos |
| 1 professor | 1 anos | 43 anos |
| 3 professores | 17 anos | 41/43/46 anos |
| 1 professor | 20 anos | 44 anos |
| 1 professor | 22 anos | 45 anos |
| 1 professor | 24 anos | 53 anos |
| 1 professor | 25 anos | 60 anos |
| 1 professor | 27 anos | 52 anos |

No próximo quadro, aparecem a experiência Profissional e a Idade dos professores que realizaram o curso de Ciências.

| Quantidade de Professores | Anos de Experiência | Idade |
|---------------------------|---------------------|-------------|
| 1 professor | 2 anos | 29 anos |
| 2 professores | 4 anos | 24/ 28 anos |
| 1 professor | 6 anos | 34 anos |
| 1 professor | 7 anos | 31 anos |
| 1 professor | 15 anos | 39 anos |

| | | |
|---------------|---------|-----------------|
| 1 professor | 16 anos | 39 anos |
| 2 professores | 22 anos | 42 anos/51 anos |
| 1 professor | 23 anos | 55 anos |
| 1 professor | 25 anos | 55 anos |

Os professores que apresentaram uma quantidade de anos de experiência profissional maior alegavam que os cursos oferecidos pela Secretaria da Educação deveriam estar mais condizentes com a realidade da escola, embora ressaltassem a importância da formação continuada. A principal reclamação foi quanto aos prazos dos cursos, ou seja, pouco tempo para a realização das atividades. Os que estavam próximos da aposentadoria alegaram que não utilizaria o curso para nada. Nos questionários, os professores apontavam que, embora a formação possibilite ampliação do conhecimento e interação entre os pares, não atende às expectativas e necessidades do chão da escola. Tal reclamação apontada pelos professores é também citada por Gatti quanto às principais queixas no processo de formação continuada:

De forma não unânime, os professores apontam aspectos positivos como a oportunidade de aprofundar conhecimentos, o acesso a novos conceitos que ampliam suas possibilidades de análise das situações de ensino, as interações com os pares, o contato com os formadores. As queixas, contudo, ocorrem em uníssono:

- a formação continuada é organizada com pouca sintonia com as necessidades e dificuldades dos professores e da escola;
- os professores não participam das decisões acerca dos processos de formação aos quais são submetidos;
- os formadores não têm conhecimento dos contextos escolares e dos professores que estão a formar;
- os programas não preveem acompanhamento e apoio sistemático da prática pedagógica dos professores, que sentem dificuldade de entender a relação entre o programa e suas ações no cotidiano escolar.(GATTI, 2009, p.221)

Os professores com menor quantidade de anos de experiência profissional destacavam a importância da formação e o direcionamento do curso para o esclarecimento e cumprimento do Currículo, embora também apresentassem críticas quanto aos curtos prazos, vídeos cansativos e fora da realidade da escola, plano de aula como cópia do Currículo.

Uma vantagem ressaltada foi a adequação das atividades ao seu tempo e

lugar disponível, visto que eram realizadas virtualmente.

Quanto à experiência profissional, é possível analisar que a maioria dos professores possui certa experiência profissional. O índice mais baixo foi de 2 anos, apresentado por um professor que realizou o curso de Ciências. O índice mais elevado foi o de um professor com 28 anos de experiência que realizou o curso de Língua Portuguesa. A faixa etária dos professores que realizaram o curso de Língua Portuguesa está entre 27 e 51 anos. A faixa etária dos professores que realizaram o curso de Matemática está entre 32 e 60 anos. A faixa etária dos professores que realizaram o curso de Ciências está entre 24 e 55 anos. Como foi dito anteriormente, quanto mais próximos da aposentadoria, menos significado o curso apresentava para o professor em formação.

Segundo os professores, o abandono do curso estava relacionado aos prazos curtos para realização das atividades e a consequente perda das datas de entrega, bem como à falta de tempo para dedicação ao curso e ao desinteresse.

A seguir, é apresentado o índice de desistência dos cursos:

Curso de Gestão

Desistiu

Não desistiu

| | |
|--|-------------|
| | 1 professor |
|--|-------------|

Curso de Língua Portuguesa:

Desistiram

Não desistiram

| | |
|---------------|---------------|
| 3 professores | 9 professores |
|---------------|---------------|

Dentre os motivos apontados como causadores da desistência, podemos destacar: luto, falta de tempo, muita leitura, não considerou pertinente ao desempenho pedagógico, fazia outro curso, o que gerou acúmulo de atividades e não conseguia acompanhar e não despertou o interesse como educador. A falta de tempo e a jornada de trabalho do professor é também outro aspecto citado por Gatti, segundo o qual o professor do setor público tem maiores jornadas de trabalho que do privado.

No setor público os professores da educação básica têm maiores jornadas de trabalho do que no privado (medianas 30 e 25 horas, respectivamente), tendência que se repete na educação infantil, no ensino fundamental e no médio. A maior diferença de jornada entre os setores público e privado ficou por conta dos professores do ensino médio, que apresentaram mediana de 40 horas no primeiro e 26 no segundo. (GATTI, 2009, p.31)

| Curso de Matemática | |
|---------------------|----------------|
| Desistiram | Não desistiram |
| 4 professores | 10 professores |

Dentre os motivos apontados como causadores da desistência, podemos destacar: falta de tempo, perdeu a data da entrega das atividades e prazo curto para a realização das atividades.

| Curso de Ciências | |
|-------------------|----------------|
| Desistiu | Não desistiram |
| 1 professor | 10 professores |

O professor não apontou motivo como causa da desistência e alegou ter parado no módulo 2.

O abandono dos cursos, portanto, não estava relacionado necessariamente a dificuldades apresentadas para sua realização, mas à disponibilidade, ao interesse e ao envolvimento dos professores. O interesse e a disponibilidade foram aspectos apontados por Gatti (2009) como queixas no processo de formação continuada e citados anteriormente principalmente no que diz respeito à distância entre os cursos oferecidos e a realidade da escola.

Quanto à interatividade, os professores alegaram que participavam dos fóruns e que tal participação era necessária, pois fazia parte da carga horária do curso.

Quanto ao horário em que os professores realizavam as atividades:

| Manhã | Tarde | Noite | Semana | Final de semana |
|---------------|---------------|----------------|----------------|-----------------|
| 2 professores | 3 professores | 26 professores | 27 professores | 11 professores |

O horário mais presente nos questionários para a realização das atividades é o noturno e o período durante a semana. Apenas 11 professores alegaram realizar as atividades no final de semana. Vale ressaltar que o horário dos professores é bem variado, considerando que, frequentemente, trabalham em mais de uma escola.

Em relação às dificuldades encontradas para a realização das atividades, podemos observar que: 29 professores alegaram não apresentar dificuldades para a

realização das atividades, 10 professores alegaram ter tido dificuldades no desenvolvimento das atividades. As dificuldades apontadas foram: uso de algumas ferramentas, dificuldade para postar, na construção de blogs, na realização das atividades em geral e principalmente naquelas que necessitavam de outros colegas do grupo, pouco tempo para realização das atividades, para navegar no início, interatividade e pela falta de netiqueta, ou seja, regras de etiqueta na internet, nas atividades de vivência, porque o tutor exigiu plano de aula idêntico ao currículo, falta de tempo, digitação de mapas conceituais.

Quanto à relação do curso com a realidade da escola, 30 alegaram que o curso estava voltado à realidade da escola, 7 professores alegaram que não. Apenas 2 apontaram que os cursos estavam parcialmente voltados à realidade da escola. Os motivos pelos quais o curso não estava voltado à realidade da escola foram apontados como: a teoria é bonita, mas o governo não oferece cursos de formação continuada que possibilite que o professor possa ter uma vida além do trabalho, escola com realidade diferente, conteúdos e métodos inaplicáveis em salas problemáticas.

Quanto às vantagens dos cursos *online*: disponibilidade para realização, aprimoramento profissional, gratuidade, atualização das práticas pedagógicas, atualização, ritmo de sequência didática, conforme a disponibilidade, respeitando o ritmo de cada um, economia de transporte e tempo, pois poderiam realizar as atividades em casa ou local adequado, praticidade, troca de experiências, evolução funcional, aproximação do professor ao Currículo e da proposta da Secretaria da Educação, autonomia para realizar as atividades, agilidade no acesso a arquivos e materiais de estudo, novos conhecimentos e formas de estudo, pesquisa e orientação para atuação em sala de aula.

Quanto às desvantagens, podemos destacar: muitas reclamações quanto aos tutores, alegando demora nas devolutivas, o que consideravam atrapalhar a realização das atividades e falta de clareza nas respostas, falta de interação direta com o professor. Os prazos para a realização das atividades também representaram um fator relevante, pois muitos professores apontaram que os prazos eram curtos, o que os impediam de concluir as atividades. Os trabalhos em grupo também eram vistos por muitos como entrave, pois não conseguiam realizar no prazo previsto, muitos alegaram que seria necessário que as trocas fossem realizadas de forma

presencial ou síncrona. Os assuntos discutidos nos cursos já eram de conhecimento de alguns professores, gerando desinteresse. Além disso, muitos assuntos discutidos também estavam sendo abordados com práticas que não condiziam com a realidade da sala de aula. A falta de motivação também foi apontada como uma desvantagem, além de aspectos como: disciplina para realização das atividades, sobrecarga no tempo livre do professor, excesso de material para pouco tempo, demora na entrega dos certificados, participação superficial nos fóruns e fora da realidade da sala de aula com postagens fantasiosas, cursos monótonos e cópias dos conteúdos apresentados, falta de encontros presenciais para troca de experiências, tutores pouco interativos, pouca interatividade nos fóruns, prejuízo na relação interpessoal dos professores.

Outros fatores negativos foram apresentados, tais como: época do ano em que os cursos são oferecidos, não ter disponível um horário em que o professor esteja na escola para a realização dos cursos, falta de domínio dos recursos tecnológicos utilizados para realização dos cursos por parte dos professores. Alguns professores acreditam que seja necessária primeiramente a capacitação para o uso das tecnologias e depois oferecer um horário para o professor realizar as atividades dentro da própria escola, com supervisão de um tutor presencial que domine as ferramentas. Alguns professores alegaram a dificuldade com o uso das tecnologias e a falta de domínio. Gatti aponta, principalmente, a necessidade de perceber a realidade do professor e conduzi-lo a uma emancipação digital, ou seja, propiciar a ele condições de desenvolvimento e apropriação das tecnologias:

Dessa forma, o que necessitamos é compreender a realidade do docente e fornecer subsídios técnico-didático-pedagógicos para que possa se emancipar digitalmente e, assim, propor práticas, a partir do uso de diferentes TD, de forma a consistir em uma inovação no contexto educacional.(GATTI, 2011, p.131)

Foram citados também vídeos muito longos e sem ligação com a realidade, cansativos e desmotivantes para alguns e tutores que entendem plano de aula como cópia do currículo.

Nota-se, portanto, que as dificuldades apresentadas para realização dos cursos estavam relacionadas necessariamente ao significado do curso para os professores e à necessidade de reflexão quanto à sua atuação profissional. Os

cursos oferecidos pela Secretaria da Educação representam um ponto de partida para a construção de uma mentalidade que se desenvolverá no chão da escola, nas reuniões coletivas e na prática diária. Independentemente da modalidade do curso oferecido, é de suma importância que o professor consiga desenvolver essa reflexão da prática pedagógica, como aponta Gatti.

No entanto, o essencial não é a tecnologia digital em si, mas sim a necessidade de reconfigurar ou de criar novas práticas pedagógicas que possam suportar e potencializar a ação e a interação dos sujeitos. Independentemente da modalidade educacional a ser desenvolvida, a prática precisa contemplar a cooperação, bidirecionalidade e a multiplicidade de conexões e de inter-relações entre informações, sujeitos e tecnologia. Assim, é necessário que o docente perceba a importância de desenvolver a capacidade reflexiva constante na/sobre sua prática pedagógica, a sua atuação profissional, para que, a partir disso, seja possível instaurar um processo de formação continuada e permanente que tenha como foco a problematização da ação do próprio docente, com base na sua reflexão. (GATTI, 2011, p.133)

Dessa forma, a análise dos questionários aponta os entraves e as vantagens no curso, além de destacar, principalmente, a necessidade de se repensar o modelo utilizado e o entendimento do conceito de educação online por parte dos elaboradores dos cursos, tutores e professores em formação, a fim de que essa modalidade possa contribuir no bom desenvolvimento de tal formação continuada.

5 . CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o histórico da formação continuada no Brasil e no Estado de São Paulo, é possível observar as lacunas na formação inicial dos professores e que, muitas vezes, procura-se sanar tais lacunas com a formação continuada. A formação continuada é de suma importância para a atuação do professor e para que ele possa enfrentar os desafios do contexto atual, sendo na verdade um acompanhamento e um aprofundamento da formação do professor e não um preenchimento de lacunas na formação inicial.

A formação continuada online, todavia, tem sido implementada na maioria dos cursos de formação continuada no estado de São Paulo, mas apresenta inúmeros desafios no processo de sua implementação. Nesse cenário, vários cursos são autoinstrucionais e alguns semipresenciais.

O estudo do curso “Melhor Gestão, Melhor Ensino”, implementado pela EFAP no ano de 2013, na modalidade semipresencial, objeto desta pesquisa, como resposta a reivindicações dos professores, procurou discutir o Currículo, focando nas competências leitora e escritora nas disciplinas de Língua Portuguesa, Matemática e Ciências e direcionado aos Gestores.

Diante de tal pesquisa, a partir de dados fornecidos pela EFAP e de questionários aplicados a 38 professores da cidade de Batatais, Diretoria de Ensino de Ribeirão Preto, é possível inferir que a formação continuada, seja ela online ou semipresencial, como é o caso do curso pesquisado, ainda apresenta inúmeros entraves.

A maior parte do curso analisado foi realizada online com tutores e atividades em fóruns e alguns encontros presenciais. A representação dos professores em relação ao curso demonstra a necessidade de aprimorar tal formação. Considerando que muitos professores apresentaram como desvantagem do curso a presença de um professor, é necessário rever o conceito de educação online em um ambiente cibercultural que propicie uma formação dialógica, democrática, de diversidade e autônoma, como discute Silva:

A educação online – modalidade permitida pelo computador online e pelos ambientes online de aprendizagem – ainda subutiliza as potencialidades de produção e socialização de informações e de conhecimentos próprios das

interfaces chat, listas, fórum, blog etc. O que se pode ver em larga escala é a transposição de expedientes próprios da sala de aula presencial, onde o professor é um apresentador que transmite saberes aos alunos. (SILVA, 2007, p. 81)

A educação online nos cursos de formação, muitas vezes, ainda se utiliza dos mesmos recursos utilizados pela formação presencial. Quando não, restringem-se apenas à transmissão de informações. Nos questionários, uma professora apontou que o tutor exigia plano de aula idêntico ao Currículo, ou seja, reprodução do conteúdo apresentado, sem considerar que o Currículo é um norteador do trabalho docente e não um fim em si mesmo.

Diante da diminuição nos custos para implementação, um dos aspectos apontados pelo neoliberalismo, é necessário muito cuidado para não subutilizar as interfaces e prejudicar o processo de formação docente. A coautoria é importante, pois minimiza a sensação de distanciamento. Muitos professores apontaram a sensação de distanciamento como um entrave ao desenvolvimento das atividades. A coautoria, a dialogicidade, a interatividade, a problematização lançada pelo tutor e a presença diária possibilitam um ambiente cibercultural de contribuição da construção da aprendizagem. O tutor, como um profissional que administra, tira dúvidas, orienta, facilita o processo de aprendizagem, necessita estar engajado e possibilitar as interações necessárias.

É preciso notar as mudanças no contexto atual e se utilizar das Tecnologias Digitais de Comunicação e Informação na formação continuada docente. No entanto, para Silva, isso deve ser feito de modo que o uso seja feito de maneira eficaz, propiciando interação e envolvimento docente.

Ciberespaço e cibercultura significam rompimento paradigmático com o reinado da mídia de massa baseada na transmissão. Enquanto esta efetua a distribuição para o receptor massificado, o ciberespaço, fundado na codificação digital, permite ao indivíduo teleintraínterante a comunicação personalizada, operativa e colaborativa em rede hipertextual.

Nesse novo contexto sociotécnico, o site não deve ser assistido e sim manipulado, pois pressupõe imersão participação-intervenção do indivíduo – experiência incomum na mídia de massa. Os cursos online herdeiros da pedagogia da transmissão subutilizam as disposições comunicacionais do ciberespaço e a demanda comunicacional da cibercultura. (SILVA, 2007, p. 82)

Um ambiente que propicie a coautoria e interatividade representa um

rompimento com a mentalidade de mera transmissão do conhecimento e, portanto, é mais atrativo e provocador. Ademais, o desenho didático do curso que possibilita articulações, hipertextualidade com tutor e professor engajado no processo de formação tem maior possibilidade de atingir seus objetivos.

Em seu planejamento, uma política pública apresenta os objetivos a serem atingidos. Logo, ter o conhecimento da modalidade online, com suas vantagens, desvantagens e funcionalidade, é de suma importância na elaboração e implementação dessas ações, no caso em questão a política pública dos cursos de formação continuada de professores.

O relevante é oferecer tal política pública de formação continuada ao professor, levando em consideração todos os aspectos dessa política. A qualidade do curso deve ser uma prioridade e, uma vez que o estado procura propiciar cursos de formação continuada na modalidade online, é necessário levar em consideração todas as implicações de sua implementação e de sua modalidade.

O desenho didático do curso no processo de elaboração, os atores envolvidos nesse processo e a organização no suporte técnico necessitam considerar que as novas gerações possuem uma aparelhagem cognitiva de interatividade e a lógica do pensamento como se possuíssem hiperlinks. E as possibilidades de criação dos jogos, os avatares representam essa realidade, de modo que os cursos de formação continuada, principalmente na modalidade online, precisam ser elaborados e implementados, a partir de um desenho didático que propicie tal criação.

Quanto menor a distância entre os elaboradores da política e os implementadores, maior a possibilidade da política atingir seus objetivos. Vale ressaltar a necessidade de os atores estarem envolvidos com a elaboração e a implementação, para que tenham a noção do que ocorre na prática. É, sobretudo, fundamental que o professor esteja envolvido no processo de elaboração, uma vez que ele detém a experiência no chão da escola e a consciência dos conflitos e desafios da rotina escolar.

Uma política pública pode ser muito bem elaborada e delineada, mas não ser bem implementada, pois são a sua implementação e a proximidade com a elaboração que contribuirão para a eficiência e eficácia de tal política, conforme Fonseca:

O processo de construção da política educacional de um país é dependente de vários fatores internos e externos. Os objetivos educacionais interligam-se aos projetos nacionais de desenvolvimento e estes, por sua vez, atendem de forma mais ou menos autônoma aos requisitos gerados pelas mudanças do quadro político econômico mundial. Internamente, são geradas demandas da sociedade, mais especificamente, aquelas que partem dos educadores, muitas vezes sustentando posições contrárias à política oficial.(FONSECA,2014,p.265)

Portanto, muitas vezes as inquietações dos educadores não são atendidas diante do contexto de elaboração e implementação da política. O curso “Melhor Gestão, Melhor Ensino”, oferecido em 2013, foi apontado como resposta a reivindicações dos professores, mas, pela análise feita dos questionários, é possível destacar que os objetivos a que se destinava não foram atingidos com eficiência, embora apresentem dados de aprovação acima de 80%. É importante considerar a complexidade da elaboração e implementação de uma política pública e as necessidades no entorno do ambiente escolar. Os cursos de formação continuada são de suma importância para a reflexão do professor quanto a sua atuação profissional, à identidade do professor, aos desafios do mundo atual, às expectativas da sociedade quanto à educação oferecida pela rede pública de ensino; logo, cada um desses aspectos precisa ser cuidadosamente considerado e estar envolvido em toda dinâmica dos cursos de formação.

Há que se considerar que o contexto atual está permeado pelas Tecnologias de Comunicação e Informação, das quais é preciso se apropriar na formação docente e, por extensão, na atuação profissional, embora isso não seja uma garantia suficiente para a melhoria da qualidade das aulas. Faz-se necessária uma constante reflexão quanto à prática pedagógica e ao papel do professor na atualidade, bem como o entendimento de uma educação online significativa e de contribuição à construção do conhecimento, e não apenas mera transmissora de informações. Vale ressaltar que a compreensão da educação online não é a garantia da eficácia de um curso nessa modalidade de ensino, visto que ela apresenta vários entraves como: evasão, sucateamento, dificuldades no domínio das tecnologias digitais, dentre outros.

Traçar o perfil dos professores que realizarão determinado curso, o desenho didático do curso, o conhecimento da realidade escolar, cursos que estejam voltados para problemas enfrentados diariamente no chão da escola, a formação dos tutores,

pois alguns professores alegaram que o tutor nem sempre tinha formação na área em que atuava, o apoio frequente dos tutores nas devolutivas das atividades, envolvimento e interação por meio de fóruns, chats, e-mails, skype, videoconferências, blogs para minimizar a sensação de solidão e esclarecimento de dúvidas surgidas contribuem para que o formato do curso atinja seus objetivos propostos.

Os atores que implementarão a política precisam apresentar perfil adequado, domínio das tecnologias, domínio do conteúdo específico ministrado no curso, entendimento quanto à educação online e suas implicações, bem como a clareza quanto ao papel do professor e seus desafios na atualidade. O tutor, por sua vez, necessita estar envolvido com os professores em formação e acompanhar seu processo de aprendizagem com fluidez nas devolutivas, respeitando os diferentes ritmos de aprendizagem, esclarecendo dúvidas e incentivando o professor em formação para não comprometer seu andamento e desestimulá-lo.

Diante da complexidade da implementação de uma política pública, é necessário, então, entender todo o contexto de sua elaboração e implementação, bem como compreender que, no caso do curso de formação continuada, objeto desta pesquisa, semipresencial e que se utiliza da educação online, ainda existem muitos desafios a serem superados e entraves que precisam ser cuidadosamente averiguados e sanados, a fim de propiciar à rede pública de ensino cursos voltados à realidade da escola e que atendam aos objetivos estabelecidos pela política em questão. Somente a diminuição da distância entre a elaboração e a implementação da política pública, considerando atores envolvidos que estejam diretamente ligados à sua implementação, contribuirá para que ela seja desenvolvida de forma eficiente e eficaz e, conseqüentemente, cumpra o seu devido papel.

REFERÊNCIAS

ARRETCHE, Marta T. S. Tendências nos Estudos sobre Avaliação. In: RICO, Elizabeth Melo. **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. In: BARREIRA, Maria Cecília Roxo Nobre; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. (Orgs.) **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARREIRA, Maria Cecília Roxo Nobre; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. (Orgs.) **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001.

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96**. Brasília: 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 12 abr. 2014.

_____. Câmara da Reforma do Estado. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Cópia fornecida pelo professor. Brasília, 1995.

_____. **Estatísticas do século XX**. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

BOLETIM da Escola Dr. Washington Luiz - 022949. Diretoria de Ensino de Ribeirão Preto Cidade de Batatais. Programa de Qualidade da Escola, 2011.

BOSCHETTI, Ivanete. **Avaliação de políticas, programas e projetos sociais**. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. 15.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CAMPOS, Anna Maria. Accountability: Quando poderemos traduzi-la para o português? **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, 24(2), 30-50, fev/abr. 1990.

CARVALHO, Tânia Maria de. **Professores participantes do PEC - Formação Universitária. (SEE/SP 2001-2003): Perfil e significados que atribuem à experiência de formação.** Dissertação apresentada a PUC - SP. 2009.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede – a era da informação: economia, sociedade e cultura.** Tradução. Roneide Venâncio Majer e Jussara Simões. São Paulo: Paz e Terra, 1999.v.1.

_____. **A transformação do mundo na sociedade em rede.** In: Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da informática. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

DRAIBE, Sônia Miriam. Avaliação de implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas. In: BARREIRA, Maria Cecília Roxo Nobre; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. (Orgs.) **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais.** São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001.

FIGUEIREDO, Marcus Faria; FIGUEIREDO, Argelina Maria Cheibub. Avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referência teórica. In: *Análise e Conjuntura*, Belo Horizonte, 1(3), p.107-127, set/dez, 1986.

FONSECA, Marília. Planos de Governo e educação brasileira: do regime militar aos tempos atuais. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v.30,n.2,2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 2010.

GATTI, Bernadete A. Análise das políticas públicas para a formação continuada no Brasil, na última década. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, n. 37, jan./abr. 2008.

GATTI, Bernadete A.(Coord.); BARRETO, Elba Siqueira de Sá. **Professores do Brasil: impasses e desafios.** Brasília: Unesco, 2009.

GATTI, Bernadete A.etal. **Por uma política nacional de formação de professores.** São Paulo: Editora Unesp, 2011.

GATTI, Bernadete A. et.al. **Políticas docentes no Brasil**. Brasília: Unesco, 2011.
KENSKI, Vani Moreira. **Educação e Tecnologias: o novo ritmo da informação**. 3. ed. Campinas/SP: Papirus, 2007.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática e a inteligência coletiva**. Tradução de Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 2010.

LITTO, Fredric Michael; FORMIGA, Manuel Marcos Maciel (Orgs.). **Educação a distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

MICHELS, Maria Helena. Gestão, formação docente e inclusão: eixos da reforma educacional brasileira que atribuem contornos à organização escolar. **Revista Brasileira de Educação**, v.11, n.33, set/dez. 2006.

MOACYR, Primitivo. **A instrução e o império: subsídios para a história da educação no Brasil (1823-1853)**. São Paulo: Editora Nacional, 1936.v. 1

MORAN, José Manuel. Tendências da educação *online* no Brasil. In: RICARDO, Eleonora Jorge (Org.). **Educação Corporativa e Educação a Distância**. Rio de Janeiro: Editora Qualitymark, 2005. Disponível em: <<http://www.eca.usp.br/prof/moran/tendencias.htm>>. Acesso em: 15 set. 2013.

MOREIRA, I.C. et al. **Terra Incógnita: a interface entre ciência e público**. Rio de Janeiro: VieiraLent, 2005.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

MOTTA, Fernando C. Prestes; PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Introdução à organização burocrática**. São Paulo: Thompson, 1980.

NERY, Marcelo C. **A Nova Classe Média: o lado brilhante dos pobres**. Rio de Janeiro: FGV/CV, 2010.

OLIVEIRA, José Antônio Puppim. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. In: **RAP - Rio de Janeiro**, 40(1), p. 273-88, mar/abr., 2006.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Da administração Pública Burocrática à Gerencial**.

Revista do Serviço Público, jan./abr, Brasília, 1996.

PERRENOUD, Philippe. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens– entre duas lógicas**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

SANDER, Benno. **Políticas públicas e gestão democrática da educação**. Brasília: Líber, 2007.

SÃO PAULO. **Decreto n. 56.460 de novembro de 2010**. 2010a. Disponível em: <<http://www.legislacao.sp.gov.br/legislacao/dg280202.nsf/5aeda0f13cd3be5f83256c1e00423b1d/511197cb882e0af29832577ec00431365?OpenDocument>>. Acesso em: 12 nov. 2014.

_____. Secretaria da Educação. **Programa Ler e escrever**. 2010b. Disponível em: <http://lereescrever.fde.sp.gov.br/Handler/UplConteudo.ashx?jkasdkasdk=184&OT=O>. Acesso em: 15 jan. 2015.

_____. Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Escola de Formação de Professores Paulo Renato Costa e Souza (EFAP). **Histórico**. 2014c. Disponível em: <http://www.rededosaber.sp.gov.br/portais/Default.aspx?tabid=6257>. Acesso em: maio 2014.

_____. Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Escola de Formação de Professores Paulo Renato Costa e Souza (EFAP). **Encerrados**. 2014d. Disponível em: <http://www.rededosaber.sp.gov.br/portais/Default.aspx?tabid=2971#topo>. Acesso em: 11 maio 2014.

_____. Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Escola de Formação de Professores Paulo Renato Costa e Souza (EFAP). **Central de Serviços**. 2014e. Disponível em: <<http://www.rededosaber.sp.gov.br/portais/Default.aspx?tabid=4035>>. Acesso em: 11 maio 2014.

SAVIANI, Demerval. **História da História da Educação no Brasil: um Balanço Prévio e Necessário**. In: CONFERÊNCIA DE ABERTURA DO V COLÓQUIO DE PESQUISA SOBRE INSTITUIÇÕES ESCOLARES, organizado pela Uninove e realizado em São Paulo, de 27 a 29 de agosto de 2008. Disponível em: <http://www.uninove.br/PDFs/Mestrados/Educa%C3%A7%C3%A3o/Anais_V_coloquio/Conferencia%20Dermeval%20SAVIANI.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2015.

SILVA, Marco; CLARO, Tatiana. A Docência online e a Pedagogia da transmissão. **Revista de Educação do Professor**. Rio de Janeiro, v. 33, n.2, maio/ago., 2007.

SOMMER, Luís Henrique. **Educação a distância e formação de professores: problemas, perspectivas e possibilidades em aberto**. Ministério da Educação: Brasília, 2010.

SOUZA, Jesse. **Os batalhadores brasileiros**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

SOUZA, Denise Trento Rebello. Formação continuada de professores e fracasso escolar: problematizando o argumento da incompetência. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.32,n.3,p. 477-492,set/dez., 2006.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**. mai/jun/jul/ago, n. 14, p. 61-88, 2000.

TEIA DO SABER. **Programa de Formação continuada da SEE**, 2005. Disponível em: <http://cenp.edunet.sp.gov.br/TRSaber/Teia_saber/Teia_saber.asp>. Acesso em: 15 jan. 2015.

UNESCO. **Padrões de Competências em TIC para professores: diretrizes de implementação**, versão 1.0, 2009. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001562/156209por.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2014.

VIANA, Ana Luiza. Abordagens metodológicas em políticas públicas. **RAP - Rio de Janeiro**, 30 (2): 5-43, mar./abr., 1996.

Documento oral - 27 vídeos sobre o curso: **Melhor Gestão, Melhor Ensino**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=QQ7WnaW10tc&list=PL6fldOITrOirQKzDDxRaVjy46J-IV-KdT&index=4>>. Acesso em: ago. 2015.

ANEXOS

ANEXO A

ARTIGO 1º DO DECRETO Nº 56.460/2010

ANEXO

a que se refere o artigo 1º do

Decreto nº 56.460, de 30 de novembro de 2010

REGIMENTO INTERNO DA ESCOLA DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DOS PROFESSORES DO ESTADO DE SÃO PAULO - EFAP

CAPÍTULO I

Disposição Preliminar

(*) Redação dada pelo Decreto nº 57.141, de 18 de julho de 2011 (art.129-nova redação para artigo):

"Artigo 1º - A Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores do Estado de São Paulo "Paulo Renato Costa Souza" terá seu funcionamento regido pelo Decreto nº 54.297, de 5 de maio de 2009, pelo decreto de reorganização da Secretaria da Educação e pelo presente Regimento Interno.";
(NR)

CAPÍTULO II

Disposições Gerais

Seção I

Das Diretrizes Constitutivas

Artigo 2º - A Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores do Estado de São Paulo - EFAP tem as seguintes diretrizes constitutivas:

I - o cumprimento dos objetivos da EFAP far-se-á por meio de recursos próprios, da mobilização de recursos de instituições de ensino de reconhecida excelência nas áreas de conhecimentos de interesse dos programas de formação continuada da Secretaria da Educação ou instituições de suporte às ações de formação;

II - a metodologia, a prática de ensino e o domínio de conteúdos curriculares são diretrizes orientadoras da organização, do planejamento e da programação da formação continuada dos professores do Estado de São Paulo;

III - as melhores práticas educacionais identificadas na rede escolar estadual serão estudadas, sistematizadas e difundidas através de publicações e de programas de formação continuada da EFAP;

IV - a pesquisa, a divulgação, a formação e o incentivo ao uso das tecnologias de informação e comunicação como suporte ao processo de ensino e de aprendizagem, são bases para a formação continuada do Quadro do Magistério da rede estadual de ensino;

V - excelência técnica e adequação operacional orientarão a definição de conteúdo dos programas de educação continuada dos quadros da Secretaria da Educação (SÃO PAULO, 2010a).

ANEXO B

PROGRAMA TEIA DO SABER

Abrange todos os programas/projetos da SEE/CENP.

I – Capacitação Centralizada

1. Programas/2003: já iniciados ou a serem implementados no 1º semestre
 - Programa Letra e Vida – programa de formação de professores alfabetizadores (professores do ciclo I do Ensino Fundamental);
 - Programa de Alfabetização e Inclusão – PAI (Alfabetização de Adultos – parceria com Universidades);
 - Programa de Capacitação sobre Currículo do Ensino Médio para Educadores que atuam neste nível de ensino;
 - Programa de Capacitação sobre Protagonismo Juvenil para Educadores que atuam no Ciclo II do Ensino Fundamental e Ensino Médio;
 - Programa de Capacitação em Arte para professores que atuam nas séries iniciais do Ensino Fundamental;
 - Programa de Capacitação em Educação Física para professores que atuam nas séries iniciais do Ensino Fundamental;
 - Programa de Capacitação em Ensino Religioso para professores que atuam no Ciclo II do Ensino Fundamental;
 - Projeto Construindo Sempre/USP para professores que atuam no Ciclo II do Ensino Fundamental e Ensino Médio;
 - Projetos diversos em todas as áreas do currículo
 - Fórum Escola dos Nossos Sonhos

II- Capacitação Descentralizada

1. Oficinas Pedagógicas - continuidade de projetos de capacitação sobre:
 - Recuperação Paralela;
 - Recuperação de Ciclo;
 - Aceleração no Ciclo II;
 - Ensinar e Aprender: corrigindo o fluxo no Ciclo II
2. Contratação de Instituições de Ensino Superior para ministrar cursos destinados a professores das escolas estaduais de ensino fundamental e médio

Ensino Fundamental

- Metodologias de ensino dos componentes curriculares do Ciclo I
 - Alfabetização e participação na cultura letrada;
 - Alfabetização matemática;
 - Alfabetização científica.
- Metodologias de ensino dos componentes curriculares do Ciclo II
 - Língua Portuguesa;
 - História;
 - Geografia;
 - Ciências Físicas e Biológicas;
 - Matemática.

Ensino Médio

- Metodologias de ensino das disciplinas do Ensino Médio:

- Linguagens e Códigos (Língua Portuguesa e Literatura);
 - Ciências Humanas (História e Geografia);
 - Ciência da Natureza (Física, Química, Biologia)
 - Ciências da Natureza (Física, Química, Biologia) e
 - Matemática
- (TEIA DO SABER, 2005)

ANEXO C

AÇÕES DESENVOLVIDAS DESDE 2008

Preparação, seleção e distribuição de materiais didáticos:

- Orientações Curriculares do Estado de S Paulo – Língua Portuguesa e Matemática –Ciclo I - para Professores Regentes, Professores Coordenadores e Diretores de 1ª a 4ªséries do E.F;
- Guias de Planejamento e Orientações Didáticas para o Prof. Alfabetizador;
- Caderno de Planejamento e Avaliação do Prof. Alfabetizador;
- Coletânea de Atividades do aluno;
- Livro de Textos do aluno;
- Projeto Intensivo no Ciclo--PIC / Livros do Professor e de Aluno;
- Materiais impressos (2008): 1.240.500 unidades; 2009 – 1.481.000 unidades e 2010 –1.957.000 exemplares;
- Livros de Literatura Infantil e paradidáticos --1,7 milhões de unidades;
- Assinaturas e Aquisição de Revistas e Almanques:
- Ciência Hoje das Crianças; em 2008 – 9.058 assinaturas, em 2009/2010 –9.300 assinaturas;
- Recreio; em 2008 --14.155 assinaturas, em 2009/2010 --27.961 assinaturas;
- Picolé; em 2008 --211.628 assinaturas, em 2009/2010 --194.373 assinaturas;
- Turma da Mônica; em 2008 (14.155 assinaturas), em 2009/2010 (68.605assinaturas);
- Turma da Mônica Jovem; em 2009/2010 --34.938 assinaturas;
- 8 números avulsos da Turma da Mônica Jovem; em 2009 --279.504exemplares;
- Revista Galileu; em 2009/2010 --18.284 assinaturas;
- Almanques: Cascão em 2008 –(141.546 unidades), em 2009 –(195.749unidades), em 2010 – (196.000);
- Almanques: Mônica em 2008 –(141.346 unidades), em 2009 –(195.749unidades), em 2010 – (196.000);
- Aquisição do Livro Criança como Você; em 2008 --16.000 unidades, em 2009 --20.000unidades, em 2010 – 13.000 unidades;
- Conjunto de Letras Móveis; em 2008 --117.300, em 2009 --30.320;
- Globo terrestre; em 2008 --5.839, em 2009 --24.636;
- Calculadora --295.000 unidades;
- Caixa plástica (40.750) para armazenamento do kit/Livros de Literatura Infantil e paradidáticos.

Bolsa Alfabetização:

- Realização de encontros entre os alunos pesquisadores e equipe de gestão institucional, para:
- apresentação do projeto Bolsa Alfabetização,
- informações administrativas e esclarecimentos, a fim de que sejam encaminhados às escolas da rede tendo conhecimento de seu papel, do contexto escolar e da dinâmica de atuação em sala de aula;
- Celebração de convênio com faculdades legalmente habilitadas, cujos planos de trabalho foram aprovados;
- Cadastramento de interlocutores e professores orientadores;
- Seleção e cadastramento dos alunos pesquisadores e encaminhamento para Diretoria de Ensino onde atuam;
- Controle de frequência dos alunos pesquisadores nas escolas;
- Repasse do recurso para as faculdades, com base nos relatórios de frequência, noCircunstanciado(atividades realizadas) aprovado pela SE e na prestação de contas domês anterior;
- Realização de Encontros de Acompanhamento dos Trabalhos entre a equipe de gestãoinstitucional e os professores-orientadores e interlocutores das instituições de ensinossuperior parceiras, sendo que o último contou com a presença da pesquisadoraargentina Delia Lerner, consultora do Bolsa Alfabetização, desde sua implantação;
- Distribuição de kits às instituições de ensino superior parceiras, contendo: DVD eFolder Institucionais – Histórico dos programas Ler e Escrever e Bolsa Alfabetização,apresentando também seus dados, bem como depoimentos dos atores que atuam noBolsa Alfabetização, desde sua implantação.

Formação continuada:

Encontros de formação com profissionais envolvidos:

- Mensais com Supervisores, PCOPs e Diretores;
 - Quinzenais com Professores Coordenadores e PCOPs;
- Semanais com as equipes de formadores e pedagógica da Coordenadoria de Ensino e Normas Pedagógicas da SE, para supervisão do trabalho desenvolvido.

Acompanhamento

- Visitas às Diretorias de Ensino
- Reuniões Centralizadas na CENP

Abrangência em 2010:

Escolas

- 1.066 escolas de 1ª a 4ª série do Ciclo I /EF da COGSP, com desenvolvimento de todas as ações;
 - 29.000 Classes

Formação

- 48 Núcleos de Formação Continuada:
- 25 Núcleos de formação do Programa na Coordenadoria de Ensino da Grande São Paulo - COGSP da SE;
 - 23 Núcleos do Programa na Coordenadoria de Ensino do Interior—CEI da SE;
- Participantes:
 - Na COGSP: 1.073 PCs, 1.073 Diretores de escola, 506 (96 diretamente) Supervisores, 113 PCOPS, 18.157 professores
 - Na CEI: 776 PCs, 770 Diretores de escola, 72 Supervisores, 153 PCOPs, 9.012 professores para preparação da implantação do programa.
 - Parceria Municípios/SEE: 367 Coordenadores Pedagógicos.

Beneficiários

- Programa Ler e Escrever
- 779.286 alunos de 1ª a 4ª série do Ciclo I /EF (total geral):
 - COGSP:**
 - 529.791 alunos de 1ª a 4ª série do ciclo I /EF;
 - 10.800 alunos das classes de PIC de 3ª e 4ª séries do ciclo I/EF;
 - CEI:**
 - 237.721 alunos de 1ª a 4ª série do ciclo I /EF;
 - 974 alunos das classes de PIC de 3ª e 4ª séries do ciclo I /EF.
- Bolsa Alfabetização:
 - 88 convênios firmados com instituições de ensino superior;
 - 98 professores-orientadores das instituições de ensino superior;
 - 88 interlocutores das instituições de ensino superior;
 - 2099 classes atendidas de 2º ano/Ciclo I/EF;
 - 976 unidades escolares das Cogsp e CEI;
- 2099 alunos-pesquisadores desenvolvendo, nas classes de 2º ano/ciclo I/EF, pesquisa de investigação didática, visando qualificar sua formação acadêmica, bem como contribuir para a melhoria da qualidade do ensino nessas classes.

Recursos Utilizados (2008—10):

Envolvem aproximadamente 151 milhões de reais, incluindo despesas com ações inerentes ao Bolsa Alfabetização e às ações do Ler e Escrever -- em especial, quanto a Material Pedagógico e Formação Continuada dos Educadores (SÃO PAULO, 2010b).

ANEXO D

CURSOS OFERECIDOS PELA EFAP

A

- A criança de seis anos no Ensino Fundamental: subsídios teóricos e práticos para a ação docente - 2012
- A Equipe Gestora Construindo a Escola de Qualidade (Parceiros da Educação - 2013)
- A importância do Ensino das operações no Ensino Fundamental I (Parceiros da Educação - 2012)
- A inclusão da criança de seis anos no Ensino Fundamental de 9 anos (Partes I, II e III) - 2011
- A Matemática no Ensino Fundamental II e Médio: Números, Álgebra e Tratamento da Informação (Parceiros da Educação - 2013)
- Aprendiz Comgás - 1ª Edição - 2012
- Aprendiz Comgás - 2ª Edição - 2012
- Aula Interativa - Hortolândia - 2012

B

C

- Capacitação em Saúde Mental para Professores da Rede Pública Estadual - 2013
- Comunidade Educadora Sustentável - Educação Ambiental na Escola e Mudanças Socioambientais Globais - 2012
- Construindo Sempre - 2010
- Curso de Formação Específica - 2011
- Curso de Formação Específica do Concurso Público para PEB II - 2012
- Curso de Prevenção do Corpo de Bombeiros na Escola - AOE - 1ª Edição - 2012
- Curso de Prevenção do Corpo de Bombeiros na Escola - AOE - 2ª Edição - 2012
- Curso de Prevenção do Corpo de Bombeiros na Escola - Gestores - 1ª Edição - 2012
- Curso de Prevenção do Corpo de Bombeiros na Escola - PC - 1ª Edição - 2012

D

- Desenvolvimento de habilidades da competência da Leitura e da Escrita com foco nas modalidades da linguagem oral e escrita do Ensino Fundamental - Ciclo I (Parceiros da Educação - 2013)
- Desenvolvimento de Habilidades da Competência da Leitura e Escrita com foco nas Modalidades da Linguagem oral e escrita do Ensino Fundamental - Ciclo I (Parceiros da Educação - 2012)
- Disseminadores de Educação Fiscal - 2012
- Disseminadores de Educação Fiscal - 1º semestre - 2013
- Disseminadores de Educação Fiscal - 2º semestre - 2013

E

- Educação Física e Esporte como Inclusão Social na Escola
- Educação Matemática nos Anos Iniciais (EMAI) - 2012 - 2013
- Estratégias para o desenvolvimento de habilidades da competência de leitura e de escrita por meio do ensino de gêneros textuais (Parceiros da Educação - 2012)
- Estratégias para o Desenvolvimento de habilidades da competência de Leitura e de Escrita por meio do Ensino de Gêneros textuais nas Áreas de Linguagens e Códigos, Ciências Humanas e Ciências da Natureza e suas Tecnologias (Parceiros da Educação - 2013)

F

- Formação Continuada e em Serviço de Professores para o Programa Um Computador por Aluno - 1ª edição - 2012
- Formação Continuada e em Serviço de Professores para o Programa Um Computador por Aluno - 2ª edição - 2012

G

- Gestão para o Sucesso Escolar - Diretores - 2011 - 2012 - PEB II - 2011
- Gestão para o Sucesso Escolar - Supervisores - 2011 - 2012

H

I

- Inglês Online para Servidores - 2013
- Inglês Online para Servidores - 2ª edição - 2013
- Inglês Online para Servidores - 3ª edição - 2013
- Internet Segura. Bom para Você - 1ª Edição - 2011

- Internet Segura. Bom para Você - 1ª Edição - 2012
- Internet Segura. Bom para Você - 2ª Edição - 2012
- Internet Segura. Bom para você! Acessa Escola - 1ª Edição - 2012
- Internet Segura. Bom para você! Acessa Escola - 2ª Edição - 2012
- Internet Segura. Bom para você! Acessa Escola - 3ª Edição - 2013
- Internet Segura. Bom para você! Acessa Escola - 4ª Edição - 2013
- Introdução à Justiça Restaurativa para Professores Mediadores Escolares e Comunitários - 2013
- Introdução aos Direitos Humanos e ECA para Educadores - 1ª edição - 2013
- Introdução aos Direitos Humanos e ECA para Educadores - 2ª edição - 2013
- Introdução aos Direitos Humanos e ECA para Educadores - 3ª edição - 2013

J**K****L**

- LIBRAS EaD - 2011
- LIBRAS EaD - 2012
- Live@edu- Comunicação e Colaboração na nuvem - 1ª Edição - 2012

M

- M@tMídias 2 - Objetos de Aprendizagem Multimídia para o Ensino de Matemática - 1ª edição - 2013
- M@tmídias 3 - Objetos de Aprendizagem Multimídia para o Ensino de Matemática - 1ª Edição - 2011
- M@tmídias 3 - Objetos de Aprendizagem Multimídia para o Ensino de Matemática - 2ª Edição - 2011
- MBA Gestão Empreendedora - Educação - 1ª Edição (2012 - 2013)
- MBA Gestão Empreendedora - Educação - 3ª Edição (2013 - 2014)
- Mediação Escolar e Comunitária
- Mediação Escolar e Comunitária - 1ª Edição - 2012
- Mediação Escolar e Comunitária - 1ª Edição - 2013
- Mediação Escolar e Comunitária - 1ª Edição - 2014
- Mediação Escolar e Comunitária - 2010
- Mediação Escolar e Comunitária - 2ª Edição - 2012
- Mediação Escolar e Comunitária - 2ª Edição - 2013
- Mediação Escolar e Comunitária - 3ª Edição (2ª Edição - 2011)
- Melhor Gestão, Melhor Ensino – Curso 1 – Formação de Formadores - Ciências - 2013
- Melhor Gestão, Melhor Ensino – Curso 1 – Formação de Formadores (Gestão, Língua Portuguesa e Matemática) - 2013
- Melhor Gestão, Melhor Ensino – Curso 2 - Formação de Gestores Escolares - 2013
- Melhor Gestão, Melhor Ensino – Curso 2 - Formação de Professores de Ciências - 2013
- Melhor Gestão, Melhor Ensino – Curso 2 - Formação de Professores de Língua Portuguesa e Matemática - 2013
- Melhor Gestão, Melhor Ensino – Curso 3 – Aprofundamento de Conteúdos e Metodologias das disciplinas que integram o Currículo do Ensino Fundamental Anos Finais – Ciências – Edição Especial
- Melhor Gestão, Melhor Ensino – Curso 3 – Aprofundamento de Conteúdos e Metodologias das diversas disciplinas que integram o Currículo do Ensino Fundamental Anos Finais – Língua Portuguesa - 2013
- Melhor Gestão, Melhor Ensino – Curso 3 – Aprofundamento de Conteúdos e Metodologias das diversas disciplinas que integram o Currículo do Ensino Fundamental Anos Finais – Matemática - 2013
- Melhor Gestão, Melhor Ensino – Curso 3 – Aprofundamentos de Conteúdos e Metodologias das diversas disciplinas que integram o Currículo do Ensino Fundamental Anos Finais – Ciências - 2013

N**O**

- O Ensino da Matemática no Ensino Fundamental no Ensino Fundamental II e no Ensino Médio (Parceiros da Educação - 2012)
- O Ensino das Operações no Ensino Fundamental I (Parceiros da Educação - 2012)
- O Ensino e a Aprendizagem da Matemática no Ensino Fundamental II e no Ensino Médio: Álgebra, Números e Operações e Tratamento da Informação (Parceiros da Educação - 2012)
- O Ensino e a aprendizagem de Matemática no Ensino Fundamental II e Ensino Médio: Resolução de Problemas, Função e Grandezas e Medidas (Parceiros da Educação - 2013)
- O estudo das operações no Ensino Fundamental I (Parceiros da Educação - 2013)

P

- Para além das operações: geometria, grandezas e medidas (Parceiros da Educação - 2013)

- Para além das operações: Resolução de problemas e Frações e Decimais (Parceiros da Educação - 2013)
- Para colocar a paz em cena: Teatro e Cultura de Paz - 1ª Edição - 2012
- Para colocar a paz em cena: Teatro e Cultura de Paz - 1ª Edição - 2013
- Para colocar a paz em cena: Teatro e Cultura de Paz - 2ª Edição - 2012
- Pilares da Educação Digital - 1ª Edição - 2012
- PROGESTÃO Online - 2013
- Programa Apoio à Continuidade de Estudos - Curso Grandes Temas da Atualidade - 2011
- Programa Currículo e Prática Docente - CPD 2011
- Programa Currículo e Prática Docente - CPD 2012
- Programa de Desenvolvimento Gerencial e Atualização Profissional PDG-AP - Agentes de Organização Escolar (AOE) - Ingressantes - 2013
- Programa de Desenvolvimento Gerencial e Atualização Profissional PDG-AP - Coordenadores e Dirigentes - 2013
- Programa de Desenvolvimento Gerencial e Atualização Profissional PDG-AP - Diretores - 2012
- Programa de Desenvolvimento Gerencial e Atualização Profissional PDG-AP - Executivos Públicos - 2012
- Programa de Desenvolvimento Gerencial e Atualização Profissional PDG-AP - Gerentes de Organização Escolar - 2012
- Programa de Desenvolvimento Gerencial e Atualização Profissional PDG-AP - Gerentes de Organização Escolar II - 2013
- Programa de Desenvolvimento Gerencial e Atualização Profissional PDG-AP - Gestão da Rede e Matrícula - 2013
- Programa de Desenvolvimento Gerencial e Atualização Profissional PDG-AP - Gestão de Contratos - 2013
- Programa de Desenvolvimento Gerencial e Atualização Profissional PDG-AP - Oficial Administrativo - 2012
- Programa de Desenvolvimento Gerencial e Atualização Profissional PDG-AP - Práticas de Gestão de RH - 2013
- Programa de Desenvolvimento Gerencial e Atualização Profissional PDG-AP - Prevenção de Incêndios e Acidentes - 2013
- Programa de Desenvolvimento Gerencial e Atualização Profissional PDG-AP - Supervisores de Ensino - 2013
- Programa de Formação de Tutores - Profort - 1ª Edição - 2012
- Programa de Formação de Tutores - Profort - 2ª Edição - 2012
- Programa de Formação de Tutores - Profort - 3ª Edição - 2012
- Programa de Formação de Tutores - Profort - 4ª Edição - 2013
- Programa de Formação de Tutores - Profort - 5ª Edição - 2013
- Programa de Formação de Tutores - Profort - Edição Especial - 2013
- Programa de Formação de Tutores - Profort Piloto - 2012
- Programa Intel® Educar – Fundamentos Básicos – 2012
- Programa Intel® Educar – Fundamentos Básicos – 2013
- Programa Intel® Educar – Série Elementos: Aprendizagem Baseada em Projetos – 2013
- Programa Intel® Educar – Série Elementos: Aprendizagem Baseada em Projetos 2014 – 1ª Edição
- Programa Liderança de Gestores de Escolas Públicas - 2010
- Programa Liderança de Gestores de Escolas Públicas - 2012
- Programa Mestrado & Doutorado
- Programa Nacional de Formação Continuada a Distância nos Programas do FNDE - 2012
- Programa Nacional de Formação Continuada a Distância nos Programas do FNDE – Formação pela Escola: Módulo Competência Básica - 2013
- Programa Nacional de Formação Continuada a Distância nos Programas do FNDE – Formação pela Escola: Módulo de Controle Social para Conselheiros - 2013
- Programa Nacional de Formação Continuada a Distância nos Programas do FNDE – Formação pela Escola: Módulo Fundeb - 2013
- Programa Nacional de Formação Continuada a Distância nos Programas do FNDE – Formação pela Escola: Módulo Programa Dinheiro Direto na Escola - 2013
- Programa Nacional de Formação Continuada a Distância nos Programas do FNDE – Formação pela Escola: Módulo Programa Nacional de Alimentação Escolar - 2013
- Programa Nacional de Formação Continuada a Distância nos Programas do FNDE – Formação pela Escola: Módulo Programa Nacional Transporte Escolar - 2013
- Programa Nacional de Formação Continuada a Distância nos Programas do FNDE – Formação pela

Escola: Módulo Programas do Livro - 2013

- Programa Práticas de Escrita e Leitura na Contemporaneidade (1ª Edição - 2012) - Curso 1: Leitura e Escrita em Contexto Digital
- Programa Práticas de Escrita e Leitura na Contemporaneidade (2ª Edição - 2012) - Curso 1: Leitura e Escrita em Contexto Digital
- Programa Práticas de Escrita e Leitura na Contemporaneidade (2ª Edição - 2012) - Curso 2: Informação e Opinião na Contemporaneidade
- Programa Proinfo Integrado – Elaboração de Projetos - 2013
- Programa Proinfo Integrado – Introdução à Educação Digital - 2012
- Programa Proinfo Integrado – Tecnologias na Educação: ensinando e aprendendo com as TICs - 2012
- Programa Proinfo Integrado – Elaboração de Projetos - 2012
- Programa Proinfo Integrado – Introdução à Educação Digital - 2013
- Programa Proinfo Integrado – Tecnologias na Educação: ensinando e aprendendo com as TICs - 2013

Q

R

- REDEFOR - 2010 - 2011
- REDEFOR - 2011 - 2012
- Revisitando o projeto político pedagógico da escola: uma construção participativa (Parceiros da Educação - 2013)

S

- SIAFEM/SP Secretaria da Educação 2013 (1ª Edição - 2013)
- SIAFEM/SP Secretaria da Educação 2013 (2ª Edição - 2013)
- Sistema Braille Integral e Código Matemático Unificado

T

- Tão Perto Tão Longe II - Entrelaces com o Currículo de Arte - 2011
- Tem + Matemática – 2011 (SÃO PAULO, 2014d).

Cursos que constam no Histórico do site:

- A Equipe Gestora Construindo a Escola de Qualidade (Parceiros da Educação - 2013);
- A importância do Ensino das operações no Ensino Fundamental I (Parceiros da Educação - 2012);
- A inclusão da criança de seis anos no Ensino Fundamental de 9 anos (Partes I, II e III) - 2011; A Matemática no Ensino Fundamental II e Médio: Números, Álgebra e Tratamento da Informação (Parceiros da Educação - 2013);
- Aprendiz Comgás - 1ª Edição - 2012;
- Aprendiz Comgás - 2ª Edição - 2012;
- Atendimento Especializado ao aluno com Deficiência Física: construção de norteadores;
- Aula Interativa - Hortolândia - 2012;
- Capacitação em Saúde Mental para Professores da Rede Pública Estadual - 2013;
- Comunidade Educadora Sustentável - Educação Ambiental na Escola e Mudanças Socioambientais Globais - 2012;
- Curso de Prevenção do Corpo de Bombeiros na Escola - AOE - 1ª Edição - 2012;
- Curso de Prevenção do Corpo de Bombeiros na Escola - AOE - 2ª Edição - 2012;
- Curso de Prevenção do Corpo de Bombeiros na Escola - Gestores - 1ª Edição - 2012;
- Curso de Prevenção do Corpo de Bombeiros na Escola - PC - 1ª Edição - 2012;
- Desenvolvimento de Habilidades da Competência da Leitura e Escrita com foco nas Modalidades da Linguagem oral e escrita do Ensino Fundamental - Ciclo I (Parceiros da Educação - 2013);
- Desenvolvimento de Habilidades da Competência da Leitura e Escrita com foco nas Modalidades da Linguagem oral e escrita do Ensino Fundamental - Ciclo I (Parceiros da Educação - 2012);
- Disseminadores de Educação Fiscal - 2013;
- Disseminadores de Educação Fiscal - 2012;
- Disseminadores de Educação Fiscal - 1º semestre - 2014;
- Disseminadores de Educação Fiscal - 1º semestre - 2013;
- EMAI - Educação Matemática nos Anos Iniciais - 2012-2013;
- Estratégias para o Desenvolvimento de habilidades da competência de Leitura e de Escrita por meio do Ensino de Gêneros textuais (Parceiros da Educação - 2012);
- Estratégias para o Desenvolvimento de habilidades da competência de Leitura e de Escrita por meio do Ensino de Gêneros textuais nas Áreas de Linguagens e Códigos, Ciências Humanas e Ciências da Natureza e suas Tecnologias (Parceiros da Educação - 2013);
- Formação Continuada e em Serviço de Professores para o Programa Um Computador por Aluno - 2012;

- Formação de Professores para o Projeto UCA - Um Computador por Aluno - 2ª edição;
- Inglês Online para Servidores - 2013;
- Inglês Online para Servidores - 2ª edição - 2013;
- Inglês Online para Servidores - 3ª edição - 2013;
- Instrumentos de Apoio à Aprendizagem - Aprender a Aprender;
- Internet Segura. Bom para Você - 1ª Edição - 2012;
- Internet Segura. Bom para Você - 2ª Edição - 2012;
- Introdução aos Direitos Humanos e ECA para Educadores - 1ª edição - 2013;
- Introdução aos Direitos Humanos e ECA para Educadores - 2ª edição - 2013;
- Introdução aos Direitos Humanos e ECA para Educadores - 3ª edição - 2013;
- Introdução à Justiça Restaurativa para Professores Mediadores Escolares e Comunitários;
- LIBRAS EaD 2011;
- LIBRAS EaD 2012;
- Live@edu- Comunicação e Colaboração na nuvem - 1ª Edição - 2012;
- M@tMídias 2 - Objetos de Aprendizagem Multimídia para o Ensino de Matemática - 1ª edição – 2013;
- Mediação Escolar e Comunitária - 1ª Edição - 2013;
- Mediação Escolar e Comunitária - 2ª Edição - 2013;
- Mediação Escolar e Comunitária - 1ª Edição - 2012;
- Mediação Escolar e Comunitária - 2ª Edição - 2012;
- Mediação Escolar e Comunitária - 3ª Edição (2ª Edição - 2011);
- Melhor Gestão Melhor Ensino - Curso 1 - Formação de Formadores - 2013;
- Melhor Gestão, Melhor Ensino - Curso 1 - Formação de Formadores - Ciências;
- Melhor Gestão, Melhor Ensino - Curso 1 - Formação de Formadores (Gestão, Língua Portuguesa e Matemática);
- Melhor Gestão, Melhor Ensino - Curso 2 - Formação de Gestores Escolares;
- Melhor Gestão, Melhor Ensino - Curso 2 - Formação de Professores de Ciências;
- Melhor Gestão, Melhor Ensino - Curso 2 - Formação de Professores de Língua Portuguesa;
- Melhor Gestão, Melhor Ensino - Curso 2 - Formação de Professores de Língua Portuguesa e Matemática - 2013;
- Melhor Gestão, Melhor Ensino - Curso 2 - Formação de Professores de Matemática;
- Melhor Gestão, Melhor Ensino - Curso 3 - Aprofundamento de conteúdos e metodologias das disciplinas que integram o Currículo do Ensino Fundamental Anos Finais - Ciências;
- Melhor Gestão, Melhor Ensino - Curso 3 - Aprofundamento de conteúdos e metodologias das disciplinas que integram o Currículo do Ensino Fundamental Anos Finais - Ciências - Edição Especial;
- Melhor Gestão, Melhor Ensino - Curso 3 - Aprofundamento de conteúdos e metodologias das diversas disciplinas que integram o Currículo do Ensino Fundamental Anos Finais - Língua Portuguesa;
- Melhor Gestão, Melhor Ensino - Curso 3 - Aprofundamento de conteúdos e metodologias das diversas disciplinas que integram o Currículo do Ensino Fundamental Anos Finais - Matemática;
- O Ensino e a Aprendizagem da Matemática no Ensino Fundamental II e no Ensino Médio: Resolução de Problemas, Função e Grandezas e Medidas (Parceiros da Educação - 2013);
- O Ensino e a Aprendizagem da Matemática no Ensino Fundamental II e no Ensino Médio: Álgebra, Números e Operações e Tratamento da Informação (Parceiros da Educação - 2012);
- O Ensino da Matemática no Ensino Fundamental no Ensino Fundamental II e no Ensino Médio (Parceiros da Educação - 2012);
- O Estudo das Operações no Ensino Fundamental I (Parceiros da Educação - 2012);
- O Estudo das Operações no Ensino Fundamental I (Parceiros da Educação - 2013);
- Para além das operações: Geometria, Grandezas e Medidas (Parceiros da Educação - 2013);
- Para além das operações: Resolução de problemas e Frações e Decimais (Parceiros da Educação - 2013);
- Para colocar a paz em cena: Teatro e Cultura de Paz - 1ª Edição - 2013;
- Para colocar a paz em cena: Teatro e Cultura de Paz - 2ª Edição - 2012;
- Para colocar a paz em cena: Teatro e Cultura de Paz - 1ª Edição - 2012
- Pilares da Educação Digital - 1ª Edição - 2012;
- PROGESTÃO Online;
- Programa Apoio à Continuidade de Estudos - Curso Grandes Temas da Atualidade - 2011;
- Programa Currículo e Prática Docente - CPD - 2012;
- Programa de Desenvolvimento Gerencial e Atualização Profissional PDG-AP - Agentes de Organização Escolar (AOE) - Ingressantes - 2013;
- Programa de Desenvolvimento Gerencial e Atualização Profissional PDG-AP - Coordenadores e Dirigentes - 2013;
- Programa de Desenvolvimento Gerencial e Atualização Profissional PDG-AP - Diretores - 2012;

- Programa de Desenvolvimento Gerencial e Atualização Profissional PDG-AP - Executivos Públicos - 2012;
- Programa de Desenvolvimento Gerencial e Atualização Profissional PDG-AP - Gerentes de Organização Escolar II - 2013;
- Programa de Desenvolvimento Gerencial e Atualização Profissional PDG-AP - Gerentes de Organização Escolar - 2012;
- Programa de Desenvolvimento Gerencial e Atualização Profissional PDG-AP - Gestão de Contratos - 2013;
- Programa de Desenvolvimento Gerencial e Atualização Profissional PDG-AP - Gestão da Rede e Matrícula - 2013;
- Programa de Desenvolvimento Gerencial e Atualização Profissional PDG-AP - Oficial Administrativo - 2012;
- Programa de Desenvolvimento Gerencial e Atualização Profissional PDG-AP - Práticas de Gestão de RH - 2013;
- Programa de Desenvolvimento Gerencial e Atualização Profissional PDG-AP - Prevenção de Incêndios e Acidentes - 2013;
- Programa de Desenvolvimento Gerencial e Atualização Profissional PDG-AP - Supervisores de Ensino - 2013;
- Programa Intel® Educar - Fundamentos Básicos - 2013;
- Programa Intel Educar - Série Elementos: Aprendizagem baseada em Projetos - 2013;
- Programa Liderança de Gestores de Escolas Públicas - 2012;
- Programa Liderança de Gestores de Escolas Públicas - 2010;
- Programa Nacional de Formação Continuada a Distância nos Programas do FNDE - 2012;
- Programa Práticas de Escrita e Leitura na Contemporaneidade (2ª Edição - 2012) - Curso 1: Leitura e Escrita em Contexto Digital;
- Programa Práticas de Escrita e Leitura na Contemporaneidade (1ª Edição - 2012) - Curso 1: Leitura e Escrita em Contexto Digital;
- Programa Práticas de Escrita e Leitura na Contemporaneidade (2ª Edição - 2012) - Curso 2: Informação e Opinião na Contemporaneidade;
- PROINFO - Elaboração de Projetos - 2013;
- PROINFO - Elaboração de Projetos - 2012;
- PROINFO - Introdução à Educação Digital - 2012
- PROINFO - Tecnologias na Educação: ensinando e aprendendo com as TICs-
- PROINFO - Tecnologias na Educação: ensinando e aprendendo com as TICs - 2012;
- Revisitando o projeto político pedagógico da escola: uma construção participativa (Parceiros da Educação - 2013);
- SIAFEM/SP Secretaria da Educação 2013 (1ª Edição - 2013);
- SIAFEM/SP Secretaria da Educação 2013 (2ª Edição - 2013);
- Sistema Braille Integral e Código Matemático Unificado;
- Tão Perto Tão Longe II - Entrelaces com o Currículo de Arte - 2011;
- Uso e ensino do soroban adaptado para alunos com deficiência visual; (SÃO PAULO, 2014e).



MELHOR GESTÃO
MELHOR ENSINO



REGULAMENTO

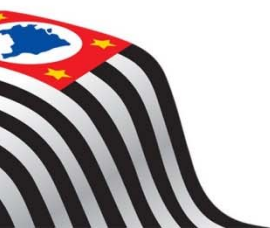
REGULAMENTO

Melhor Gestão, Melhor Ensino

**Curso 3 – Aprofundamento de Conteúdos e Metodologias
das diversas disciplinas que integram o Currículo do Ensino
Fundamental Anos Finais**

Matemática

São Paulo, julho de 2013



REDE DO SABER



ESCOLA DE FORMAÇÃO
DE PROFESSORES
PAULO RENATO COSTA SOUZA



GOVERNO DO ESTADO
SÃO PAULO

Secretaria da Educação



MELHOR GESTÃO
MELHOR ENSINO



REGULAMENTO

Sumário

| | |
|---|----|
| A. APRESENTAÇÃO | 3 |
| B. OBJETIVOS..... | 3 |
| C. PÚBLICO-ALVO | 3 |
| D. HABILIDADES E COMPETÊNCIAS..... | 4 |
| E. PROCESSO DE INSCRIÇÃO..... | 4 |
| F. ESTRUTURA E CRONOGRAMA DO CURSO..... | 6 |
| G. AVALIAÇÃO | 14 |
| H. CERTIFICAÇÃO | 15 |
| I. RESPONSABILIDADES DO CURSISTA..... | 15 |
| J. SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO NAS ATIVIDADES WEB | 16 |



MELHOR GESTÃO
MELHOR ENSINO



REGULAMENTO

A. APRESENTAÇÃO

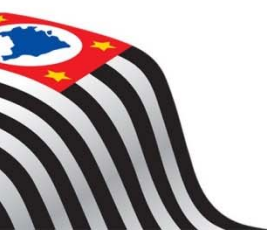
1. A Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEE-SP), por meio da Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores do Estado de São Paulo “Paulo Renato Costa Souza” (EFAP) e da Coordenadoria de Gestão da Educação Básica (CGEB), em continuidade ao Programa Educação — Compromisso de São Paulo, estabeleceu a ação “Melhor Gestão, Melhor Ensino” como mais uma das vertentes voltadas à melhoria da educação do Estado de São Paulo. Esta ação desenvolveu inicialmente quatro cursos: Curso 1 – Formação de Formadores (Gestão, Língua Portuguesa e Matemática); Curso 2 – Formação de Gestores Escolares; Curso 2 – Formação de Professores de Língua Portuguesa; e Curso 2 – Formação de Professores de Matemática.
2. Agora, de forma a ampliar a formação continuada dos docentes do Ensino Fundamental (EF) Anos Finais, dará continuidade à ação por meio da oferta do Curso 3 – Aprofundamento de Conteúdos e Metodologias das disciplinas que integram o Currículo do Ensino Fundamental Anos Finais – Matemática.
3. Este Regulamento contém as regras e procedimentos que regem o Curso 3 – Aprofundamento de Conteúdos e Metodologias das diversas disciplinas do Ensino Fundamental – Anos Finais – Matemática, que será oferecido na modalidade EaD (Educação a Distância) no Ambiente Virtual de Aprendizagem da EFAP (AVA-EFAP).

B. OBJETIVOS

4. O Curso 3 – Aprofundamento de Conteúdos e Metodologias das diversas disciplinas do Ensino Fundamental – Anos Finais – Matemática tem como objetivos:
 - a. Oferecer formação continuada aos professores de Matemática de todas as Unidades Escolares (UEs) que atendem ao EF Anos Finais;
 - b. Oferecer leituras que fundamentem os conteúdos para que o cursista reflita sobre a aplicação destes;
 - c. Promover discussão e provocar reflexão sobre os conteúdos específicos de Matemática, tanto em sala de aula quanto com seus pares na UE;
 - d. Propor atividades de vivências, a fim de potencializar sua reflexão sobre os conteúdos, estratégias e metodologias que permeiam sua prática;
 - e. Estimular os professores a refletirem sobre suas práticas, preparando, aplicando e avaliando novas atividades de vivência.

C. PÚBLICO-ALVO

5. O Curso 3 – Aprofundamento de Conteúdos e Metodologias das disciplinas que integram o Currículo do Ensino Fundamental Anos Finais – Matemática é direcionado aos professores de Matemática do EF Anos Finais, conforme base CGRH de junho de 2013.





MELHOR GESTÃO
MELHOR ENSINO

D. HABILIDADES E COMPETÊNCIAS

6. O Curso 3 – Aprofundamento de Conteúdos e Metodologias das disciplinas que integram o Currículo do Ensino Fundamental Anos Finais – Matemática pretende contribuir no desenvolvimento das seguintes habilidades e competências:
- Construção de estratégias pedagógicas que contribuam na condução do processo de fortalecimento das competências leitora e escritora como prioridade;
 - Capacidade de expressão, que pode ser avaliada por meio da produção de registro, de relatórios, de trabalhos orais e/ou escritos;
 - Capacidade de compreensão, de elaboração de resumos, de síntese, de mapas, entre outros;
 - Capacidade de argumentação, de construção de análises, justificativas de procedimentos, demonstrações, entre outros;
 - Capacidade de abstrair, de imaginar situações fictícias, de projetar situações ainda não existentes;
 - Capacidade de contextualizar, de estabelecer relações entre conceitos e teorias estudados e as situações que lhes dão vida e consistência;
 - Capacidade propositiva, de ir além dos diagnósticos e intervir na realidade de modo responsável e solidário.

E. PROCESSO DE INSCRIÇÃO

7. As inscrições serão realizadas conforme segue:
- Os inscritos no Curso 2 – Formação de Professores de Matemática serão automaticamente inscritos e enturmadados neste Curso 3;
 - Não haverá possibilidade de alteração de DE e/ou de UE, conforme dados informados quando da inscrição no Curso 2 – Formação de Professores de Matemática;
 - Todos os inscritos no Curso 2 – Formação de Professores de Matemática serão automaticamente inscritos, mesmo os que não tenham participado, até então, das atividades propostas.
 - Os professores de Matemática do EF Anos Finais que não tenham sido inscritos no Curso 2 – Formação de Professores de Matemática, deverão ser inscritos pelo diretor de sua UE, no período de **15 a 21 de julho de 2013**, exclusivamente pelo endereço eletrônico: www.escoladeformacao.sp.gov.br/mgme.
 - O diretor é o responsável por realizar as inscrições dos profissionais de sua UE que se enquadram no item C. Público-alvo, e que não tenham sido inscritos no Curso 2 – Formação de Professores de Matemática.
 - Para realizar as inscrições, o diretor deverá:
 - seguir as orientações veiculadas por meio de boletins;
 - comunicar todos os profissionais a serem inscritos;

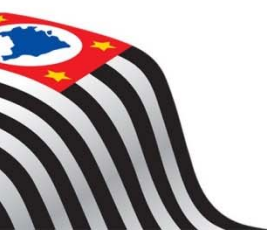


MELHOR GESTÃO
MELHOR ENSINO



REGULAMENTO

- ter em mãos os dados de todos os profissionais a serem inscritos (nome completo, RG, CPF e email pessoal e ativo), conforme público-alvo;
 - acessar o site da ação Melhor Gestão, Melhor Ensino: www.escoladeformacao.sp.gov.br/mgme;
 - acessar o canal "Os cursos" e, então, clicar em Curso 3 – Matemática;
 - clicar em Inscrições, localizado no menu lateral "Links";
 - ler atentamente na página seguinte as orientações e em seguida clicar em Inscrever;
 - acessar o formulário e inscrever os professores de sua UE que compõem o público-alvo da ação e que não tenham sido inscritos no Curso 2 – Formação de Professores de Matemática;
 - Os professores inscritos receberão em seu e-mail (o mesmo indicado no formulário de inscrição) informações, tais como: nome do curso/programa/ação, quem fez a inscrição, número de protocolo, dentre outras.
 - Após realizar a inscrição, o diretor deverá tomar nota do protocolo expedido pelo sistema. Esse número é o comprovante de que a inscrição foi realizada com sucesso.
 - Os inscritos que precisarem solicitar o cancelamento de sua inscrição deverão contatar o diretor de sua UE, para que ele realize o cancelamento diretamente no formulário de inscrição. Os cancelamentos só podem ser solicitados e realizados até a data término das inscrições, 21 de julho.
 - Os professores que solicitarem cancelamento deverão justificar o motivo por meio de formulário a ser disponibilizado no site da ação, e conforme informações e orientações a serem enviadas ao e-mail dos cancelados.
8. A relação final dos inscritos (considerados os automaticamente inscritos conforme Curso 2 – Formação de Professores de Matemática e os que forem inscritos agora pelos diretores) será divulgada no site da ação: www.escoladeformacao.sp.gov.br/mgme, após o término das inscrições;
 9. Os inscritos que não derem início ao Curso 3 – Aprofundamento de Conteúdos e Metodologias das disciplinas que integram o Currículo do Ensino Fundamental Anos Finais – Matemática, ou forem reprovados, não poderão atuar como professor tutor das ações de formação a distância ofertadas pela EFAP, por um período de dois anos.





MELHOR GESTÃO
MELHOR ENSINO

F. ESTRUTURA E CRONOGRAMA DO CURSO

10. O Curso 3 – Aprofundamento de Conteúdos e Metodologias das disciplinas que integram o Currículo do EF Anos Finais – Matemática será realizado a distância com carga horária total de 80 horas, conforme quadro a seguir:

| Módulo | Tema | Data | Carga Horária |
|---|-------------------------|-------------------------|-----------------|
| 0 | Conhecendo o AVA - EFAP | 01/08/2013 a 18/10/2013 | Não contabiliza |
| 1 | Equivalência | 05/08/2013 a 18/08/2013 | 15 h |
| 2 | Ordenação | 19/08/2013 a 31/08/2013 | 13 h |
| Atualização do Cursista – Módulos 1 e 2 | | 01/09/2013 a 08/09/2013 | Não contabiliza |
| 3 | Proporcionalidade 1 | 01/09/2013 a 10/09/2013 | 13 h |
| 4 | Proporcionalidade 2 | 11/09/2013 a 22/09/2013 | 13 h |
| Atualização do Cursista – Módulos 3 e 4 | | 22/09/2013 a 29/09/2013 | Não contabiliza |
| 5 | Interdependência 1 | 23/09/2013 a 03/10/2013 | 13 h |
| 6 | Interdependência 2 | 04/10/2013 a 13/10/2013 | 13 h |
| Atualização do Cursista – Módulos 5 e 6 | | 14/10/2013 a 18/10/2013 | Não contabiliza |
| Carga horária Total | | | 80 h |

11. Os conteúdos serão distribuídos nos módulos e cada um destes será composto de conteúdos correspondentes aos quatro anos do EF Anos Finais. Cada conteúdo será associado, prioritariamente, ao módulo correspondente, embora possa vir a ser tratado, de modo secundário, em outros módulos como suporte para a condução de outros conteúdos principais.
12. Os módulos estão organizados com base em algumas das principais ideias fundamentais da Matemática (Proporcionalidade, Interdependência, Equivalência e Ordenação), segundo os critérios listados a seguir:
- Uma ideia fundamental agrega conteúdos de todos os eixos e de todos os anos, de maneira que, ao percorrê-la, o professor poderá contemplar a apresentação de conteúdos de todos os anos do Ensino Fundamental II e, simultaneamente, todos os eixos de conteúdos (Números, Geometria, Medidas e Tratamento da Informação).
 - Uma sequência de atividades elaborada por sobre o fio condutor de uma das ideias fundamentais permite que sejam evidenciadas algumas das múltiplas relações entre significados conceituais associados a diversos conceitos, de todos os anos e de todos os eixos. Visto dessa forma, a apresentação de conceitos matemáticos com base em alguma das ideias fundamentais rompe com planejamentos elaborados sobre estruturas rígidas, nas quais os conceitos são organizados de maneira cartesiana clássica, pouco permitindo ao aluno vislumbrar a Matemática como corpo de conhecimentos amplo e totalmente relacionável interna e externamente.

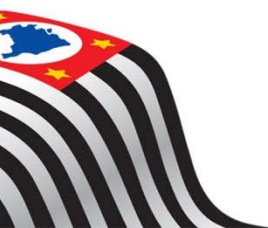


MELHOR GESTÃO
MELHOR ENSINO



REGULAMENTO

- c. A elaboração de situações de aprendizagem com base na condução de uma ideia fundamental não limita, de forma alguma, a escolha de contextos apropriados para cada situação. Assim, por exemplo, é possível que uma atividade seja elaborada a partir do contexto da sustentabilidade e que, simultaneamente, esteja estruturada com base na ideia da aleatoriedade de algumas ocorrências naturais. A imagem metafórica que se pode produzir, nesse caso, é a de um guarda-chuva na qual a ideia fundamental é o tecido que o recobre, enquanto cada situação de aprendizagem, em cada contexto, é uma das varetas sobre a qual se estica o tecido protetor.
13. Os seis módulos do curso estão estruturados a partir de quatro ideias fundamentais. Duas delas, Proporcionalidade e Interdependência, por envolverem quantidades mais amplas de significados conceituais, serão abordadas em dois módulos cada uma. Os quadros seguintes apresentam a estrutura dos módulos e a distribuição por ano e por eixo dos conteúdos.



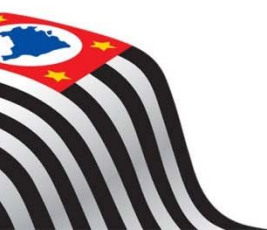


MELHOR GESTÃO
MELHOR ENSINO



REGULAMENTO

| DETALHAMENTO DOS MÓDULOS | | | | | |
|--------------------------|---|--|--|--|---|
| Módulo 0 | Conteúdo | | | | |
| | Conhecendo o AVA – EFAP | | | | |
| Módulo 1 | Expectativas de aprendizagem | Conteúdo | | | |
| | | Números | Medidas | Geometria | Tratamento da Informação |
| MÓDULO 1 - Equivalência | 6º ano - Escrever uma fração e Interpretar seus diferentes significados; - Operar com frações; - Interpretar informações apresentadas em tabelas e gráficos estatísticos. | Frações: operações. | Equivalência entre diferentes unidades de medida de comprimento, de massa e de tempo. | Frações de quantidades contínuas. | Tabelas e gráficos estatísticos. Cálculo porcentual. |
| | 7º ano - Resolver situações problema envolvendo operações entre números racionais; - Representar resultados de medições, das mais diversas grandezas, em diferentes unidades de medida. - Aplicar a ideia combinatória da multiplicação para resolver situações problema. | Conjunto dos números racionais: operações e Equações equivalentes. | Equivalência entre diferentes unidades de medida de grandezas combinadas, como velocidade e densidade. | Polígonos: propriedades e classificação. | Elementos de análise combinatória. |
| | 8º ano - Expressar o cálculo da área de uma figura plana por intermédio de uma expressão algébrica; - Resolver equações e sistemas de equações de 1º grau. - Analisar a composição ou a decomposição de formas planas. | Produtos notáveis. Sistemas de equações. | Equivalência de áreas e de volumes. | Circunferências e círculos: setores, cordas e ângulos. | Elementos de análise combinatória. |
| | 9º ano - Resolver equações e sistemas de equações de 2º grau. - Reduzir uma expressão numérica aplicando simplificações e propriedades dos radicais. | Equações de 2º grau fracionárias. Simplificação de radicais. | Equivalência de áreas e de volumes. | | Elementos de análise combinatória. |





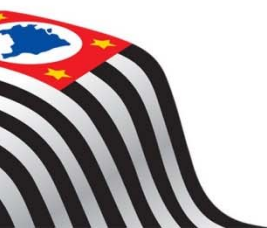
MELHOR GESTÃO
MELHOR ENSINO



REGULAMENTO

| Módulo 2 | Expectativas de aprendizagem | Conteúdo | | | |
|----------------------|--|---|---|--|---|
| | | Números | Medidas | Geometria | Tratamento da Informação |
| MÓDULO 2 - Ordenação | 6º ano - Escrever uma fração para representar a comparação entre dois valores de uma mesma grandeza. - Aplicar regras de divisibilidade. - Escrever sequências de múltiplos ou de divisores de números naturais. | Frações: representação e comparação. Múltiplos e divisores: números primos. | Unidades de medida de comprimento, massa e tempo. | Formas planas e espaciais | Média aritmética |
| | 7º ano - Resolver situações problema envolvendo operações entre números racionais; - Representar resultados de medições; - Operar com números inteiros, com decimais e frações; - Aplicar a ideia combinatória da multiplicação para resolver situações problema. | Números inteiros: representação e operações. Operações e problemas com frações e decimais. | Unidades de medida de grandezas combinadas, como velocidade e densidade. Conversões de unidades de medidas de áreas. | Polígonos: áreas e perímetros. | Elementos de análise combinatória. |
| | 8º ano - Escrever a fração geratriz de uma dízima periódica; - Expressar o cálculo da área de uma figura plana por intermédio de uma expressão algébrica; - Analisar índices estatísticos, comparando-os e ordenando-os. | Potenciação de números inteiros. Dízimas periódicas e fração geratriz. | Equivalência de áreas e de volumes. | | Elementos de estatística: comparações e ordenações. |
| | 9º ano - Resolver equações e sistemas de equações de 2º grau; - Reconhecer um número irracional por sua expansão decimal infinita e não periódica; - Reduzir uma expressão numérica aplicando simplificações e propriedades dos radicais. | Equações de 2º grau fracionárias. Números irracionais Simplificação de radicais. | Equivalência de áreas e de volumes. | Circunferências e círculos: setores, cordas e ângulos. | Notação científica. |

Atualização do Cursista – Módulos 1 e 2





MELHOR GESTÃO
MELHOR ENSINO



REGULAMENTO

| Módulo 3 | Expectativas de aprendizagem | Conteúdo | | | |
|--------------------------------|---|---|---|---|--|
| | | Números | Medidas | Geometria | Tratamento da Informação |
| MÓDULO 3 - Proporcionalidade 1 | 6º ano - Reconhecer o significado de uma razão entre duas grandezas de mesma natureza ou de naturezas diferentes. | Razões entre duas grandezas. | Sistema métrico decimal. Conversões de unidades de medida. | Ampliação e redução de figuras em malhas quadriculadas. | Problemas de contagem. |
| | 7º ano - Escrever proporções para representar situações problema; - Identificar a proporcionalidade entre formas geométricas obtidas a partir de ampliações ou reduções; - Representar dados estatísticos em gráficos de setores. | Razões e proporções. Proporcionalidade direta e inversa. | | Homotetia, razão de ampliação. | Noções de probabilidade. Gráficos de setores. |
| | 8º ano - Relacionar formas geométricas com a proporcionalidade existente entre medidas de segmentos, aplicando-a na resolução de | Razões na geometria: o número π . | Áreas e perímetros de quadriláteros, de triângulos e de círculos. | | Gráficos estatísticos. |
| | 9º ano - Identificar as relações de proporcionalidade entre medidas de figuras planas semelhantes e aplicá-la na resolução de situações problema; - Interpretar informações apresentadas em tabelas e gráficos estatísticos; - Expressar a probabilidade de ocorrência de um evento simples por intermédio de uma | | Áreas e perímetros de figuras planas. | Semelhança de triângulos. | Gráficos estatísticos. Probabilidades de eventos simples. |

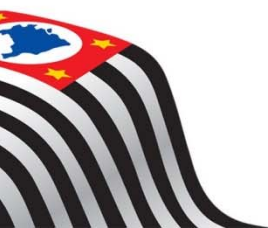


MELHOR GESTÃO
MELHOR ENSINO



REGULAMENTO

| Módulo 4 | Expectativas de aprendizagem | Conteúdo | | | |
|--|--|--|---|--|--|
| | | Números | Medidas | Geometria | Tratamento da Informação |
| MÓDULO 4 - Proporcionalidade 2 | 6º ano - Reconhecer o significado de uma razão entre duas grandezas de mesma natureza ou de naturezas diferentes. | Razões entre duas grandezas. | Comprimento, massa e capacidade. | Cálculo de áreas por composição e decomposição. | Problemas de contagem. |
| | 7º ano - Escrever proporções para representar situações problema; - Identificar a proporcionalidade entre formas geométricas obtidas a partir de ampliações ou | Razões e proporções. Regras de três. Porcentagens. | Razões entre grandezas de naturezas diferentes. | Ângulos: propriedades. | Noções de probabilidade. |
| | 8º ano - Relacionar formas geométricas com a proporcionalidade existente entre medidas de segmentos, aplicando-a na resolução de situações problema; - Aplicar o cálculo porcentual na resolução de problemas envolvendo operações de compra, venda, financiamentos etc. | Matemática financeira; juros e descontos; operações de compra e venda. | Escalas. | Teorema de Tales. Sistema de coordenadas cartesianas. | Gráficos de setores. |
| | 9º ano - Identificar as relações de proporcionalidade entre medidas de figuras planas semelhantes e aplicá-las na resolução de situações problema; - Interpretar informações apresentadas em tabelas e gráficos estatísticos; - Calcular áreas e perímetros de formas planas pela aplicação de fórmulas; - Analisar distribuição de dados discretos em função das medidas de posição da distribuição. | Razões trigonométricas de ângulos agudos. | Áreas e perímetros de figuras planas. | Semelhança de triângulos. Teorema de Pitágoras. | Elementos de estatística - medidas de posição. |
| Atualização do Cursista – Módulos 3 e 4 | | | | | |





MELHOR GESTÃO
MELHOR ENSINO



REGULAMENTO

| Módulo 5 | Expectativas de aprendizagem | Conteúdo | | | |
|-------------------------------|---|--|--------------------------------------|---|---|
| | | Números | Medidas | Geometria | Tratamento da Informação |
| MÓDULO 5 - Interdependência 1 | 6º ano - Identificar padrões geométricos em sequências e representá-los algebricamente; - Resolver uma equação de | Equações e problemas envolvendo equações de 1º grau. | Conversões de unidades de medida. | Formas planas e espaciais. | Tabelas e gráficos estatísticos. |
| | 7º ano - Resolver equações de 1º grau; - Identificar as propriedades dos polígonos e classificá-los; - Interpretar informações apresentadas em tabelas e gráficos estatísticos. | Porcentagens. Equações e problemas envolvendo equações de 1º grau. | | Ângulos e polígonos. Triângulos e quadriláteros: classificação. | Tabelas e gráficos estatísticos. |
| | 8º ano - Resolver sistemas de equações de 1º grau; - Escrever e resolver equações de 1º grau associadas a situações problema envolvendo conceitos de geometria; - Interpretar informações contidas em tabelas e gráficos estatísticos; - Efetuar cálculos envolvendo porcentagens como elementos de análise de informações estatísticas; - Calcular áreas e perímetros de formas planas pela aplicação de fórmulas. | Problemas e sistemas envolvendo equações de 1º grau; produtos notáveis e fatoração. Equações de 2º grau: resolução por fatoração. | Áreas e perímetros de formas planas. | Aplicações das equações de 1º grau em problemas envolvendo o teorema de Tales e retas paralelas cortadas por transversal. | Índices Estatísticos; cálculo porcentual. |
| | 9º ano - Interpretar informações apresentadas em tabelas e gráficos estatísticos; - Calcular o volume de prismas retangulares por composição e decomposição; - Aplicar as propriedades das potências e dos radicais na simplificação de expressões numéricas; - Reconhecer e aplicar a propriedade que relaciona um ângulo central a um ângulo interno de uma cir- | Noção de funções. Equações de 2º grau: resolução por Bháskara. Radicais e potências. | Volumes de prismas retangulares. | Círculo e circunferências: ângulos centrais. | |



MELHOR GESTÃO
MELHOR ENSINO



REGULAMENTO

| Módulo 6 | Expectativas de aprendizagem | Conteúdo | | | |
|---|---|---|--------------------------------------|---|--|
| | | Números | Medidas | Geometria | Tratamento da Informação |
| MÓDULO 6 - Interdependência 2 | 6º ano - Identificar padrões geométricos em sequências e representá-los algebricamente; - Resolver uma equação de 1º grau. | Números racionais positivos: operações e propriedades. Números decimais: frações decimais. | | | Tabelas e gráficos estatísticos. Cálculo porcentual. |
| | 7º ano - Resolver equações de 1º grau; - Identificar formas simétricas e produzir transformações isométricas com formas planas; - Interpretar informações apresentadas em tabelas e gráficos estatísticos. | Equações de 1º grau. Potenciação: propriedades. | | Simetrias. Transformações isométricas: translação, reflexão e rotação. | Tabelas e gráficos estatísticos. Cálculo porcentual. |
| | 8º ano - Resolver sistemas de equações de 1º grau; - Simplificar expressões algébricas utilizando procedimentos de fatoração. | Sistemas de equações de 1º grau. | Áreas e perímetros de formas planas. | | Gráficos estatísticos. |
| | 9º ano - Representar graficamente condições estabelecidas por equações a duas variáveis; - Resolver equações e sistemas de duas equações de 2º grau; - Aplicar as propriedades das potências e dos radicais na simplificação de expressões numéricas. | Equações e sistemas de equações de 2º grau. Equações fracionárias. Função polinomial de 1º grau. Radicais e potências. | Volume de cilindros. | Teorema de Pitágoras Representação de números na reta real. | Medidas de posição: média, mediana e moda; índices estatísticos. |
| Atualização do Cursista – Módulo 5 e 6 | | | | | |



MELHOR GESTÃO
MELHOR ENSINO



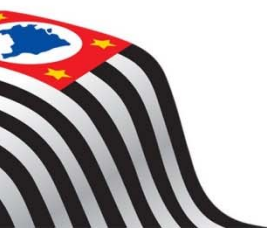
REGULAMENTO

14. O conteúdo dos módulos está estruturado com base no Currículo do Estado de São Paulo, será disponibilizado no AVA-EFAP e contará com:
 - Questão Discursiva;
 - Questão Objetiva;
 - Fórum de Discussão;
 - Atividade de Vivência.
15. Para realização das atividades, os cursistas deverão acessar o site da ação: www.escoladeformacao.sp.gov.br/mgme
16. Cada um dos módulos, no AVA-EFAP, será acompanhado por professores tutores, que serão os responsáveis por sanar as dúvidas relativas aos conteúdos, mediar os fóruns, orientar os estudos e a realização das atividades, avaliar e validar as atividades postadas pelos cursistas.
17. O professor tutor não poderá atribuir um prazo para reformulação das atividades que não esteja dentro do período estipulado no cronograma do curso, conforme quadros dispostos no item 10.

G. AVALIAÇÃO

18. Os cursistas serão avaliados considerando-se a frequência e o aproveitamento.
19. A frequência será contabilizada com base na média do número de atividades propostas no AVA-EFAP, e realizadas pelo cursista durante o curso, sendo obrigatória a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento).
20. A avaliação do aproveitamento será realizada qualitativamente com base na média das atividades validadas no decorrer do curso com conceito satisfatório.
21. As atividades a distância, contabilizadas na participação do curso, são compostas por Questão Discursiva, Questão Objetiva, Fórum de Discussão e Atividade de Vivência, relacionadas aos conteúdos desenvolvidos nos módulos e validadas pelo professor tutor.
22. O professor tutor avaliará as atividades a distância entregues pelo cursista e atribuirá, para cada uma, um dos seguintes conceitos:

| Quadro de Avaliação | | | | | |
|------------------------|--|--|---|----------------------------|-------------------------|
| ATIVIDADE NÃO VALIDADA | | | ATIVIDADE VALIDADA | | |
| Em branco | Postada com conteúdos desconectados da atividade proposta. | Postada contendo conteúdos que culminem em material ilícito. | Resposta coerente com a questão proposta. | | |
| | | | Insatisfatório | Satisfatório | |
| | | | Conceito C | Conceito B | Conceito A |
| | | | Entre 1% e 50% de acertos | Entre 51% e 70% de acertos | Acima de 70% de acertos |





MELHOR GESTÃO
MELHOR ENSINO



REGULAMENTO

23. Em sua avaliação, o professor tutor poderá solicitar ao cursista que refaça total ou parcialmente a atividade enviada. Nesse caso, o professor tutor não atribuirá valor à atividade, e disponibilizará nova tentativa para refazê-la e enviá-la, dentro do prazo estipulado no cronograma do curso.

24. Para aprovação o cursista deverá:

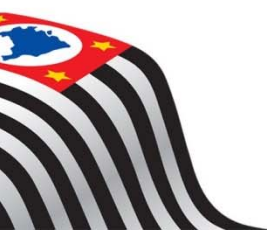
- Realizar durante o curso, no mínimo, 75% do total das atividades propostas;
- Ter média de aproveitamento com conceito Satisfatório, no total de atividades do curso, considerando-se o Quadro de Avaliação.

H. CERTIFICAÇÃO

- Os cursistas que atenderem a todos os requisitos elencados no item 24 serão aprovados e farão jus à certificação.
- Os certificados serão disponibilizados digitalmente no site www.escoladeformacao.sp.gov.br, no item Central de Serviços, somente após o término e a homologação do curso em Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOE).
- O cursista poderá utilizar o certificado do curso para a evolução funcional pela via não acadêmica, conforme Decreto Nº 49.394/2005, Resolução SE 21/2005 e Instrução Conjunta CENP/DRHU, de 25/04/2005.

I. RESPONSABILIDADES DO CURSISTA

- Informar e-mail válido e atualizado para acesso ao AVA-EFAP no momento de sua inscrição pelo diretor da UE em que está em exercício.
- Realizar das atividades a distância propostas no decorrer do curso, dentro dos prazos estabelecidos e registrados no AVA-EFAP.
- Acompanhar, no AVA-EFAP, o “status” de suas atividades, verificando aquelas que estão pendentes, não realizadas, concluídas ou não validadas pelo professor tutor e prazo final de realização. Para isso, deverá clicar na aba “Meu percurso”, selecionar o curso em questão e observar a condição apontada para cada atividade (linhas) nas colunas “Pontuação”, “Enviado” e “Término”
- Acatar as regras estabelecidas no Regulamento para este curso, inclusive as relativas à segurança da informação.
- Manter a senha de acesso guardada em completa segurança e sigilo, sendo de sua inteira responsabilidade acessos realizados com esta (a senha de acesso de cada cursista tem caráter pessoal e intransferível, é vedada a revelação para terceiros, sendo a forma de identificação do cursista, considerada a sua utilização, para todos os fins e efeitos, como manifestação expressa de sua vontade).





MELHOR GESTÃO
MELHOR ENSINO

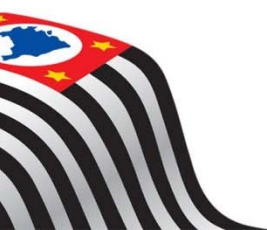


REGULAMENTO

33. Utilizar apenas equipamentos confiáveis para o acesso à plataforma, que possuam programas antivírus e *firewall* devidamente instalados e atualizados, assumindo o risco de sua conduta, caso assim não proceda.
34. Realizar *logout* após finalizar uma sessão no AVA-EFAP, garantindo a veracidade de suas participações e produções. Para isso, clicar em “Sair”, destacado na cor vermelha em cima e à direita da tela.
35. Atualizar seu perfil sempre que necessário e se responsabilizar pelas informações fornecidas.
36. Estabelecer vínculo de respeito mútuo com todos os usuários do AVA-EFAP.
37. Acatar sua inserção em grupos, em situações de trabalho coletivo, segundo a distribuição feita pelo professor tutor ou pela própria EFAP.
38. Ao publicar suas participações, quando pertinente, citar fonte de consulta e não disseminar conteúdo que possa ser considerado ilícito ou plagiado.

J. SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO NAS ATIVIDADES WEB

39. A gestão da segurança das informações relacionadas observa as disposições da Norma Técnica ABNT NBR ISO/IEC 27002, especialmente em relação a autenticidade, integridade e disponibilidade da informação.
40. É de reconhecimento público a impossibilidade técnica da manutenção do funcionamento integral e ininterrupto de qualquer sistema de informática. Dessa forma, fica a SEE-SP, desde logo, isenta de qualquer responsabilidade relativa à postagem de atividades web ou da manutenção de equipamentos.
41. As configurações mínimas de hardware e software necessárias para acesso adequado ao AVA-EFAP são as seguintes:
 - a. **Software**
 - Windows XP Service Pack 2 (recomendados Windows XP Service Pack 3 ou posterior);
 - Windows Vista;
 - Plug-in Adobe Flash Player Versão 9 ou superior;
 - Navegadores: Internet Explorer 8 ou superior; Firefox 20 ou superior; Chrome ou Safari 6 ou superior.
 - b. **Hardware**
 - Mínimo de 1 GB de Memória RAM;
 - Resolução de tela mínima de 1024x768;
 - Conexão banda larga, preferencialmente 512 kbps ou superior.





MELHOR GESTÃO
MELHOR ENSINO



REGULAMENTO

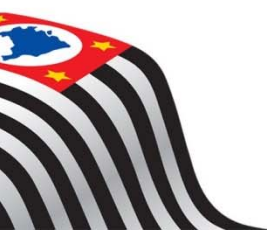
42. Para um bom desempenho do AVA-EFAP, é recomendada a limpeza do navegador, seguindo os passos a seguir:

a. Ao utilizar o Microsoft Internet Explorer:

- i. Abrir o Internet Explorer;
- ii. Apertar a tecla “ALT” do seu teclado para que a barra de menu seja disponibilizada;
- iii. Selecionar a opção “Ferramentas” e selecionar a opção “Opções da Internet”;
- iv. Selecionar a aba “Geral” na nova janela aberta;
- v. Clicar em “Excluir” na área “Histórico de navegação”;
- vi. Marcar os itens “Arquivos de Internet Temporários” e “Cookies” na nova janela aberta;
- vii. Clicar no botão “Excluir”. Esta janela será fechada automaticamente;
- viii. Para finalizar, clicar no botão “Aplicar” e, logo em seguida, no botão “OK”.

b. Ao utilizar o Firefox:

- i. Abrir o Firefox;
- ii. Apertar a tecla “ALT” do seu teclado para que a barra de menu seja disponibilizada;
- iii. Selecionar a opção “Ferramentas” e selecionar a opção “Limpar dados pessoais”;
- iv. Selecionar a aba “Avançado” na nova janela;
- v. Habilitar os itens “Cookies” e “Cache” na nova janela aberta;
- vi. Clicar no botão “Limpar agora”. Esta janela será fechada automaticamente.





MELHOR GESTÃO
MELHOR ENSINO



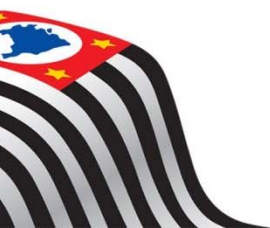
REGULAMENTO

REGULAMENTO

PROGRAMA EDUCAÇÃO COMPROMISSO DE SÃO PAULO

Melhor Gestão, Melhor Ensino Curso 1 – Formação de Formadores

São Paulo, abril de 2013



Secretaria da Educação



MELHOR GESTÃO
MELHOR ENSINO



REGULAMENTO

Sumário

| | |
|--|----|
| A. Apresentação..... | 3 |
| B. Objetivos | 3 |
| C. Público-Alvo..... | 3 |
| D. Habilidades e Competências..... | 4 |
| E. Processo de Inscrição/Indicação..... | 4 |
| F. Estrutura e Cronograma do Curso | 5 |
| G. Avaliação | 9 |
| H. Certificação | 10 |
| I. Responsabilidades do Cursista..... | 10 |
| J. Segurança da Informação nas Atividades a Distância..... | 11 |



MELHOR GESTÃO
MELHOR ENSINO

A. Apresentação

1. A Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEE-SP), por meio da Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores do Estado de São Paulo “Paulo Renato Costa Souza” (EFAP) e da Coordenadoria de Gestão da Educação Básica (CGEB), em continuidade ao Programa Educação — Compromisso de São Paulo, estabelece a ação de formação continuada “Melhor Gestão, Melhor Ensino” como mais uma das vertentes voltadas à melhoria da educação do Estado de São Paulo. Esta ação é composta por três cursos.
2. Este Regulamento contém as regras e procedimentos que regem o *Curso 1 – Formação de Formadores*, que será oferecido de modo semipresencial, por meio de encontros presenciais e atividades a distância no Ambiente Virtual de Aprendizagem da EFAP (AVA-EFAP).

B. Objetivos

3. O Curso 1 – Formação de Formadores tem como objetivos:
 - a. Oferecer formação continuada aos profissionais que serão responsáveis pela formação dos gestores e dos professores de Língua Portuguesa e de Matemática de todas as unidades escolares que atendem ao Ensino Fundamental (EF) Anos Finais.
 - b. Subsidiar os formadores com estratégias que promovam o fortalecimento da gestão escolar e da ação docente, articulando os conteúdos das diferentes áreas e o aprimoramento das competências leitora e escritora dos alunos do EF Anos Finais.
 - c. Propiciar a reflexão e a socialização de práticas que possam fortalecer a gestão pedagógica, de modo a promover a melhoria da qualidade da educação.

C. Público-alvo

4. O Curso 1 – Formação de Formadores é direcionado aos seguintes profissionais, conforme base CGRH de fevereiro de 2013:
 - a. Supervisores de Ensino;
 - b. Professores Coordenadores do Núcleo Pedagógico (PCNP) de Língua Portuguesa e/ou com formação em Língua Portuguesa;
 - c. Professores Coordenadores do Núcleo Pedagógico (PCNP) de Matemática e/ou com formação em Matemática;
 - d. Professores Coordenadores do Núcleo Pedagógico (PCNP) de Tecnologia.
5. **Atenção:** Na ausência do PCNP de Currículo com formação em Língua Portuguesa ou em Matemática, pôde ser indicado o Professor Coordenador (PC) das unidades escolares com formação em Matemática ou em Língua Portuguesa.



MELHOR GESTÃO
MELHOR ENSINO

D. Habilidades e Competências

6. O Curso 1 – Formação de Formadores pretende contribuir para o desenvolvimento das seguintes habilidades e competências:
- Compreensão da importância do Plano de Formação Regional para gestores e professores;
 - Elaboração de propostas de acompanhamento das ações planejadas nos Planos de Ação das Escolas por meio da socialização de atividades desenvolvidas – práticas gestoras e docentes.

E. Processo de Inscrição/Indicação

7. As inscrições foram realizadas por meio da indicação pelo Dirigente de cada Diretoria de Ensino (DE), no período de **1º a 10 de março de 2013**, exclusivamente pelo endereço eletrônico da EFAP, www.escoladeformacao.sp.gov.br.
8. O número de vagas foi determinado com base na previsão da quantidade total de gestores e professores que serão formados em cada DE nos outros cursos dessa ação, considerando as seguintes orientações:
- Supervisores (quantidade conforme Anexo 1), com experiência em ações de formação;
 - PCNPs de Tecnologia (todos).
 - PCNPs (quantidade conforme Anexo 2):
 - Língua Portuguesa: PCNPs de Língua Portuguesa ou PCNPs com formação em Língua Portuguesa (na ausência do PCNP, pôde ser indicado um PC com formação em Língua Portuguesa).
 - Matemática: PCNPs de Matemática ou PCNPs com formação em Matemática (na ausência do PCNP, pôde ser indicado um PC com formação em Matemática).
9. Não puderam ser indicados os profissionais não relacionados no item C deste documento.
10. Após realizar as indicações, o Dirigente teve de tomar nota dos protocolos expedidos pelo sistema. Esse número é o comprovante de que as indicações foram realizadas com sucesso.
11. A relação final de indicados pelos Dirigentes será divulgada no site da ação “Melhor Gestão, Melhor Ensino”: www.escoladeformacao.sp.gov.br/mgme.
12. Os indicados que não derem início ao Curso 1 – Formação de Formadores ou forem reprovados por frequência serão considerados desistentes e não poderão atuar como professores tutores das ações de formação a distância ofertadas pela EFAP, por um período de dois anos.



MELHOR GESTÃO
MELHOR ENSINO

F. Estrutura e Cronograma do Curso

13. O Curso 1 – Formação de Formadores é semipresencial, com carga horária total de 60 horas, dividida em 32 horas presenciais e 28 horas de atividades a distância, conforme segue:
- 1ª etapa presencial: Primeiro Encontro Presencial (IEP) composto de 24 horas, a ser realizado entre 1º e 4 de abril de 2013 em Águas de Lindóia;
 - 2ª etapa presencial: Segundo Encontro Presencial (IIEP) centralizado com carga horária de 8 horas, a ser realizado ao final do curso;
 - A distância: 28 horas de atividades realizadas no AVA-EFAP.
14. O primeiro encontro presencial ocorrerá no período de **1º a 4 de abril**, em que serão realizadas Palestras, Mesas-redondas e Oficinas para cada público específico.
15. Os conteúdos específicos do Curso 1 – Formação de Formadores estão distribuídos conforme quadros a seguir:

| Etapas presenciais: Curso 1 – Formação de Formadores (Supervisores, PCNPs e PC) | | | | | |
|---|---|-----------------------|--|---|-----------------|
| 1ª e 2ª etapas | Datas Previstas | Encontros Presenciais | | Conteúdos | Carga horária |
| 1ª Etapa | 01/04/2013 a 04/04/2013 (Águas de Lindóia) | 1º EP | Todos os formadores (Supervisores, PCNPs e PC) Parte Comum | <ul style="list-style-type: none"> Educação no mundo contemporâneo e os desafios do currículo Progressão continuada Avaliação Currículo Leitura e produção de textos para a escola e a vida Identidade docente nos tempos e espaços do currículo Leituras e narrativas em Matemática | 12 horas |
| | | | Todos os formadores (Supervisores, PCNPs e PC) Parte Específica | <ul style="list-style-type: none"> Oficina de Língua Portuguesa Oficina de Matemática Oficina de Gestão | 12 horas |
| 2ª Etapa | Agosto/2013 (Previsão) | 2º EP | Todos os formadores (Supervisores, PCNPs e PC) Parte Específica | <ul style="list-style-type: none"> Seminário centralizado | 8 horas |
| Total: | | | | | 32 horas |



MELHOR GESTÃO
MELHOR ENSINO



REGULAMENTO

| A distância: Curso 1– Formação de Formadores (Supervisores de Ensino) | | | |
|---|---|--|-----------------|
| Datas Previstas | Módulos a distância no AVA-EFAP | Conteúdos | Carga horária |
| 08/04/2013 a 17/04/2013 | 1 Administração do tempo | <ul style="list-style-type: none"> • Autorreflexão • Conhecer as dimensões do trabalho da equipe gestora • Papéis e responsabilidades da equipe gestora nos processos que envolvem o ensino e a aprendizagem – Planejar o tempo da equipe gestora | 5 horas |
| 11/04/2013 a 17/04/2013 | 2 Gestão na dimensão pedagógica | <ul style="list-style-type: none"> • Educação contemporânea • Indicadores estaduais e nacionais de avaliação externa • Diretrizes pedagógicas da Secretaria/do Currículo • Avaliação de aprendizagem | 8 horas |
| 18/04/2013 a 24/04/2013 | 3 Observação em sala de aula | <ul style="list-style-type: none"> • Foco da observação da prática docente • Procedimentos para observação • Indicadores de observação • Construção do instrumento de observação • Fazendo a observação | 5 horas |
| 25/04/2013 a 01/05/2013 | 4 Feedback | <ul style="list-style-type: none"> • O <i>feedback</i> • Habilidades de comunicação • Devolutiva para o professor (<i>feedback</i>) • Histórico de colaboração | 6 horas |
| 30/04/2013 a 05/05/2013 | 5 Plano de ação para desenvolvimento | <ul style="list-style-type: none"> • Plano de ação • Compartilhar as principais estratégias • Avaliação do processo | 4 horas |
| Total: | | | 28 horas |

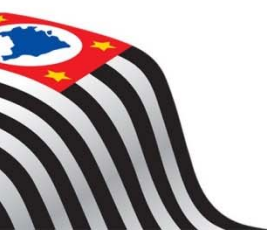


MELHOR GESTÃO
MELHOR ENSINO



REGULAMENTO

| A distância: Curso 1 – Formação de Formadores (PCNP e PC com formação em Língua Portuguesa) | | | |
|---|---------------------------------|---|-----------------|
| Datas Previstas | Módulos a distância no AVA-EFAP | Conteúdos | Carga horária |
| 08/04/2013 a 15/04/2013 | Módulo 1 | <ul style="list-style-type: none"> Abordagem de algumas práticas de leitura e escrita muito comuns na internet. Reflexão sobre: <ul style="list-style-type: none"> - Perfis e apresentações pessoais; - Expressão de opinião; - Debate em Fórum. | 8 horas |
| 16/04/2013 a 25/04/2013 | Módulo 2 | <ul style="list-style-type: none"> Experiências de Leitura e Escrita: ler e ouvir depoimentos de diversas personalidades da nossa cultura sobre leitura e escrita. Escrever um depoimento e participar de um debate no Fórum sobre leitura e escrita na escola. Leitura e Escrita em Blogs: conhecer blogs e sites hospedeiros, analisar dois blogs selecionados e responder a uma questão objetiva. Blogs de grupo – a escrita colaborativa: construir um blog em grupo, participar de um fórum de grupo. | 10 horas |
| 26/04/2013 a 05/05/2013 | Módulo 3 | <ul style="list-style-type: none"> Socialização e o aprofundamento das reflexões iniciadas no encontro presencial. Revisão crítica da situação de aprendizagem construída. Publicação de situações de aprendizagem no blog de grupo. Avaliação. | 10 horas |
| Total: | | | 28 horas |



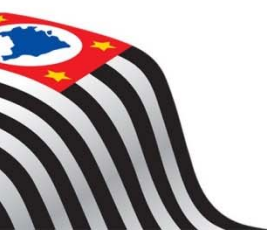


MELHOR GESTÃO
MELHOR ENSINO

REGULAMENTO

| A distância: Curso 1 – Formação de Formadores (PCNP e PC com formação em Matemática) | | | |
|--|---------------------------------|--|-----------------|
| Datas Previstas | Módulos a distância no AVA-EFAP | Conteúdos | Carga horária |
| 08/04/2013 a 15/04/2013 | Módulo 1 | <ul style="list-style-type: none"> Abordagem de algumas práticas de leitura e escrita muito comuns na internet. Reflexão sobre: <ul style="list-style-type: none"> - Perfis e apresentações pessoais; - Expressão de opinião; - Debate em Fórum. | 8 horas |
| 16/04/2013 a 25/04/2013 | Módulo 2 | <ul style="list-style-type: none"> Experiências de Leitura e Escrita: ler e ouvir depoimentos de diversas personalidades da área de Matemática. Escrever um depoimento e participar de um debate no Fórum sobre leitura e escrita na escola. Leitura e Escrita em Blogs: conhecer blogs e sites hospedeiros, analisar dois blogs selecionados e responder a uma questão objetiva. Blogs de grupo – a escrita colaborativa: construir um blog em grupo, participar de um fórum de grupo. | 10 horas |
| 26/04/2013 a 05/05/2013 | Módulo 3 | <ul style="list-style-type: none"> Traçando o percurso. Mapeamento de percurso da aprendizagem. Plano de Aula. Avaliação. | 10 horas |
| Total: | | | 28 horas |

16. O conteúdo dos módulos está estruturado com base no Currículo do Estado de São Paulo e será disponibilizado no AVA-EFAP.
17. As atividades web serão acessadas por meio do site da ação “Melhor Gestão, Melhor Ensino”: www.escoladeformacao.sp.gov.br/mgme
18. Os PCNPs de Tecnologia foram distribuídos de acordo com sua formação, sendo:
 - a. Formação em Língua Portuguesa – curso destinado aos PCNPs de Língua Portuguesa;
 - b. Formação em Matemática – curso destinado aos PCNPs de Matemática;
 - c. Formação em outra disciplina – curso destinado aos Gestores.
19. As atividades web que compõem o conteúdo são questões discursivas, objetivas e fórum.





MELHOR GESTÃO
MELHOR ENSINO



REGULAMENTO

20. Cada um dos módulos será acompanhado por professores tutores, no AVA-EFAP, que serão os responsáveis por sanar as dúvidas relativas aos conteúdos, fazer a interação nos fóruns, orientar os estudos e a realização das atividades, avaliar e validar as atividades web postadas pelos cursistas.
21. O professor tutor não poderá atribuir um prazo para reformulação das atividades que não esteja dentro do período estipulado no cronograma do curso, conforme quadros dispostos no item 15.

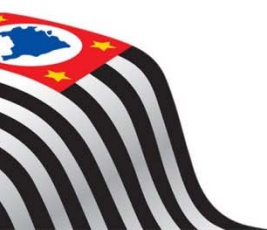
G. Avaliação

22. Os cursistas serão avaliados considerando-se a frequência e o aproveitamento.
23. A frequência será contabilizada com base na média das atividades presenciais (encontros presenciais) e a distância propostas e realizadas pelo cursista durante o curso, sendo obrigatória a frequência mínima de 80% (oitenta por cento) por apresentar carga horária superior a 30 horas.
24. A avaliação do aproveitamento será realizada qualitativamente com base na média das atividades web validadas no decorrer do curso com conceito Satisfatório, considerado o quadro de avaliação, disposto no item 26, e na participação nos encontros presenciais.
25. As atividades web, contabilizadas na participação do curso, são compostas por: fórum, questões discursivas e objetivas, relacionadas aos conteúdos desenvolvidos nos módulos e validadas pelo professor tutor.
26. O professor tutor avaliará as atividades web entregues pelo cursista e atribuirá, para cada uma, um dos seguintes conceitos:

Quadro de Avaliação

| ATIVIDADE NÃO VALIDADA | | | ATIVIDADE VALIDADA | | |
|------------------------|--|--|---|----------------------------|-------------------------|
| Em branco | Postada com conteúdos desconectados da atividade proposta. | Postada contendo conteúdos que culminem em material ilícito. | Resposta coerente com a questão proposta. | | |
| | | | Insatisfatório | Satisfatório | |
| | | | Conceito C | Conceito B | Conceito A |
| | | | Entre 1% e 50% de acertos | Entre 51% e 75% de acertos | Acima de 75% de acertos |

27. No AVA-EFAP, o professor tutor poderá solicitar ao cursista que refaça total ou parcialmente a atividade enviada. Nesse caso, o professor tutor não atribuirá valor à atividade e disponibilizará nova tentativa para refazê-la e enviá-la, dentro do prazo estipulado no cronograma do curso.
28. Para aprovação, o cursista deverá:
 - a. Realizar no mínimo 80% do total das atividades propostas no curso, tanto presenciais como a distância;
 - b. Ter média de aproveitamento com conceito Satisfatório, nas atividades do curso, considerando-se o Quadro de Avaliação.





MELHOR GESTÃO
MELHOR ENSINO

H. Certificação

29. Os cursistas que atenderem a todos os requisitos elencados no item 28 serão aprovados e farão jus à certificação.
30. Os certificados serão emitidos pela EFAP somente após o término e a homologação do curso em Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOE).
31. O cursista poderá utilizar o certificado do curso para a evolução funcional.

I. Responsabilidades do Cursista

32. Informar ao Dirigente e-mail válido e atualizado para acesso ao AVA-EFAP.
33. Participar das atividades web propostas no decorrer do curso, dentro dos prazos estabelecidos e registrados no AVA-EFAP.
34. Acompanhar, no AVA-EFAP, o “status” de suas atividades, verificando aquelas que estão pendentes, não realizadas, concluídas ou não validadas pelo professor tutor.
35. Acatar as regras estabelecidas no Regulamento para este curso, inclusive as relativas à segurança da informação.
36. Manter a senha de acesso guardada em completa segurança e sigilo, sendo de sua inteira responsabilidade acessos realizados com a mesma (A senha de acesso de cada cursista tem caráter pessoal e intransferível, é vedada a revelação para terceiros e é a forma de identificação do cursista, considerada a sua utilização, para todos os fins e efeitos, como manifestação expressa de sua vontade).
37. Utilizar apenas equipamentos confiáveis para o acesso à plataforma, que possuam programas antivírus e *firewall* devidamente instalados e atualizados, assumindo o risco de sua conduta caso assim não proceda.
38. Realizar *logout* após finalizar uma sessão no AVA-EFAP, garantindo a veracidade de suas participações e produções.
39. Atualizar seu perfil sempre que necessário e se responsabilizar pelas informações fornecidas.
40. Estabelecer vínculo de respeito mútuo com todos os usuários do AVA-EFAP.
41. Acatar sua inserção em grupos, em situações de trabalho coletivo, segundo a distribuição feita pelo professor tutor ou pela própria EFAP.
42. Ao publicar suas participações, quando pertinente, citar fonte de consulta e não disseminar conteúdo que possa ser considerado ilícito ou plagiado.



MELHOR GESTÃO
MELHOR ENSINO

J. Segurança da Informação nas Atividades a Distância

43. A gestão da segurança da informação relacionada observa as disposições da Norma Técnica ABNT NBR ISO/IEC 27002, especialmente em relação à autenticidade, integridade e disponibilidade da informação.
44. É de reconhecimento público a impossibilidade técnica da manutenção do funcionamento integral e ininterrupto de qualquer sistema de informática. Dessa forma, fica a SEE-SP, desde logo, isenta de qualquer responsabilidade relativa à postagem de atividades web ou à manutenção de equipamentos.
45. As configurações mínimas de hardware e software necessárias para acesso adequado ao AVA-EFAP são as seguintes:

| | Mínimo | Recomendado |
|-----------------|---|--|
| Software | <ul style="list-style-type: none"> • Windows XP Service Pack 2. • Internet Explorer 7.0 com Service Pack 1 ou Firefox 3.x. • Plug-in Adobe Flash Player Versão 9. | <ul style="list-style-type: none"> • Windows XP Service Pack 2 ou posterior, Windows Vista Service Pack 1 ou posterior. • Acesso apenas pelos seguintes navegadores: <ul style="list-style-type: none"> - Internet Explorer 7 ou 8; - Firefox 3, 4 ou 5; - Chrome; - Safari 3, 4 ou 5. • Plug-in Adobe Flash Player Versão 10 ou posterior. |
| Hardware | <ul style="list-style-type: none"> • Mínimo de 512 MB de Memória RAM. • Resolução de tela mínima de 1024x768. | |
| Internet | <ul style="list-style-type: none"> • Utilize apenas os navegadores recomendados. • Acesso à internet por meio de uma conexão banda larga, preferencialmente 512 kbps ou superior. | |

Quadro Especificações Técnicas

46. Para um bom desempenho do AVA-EFAP, é recomendada a limpeza do navegador, seguindo os passos abaixo:
- Ao utilizar o Microsoft Internet Explorer:
 - Abrir o Internet Explorer;
 - Apertar a tecla "ALT" do seu teclado para que a barra de menu seja disponibilizada;
 - Selecionar a opção "Ferramentas" e, a seguir, "Opções da Internet";
 - Selecionar a aba "Geral" na nova janela aberta;
 - Clicar em "Excluir" na área "Histórico de Navegação";
 - Marcar os itens "Arquivos de Internet Temporários" e "Cookies" na nova janela aberta;
 - Clicar no botão "Excluir"; esta janela será fechada automaticamente;
 - Para finalizar, clicar no botão "Aplicar" e, em seguida, no botão "OK".

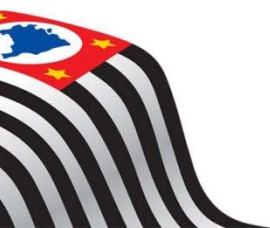


MELHOR GESTÃO
MELHOR ENSINO

b. Ao utilizar o Firefox:

- i. Abrir o Firefox;
- ii. Apertar a tecla “ALT” do seu teclado para que a barra de menu seja disponibilizada;
- iii. Selecionar a opção “Ferramentas” e, em seguida, “Limpar Dados Pessoais”;
- iv. Selecionar a aba “Avançado” na nova janela;
- v. Habilitar os itens “Cookies” e “Cache” na nova janela aberta;
- vi. Clicar no botão “Limpar Agora”; esta janela será fechada automaticamente.

REGULAMENTO



REDE DO SABER



ESCOLA DE FORMAÇÃO
DE PROFESSORES
PAULO RENATO COSTA SOUZA



GOVERNO DO ESTADO
SÃO PAULO

Secretaria da Educação



MELHOR GESTÃO
MELHOR ENSINO

Anexo 1

| Diretorias de Ensino | Unidades Escolares | Previsão de gestores (Diretor, Vice-diretor e PC) das escolas de EF dos Anos Finais | Quantidade de Supervisores a |
|----------------------|--------------------|---|------------------------------|
| ADAMANTINA | 29 | 87 | 2 |
| AMERICANA | 51 | 153 | 2 |
| ANDRADINA | 18 | 54 | 2 |
| APIAÍ | 33 | 99 | 2 |
| ARAÇATUBA | 29 | 87 | 2 |
| ARARAQUARA | 32 | 96 | 2 |
| ASSIS | 38 | 114 | 2 |
| AVARÉ | 22 | 66 | 2 |
| BARRETOS | 24 | 72 | 2 |
| BAURU | 62 | 186 | 3 |
| BIRIGUI | 23 | 69 | 2 |
| BOTUCATU | 28 | 84 | 2 |
| BRAGANÇA PAULISTA | 53 | 159 | 2 |
| CAIEIRAS | 66 | 198 | 3 |
| CAMPINAS LESTE | 44 | 132 | 2 |
| CAMPINAS OESTE | 62 | 186 | 3 |
| CAPIVARI | 30 | 90 | 2 |
| CARAGUATATUBA | 22 | 66 | 2 |
| CARAPICUÍBA | 66 | 198 | 3 |
| CATANDUVA | 20 | 60 | 2 |
| CENTRO | 40 | 120 | 2 |
| CENTRO-OESTE | 38 | 114 | 2 |
| CENTRO-SUL | 44 | 132 | 2 |
| DIADEMA | 38 | 114 | 2 |
| FERNANDÓPOLIS | 24 | 72 | 2 |
| FRANCA | 43 | 129 | 2 |
| GUARATINGUETÁ | 48 | 144 | 2 |
| GUARULHOS NORTE | 70 | 210 | 3 |
| GUARULHOS SUL | 64 | 192 | 3 |
| ITAPECERICA DA SERRA | 52 | 156 | 2 |
| ITAPETININGA | 45 | 135 | 2 |
| ITAPEVA | 6 | 18 | 2 |



MELHOR GESTÃO
MELHOR ENSINO



REGULAMENTO

| Diretorias de Ensino | Unidades Escolares | Previsão de gestores (Diretor, Vice-diretor e PC) das escolas de EF dos Anos Finais | Quantidade de Supervisores a |
|-------------------------|--------------------|---|------------------------------|
| ITAPEVI | 36 | 108 | 2 |
| ITAQUAQUECETUBA | 58 | 174 | 2 |
| ITARARÉ | 21 | 63 | 2 |
| ITU | 34 | 102 | 2 |
| JABOTICABAL | 23 | 69 | 2 |
| JACAREÍ | 55 | 165 | 2 |
| JALES | 31 | 93 | 2 |
| JAÚ | 41 | 123 | 2 |
| JOSÉ BONIFÁCIO | 24 | 72 | 2 |
| JUNDIAÍ | 64 | 192 | 3 |
| LESTE 1 | 51 | 153 | 2 |
| LESTE 2 | 57 | 171 | 2 |
| LESTE 3 | 51 | 153 | 2 |
| LESTE 4 | 45 | 135 | 2 |
| LESTE 5 | 38 | 114 | 2 |
| LIMEIRA | 63 | 189 | 3 |
| LINS | 28 | 84 | 2 |
| MARÍLIA | 48 | 144 | 2 |
| MAUÁ | 66 | 198 | 3 |
| MIRACATU | 28 | 84 | 2 |
| MIRANTE DO PARANAPANEMA | 27 | 81 | 2 |
| MOGI DAS CRUZES | 64 | 192 | 3 |
| MOGI MIRIM | 53 | 159 | 2 |
| NORTE 1 | 58 | 174 | 2 |
| NORTE 2 | 45 | 135 | 2 |
| OSASCO | 52 | 156 | 2 |
| OURINHOS | 27 | 81 | 2 |
| PENÁPOLIS | 13 | 39 | 2 |
| PINDAMONHANGABA | 31 | 93 | 2 |
| PIRACICABA | 56 | 168 | 2 |
| PIRAJU | 15 | 45 | 2 |
| PIRASSUNUNGA | 43 | 129 | 2 |
| PRESIDENTE PRUDENTE | 38 | 114 | 2 |



MELHOR GESTÃO
MELHOR ENSINO



REGULAMENTO

| Diretorias de Ensino | Unidades Escolares | Previsão de gestores (Diretor, Vice-diretor e PC) das escolas de EF dos Anos Finais | Quantidade de Supervisores a |
|-----------------------|--------------------|---|------------------------------|
| REGISTRO | 41 | 123 | 2 |
| RIBEIRÃO PRETO | 66 | 198 | 3 |
| SANTO ANASTÁCIO | 17 | 51 | 2 |
| SANTO ANDRÉ | 58 | 174 | 2 |
| SANTOS | 60 | 180 | 3 |
| SÃO BERNARDO DO CAMPO | 81 | 243 | 3 |
| SÃO CARLOS | 31 | 93 | 2 |
| SÃO JOÃO DA BOA VISTA | 58 | 174 | 2 |
| SÃO JOAQUIM DA BARRA | 9 | 27 | 2 |
| SÃO JOSÉ DO RIO PRETO | 35 | 105 | 2 |
| SÃO JOSÉ DOS CAMPOS | 47 | 141 | 2 |
| SÃO ROQUE | 21 | 63 | 2 |
| SÃO VICENTE | 55 | 165 | 2 |
| SERTÃOZINHO | 18 | 54 | 2 |
| SOROCABA | 62 | 186 | 3 |
| SUL 1 | 48 | 144 | 2 |
| SUL 2 | 66 | 198 | 3 |
| SUL 3 | 68 | 204 | 3 |
| SUMARÉ | 53 | 159 | 2 |
| SUZANO | 58 | 174 | 2 |
| TABOÃO DA SERRA | 65 | 195 | 3 |
| TAQUARITINGA | 25 | 75 | 2 |
| TAUBATÉ | 22 | 66 | 2 |
| TUPÃ | 24 | 72 | 2 |
| VOTORANTIM | 33 | 99 | 2 |
| VOTUPORANGA | 29 | 87 | 2 |

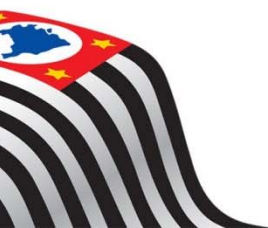


MELHOR GESTÃO
MELHOR ENSINO

Anexo 2

| Previsão de Professores em exercício em classes do EF dos Anos Finais na DE, por disciplina: | Quantidade de PCNPs que devem ser indicados por DE para cada disciplina: |
|--|--|
| Mais de 490 | Até 6 |
| de 321 a 489 | Até 5 |
| de 216 a 320 | Até 4 |
| de 106 a 215 | Até 3 |
| Até 105 | 2 |

REGULAMENTO





MELHOR GESTÃO
MELHOR ENSINO



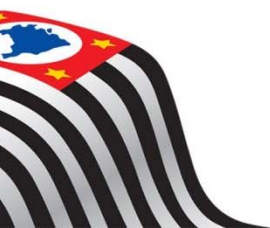
REGULAMENTO

REGULAMENTO

Melhor Gestão, Melhor Ensino

Curso 2 – Formação de Professores de Ciências

São Paulo, julho de 2013



Secretaria da Educação



MELHOR GESTÃO
MELHOR ENSINO



REGULAMENTO

Sumário

| | |
|---|---|
| A. APRESENTAÇÃO | 3 |
| B. OBJETIVOS..... | 3 |
| C. PÚBLICO-ALVO | 3 |
| D. HABILIDADES E COMPETÊNCIAS..... | 4 |
| E. PROCESSO DE INSCRIÇÃO..... | 4 |
| F. ESTRUTURA E CRONOGRAMA DO CURSO | 5 |
| G. AVALIAÇÃO | 7 |
| H. CERTIFICAÇÃO | 8 |
| I. RESPONSABILIDADES DO CURSISTA | 8 |
| J. SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO NAS ATIVIDADES WEB | 9 |



MELHOR GESTÃO
MELHOR ENSINO

A. APRESENTAÇÃO

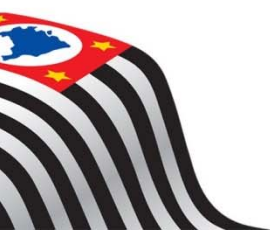
1. A Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEE-SP), por meio da Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores do Estado de São Paulo “Paulo Renato Costa Souza” (EFAP) e da Coordenadoria de Gestão da Educação Básica (CGEB), em continuidade ao Programa Educação — Compromisso de São Paulo, estabeleceu a ação “Melhor Gestão, Melhor Ensino” como mais uma das vertentes voltadas à melhoria da educação do Estado de São Paulo. A ação “Melhor Gestão, Melhor Ensino” é voltada para a formação continuada dos docentes do Ensino Fundamental (EF) Anos Finais. Inicialmente esta ação desenvolveu quatro cursos: Curso 1 – Formação de Formadores (Gestão, Língua Portuguesa e Matemática); Curso 2 – Formação de Gestores Escolares; Curso 2 – Formação de Professores de Língua Portuguesa; e Curso 2 – Formação de Professores de Matemática.
2. Agora, de forma a ampliar a formação continuada dos docentes do EF Anos Finais, incluem-se o atendimento aos professores de Ciências.
3. Este Regulamento contém as regras e procedimentos que regem o *Curso 2 – Formação de Professores – Ciências*, que será oferecido na modalidade semipresencial, por meio de encontros presenciais e de atividades a distância no Ambiente Virtual de Aprendizagem da EFAP (AVA-EFAP).

B. OBJETIVOS

4. O curso 2 – *Formação de Professores de Ciências* tem como objetivos:
 - a. Subsidiar os formadores com estratégias que promovam o fortalecimento da gestão pedagógica, articulando os conteúdos das diferentes áreas e o aprimoramento das competências leitora e escritora dos alunos do EF Anos Finais;
 - b. Propiciar a reflexão e a socialização de práticas que possam fortalecer a equipe escolar, de modo a promover a melhoria da qualidade da educação;
 - c. Possibilitar a reflexão e a discussão sobre práticas metodológicas desenvolvidas em sala de aula, relacionando competências e habilidades da prática docente com os conhecimentos científicos e técnicos básicos para o professor de Ciências.

C. PÚBLICO-ALVO

5. O Curso 2 - *Formação de Professores de Ciências* é direcionado aos professores com aulas atribuídas de Ciências, conforme base CGRH de Junho de 2013.





MELHOR GESTÃO
MELHOR ENSINO

D. HABILIDADES E COMPETÊNCIAS

6. O curso 2 - *Formação de Professores de Ciências* pretende contribuir no desenvolvimento das seguintes habilidades e competências:
- Construção de estratégias pedagógicas que contribuam na condução do processo de fortalecimento das competências leitora e escritora dos alunos das séries finais do Ensino Fundamental.
 - Compreensão da importância do Plano de Formação Regional para professores;
 - Reflexão sobre as práticas metodológicas desenvolvidas em sala de aula;
 - Associação das competências e habilidades da prática docente com os conhecimentos científicos e técnicos básicos para o professor de Ciências.

E. PROCESSO DE INSCRIÇÃO

7. As inscrições devem ser realizadas no período de **15 de Julho a 07 de Agosto** de 2013, exclusivamente pelo endereço eletrônico: www.escoladeformacao.sp.gov.br/mgme.
8. O diretor de cada unidade escolar (UE), ou o responsável por ele indicado, deve inscrever os professores de Ciências em exercício em sua UE.
9. Para realizar as inscrições, os diretores, devem:
- assistir a videoconferência de orientação realizada em 25 de Junho de 2013 e disponível para consulta no site da ação Melhor Gestão, Melhor Ensino: www.escoladeformacao.sp.gov.br/mgme, no canal “Os Cursos” em “Curso 2 – Formação”, “Professores de Ciências”;
 - comunicar todos os profissionais a serem inscritos;
 - ter em mãos os dados de todos os profissionais a serem inscritos (nome completo, RG, CPF e email pessoal e ativo);
 - acessar o site da ação Melhor Gestão, Melhor Ensino: www.escoladeformacao.sp.gov.br/mgme;
 - no menu lateral direito, clicar em “Inscrições abertas: Curso 2 – Formação de Professores de Ciências” e ler atentamente as orientações;
 - acessar o formulário de inscrição:
 - inscrever os profissionais listados que estejam em exercício em sua UE em classe de Ciências, e confirmar o e-mail de cada um dos profissionais inscritos;
 - incluir e inscrever os profissionais que estejam em exercício em sua UE em classe de Ciências, mas que não constem relacionados no formulário.



MELHOR GESTÃO
MELHOR ENSINO

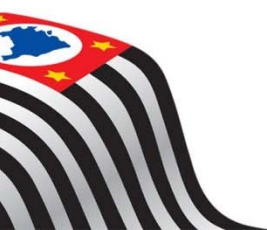


REGULAMENTO

10. Os profissionais inscritos receberão no e-mail indicado no formulário de inscrição a confirmação e as informações sobre a inscrição, tais como nome do curso/programa/ação, responsável pela inscrição, número de protocolo, dentre outras.
11. Poderão ser inscritos os professores com aulas atribuídas em Ciências ou readaptados com formação em Ciências.
12. Não poderão ser inscritos os profissionais não relacionados no item C e no item 11 deste documento.
13. Após realizar as inscrições, o Diretor deve tomar nota dos protocolos expedidos pelo sistema. Esse número é o comprovante de que as inscrições foram realizadas com sucesso.
14. A relação final dos inscritos será divulgada no site da ação: www.escoladeformacao.sp.gov.br/mgme anteriormente ao início do curso.
15. Aqueles inscritos que necessitem cancelar sua inscrição devem solicitar ao diretor para que este cancele a inscrição diretamente no formulário e unicamente durante o período de inscrição, pois não serão aceitas solicitações, nem realizados cancelamentos posteriormente ao término do período de inscrições.
16. Os que vierem a ser cancelados até a data término de inscrição deverão justificar o motivo de seu cancelamento em formulário a ser disponibilizado no site www.escoladeformacao.sp.gov.br/mgme.
17. Os inscritos que não derem início ao Curso 2 – *Formação de Professores de Ciências* ou forem reprovados, não poderão atuar como professor tutor das ações de formação a distância ofertadas pela EFAP, por um período de dois anos.

F. ESTRUTURA E CRONOGRAMA DO CURSO

18. O curso 2 – *Formação de Professores de Ciências* será semipresencial, com carga horária total de 60 horas, divididas em 32 horas presenciais e 28 horas a distância, conforme segue:
 - a. 1ª Etapa Presencial: I Encontro Presencial (I EP) composto de 24 horas, a ser realizado entre 26 de agosto e 28 de setembro de 2013 nas Diretorias de Ensino;
 - b. 2ª Etapa Presencial: Seminário Descentralizado (SD) composto de 8 horas, a ser realizado entre 02 e 07 de dezembro de 2013 nas Diretorias de Ensino;
 - c. Etapa a distância: 28 horas de atividades realizadas no AVA-EFAP, de 31 de agosto a 04 de Outubro de 2013.
19. Os conteúdos específicos do Curso 2 – *Formação de Professores de Ciências* estão distribuídos conforme quadros a seguir:



Secretaria da Educação



MELHOR GESTÃO
MELHOR ENSINO



REGULAMENTO

| Curso 2 – Formação dos Professores de Ciências – Presenciais | | | |
|---|-------------|--|-----------------|
| Datas Previstas | Atividades | Atividades | Carga horária |
| 26/08 a 28/09/2013 | Presenciais | • Encontros Presenciais nas Diretorias de Ensino | 24 horas |
| 02/12 a 07/12/2013 | | • Seminário Descentralizado | 8 horas |
| Total de horas presenciais: | | | 32 horas |

| Curso 2 – Formação dos Professores de Ciências – Etapa a Distância | | | |
|---|-----------------------------------|--|---|
| Datas Previstas | Módulos a Distância no AVA- | Conteúdos | Carga Horária |
| A partir de 26/08/13 | Módulo de Apresentação | <ul style="list-style-type: none"> • Confirmação de inscrição; • Conhecendo o AVA-EFAP; • Atividades para ambientação. | Não contabiliza como carga horária do curso |
| 31/08/2013 a 09/09/2013 | Módulo 1 | <ul style="list-style-type: none"> • Abordagem de algumas práticas de leitura e escrita muito comuns na Internet. • Reflexão sobre: <ul style="list-style-type: none"> – Perfis e apresentações pessoais; – Expressão de opinião; – Debate em Fórum. | 8 horas |
| 10/09/2013 a 14/09/2013 | Atualização | | |
| 10/09/2013 a 19/09/2013 | Módulo 2 | <ul style="list-style-type: none"> • Experiências de Leitura e Escrita: ler e ouvir depoimentos de diversas personalidades da área de ciências. Escrever um depoimento e participar de um debate no Fórum sobre leitura e escrita na escola. • Leitura e Escrita em blogs: conhecer blogs e sites hospedeiros, analisar dois blogs selecionados e responder a uma questão objetiva. • Blogs de grupo – a escrita colaborativa: construir um blog em grupo, participar de um fórum de grupo. | 10 horas |
| 20/09/2013 a 24/09/2013 | Atualização | | |
| 20/09/2013 a 29/09/2013 | Módulo 3 | <ul style="list-style-type: none"> • Traçando o percurso. • Mapeamento de percurso da aprendizagem. • Plano de Aula. • Avaliação. | 10 horas |
| Total: | | | 28 horas |
| 30/09/2013 a 04/10/2013 | Atualização Final do Curso | | |



MELHOR GESTÃO
MELHOR ENSINO



REGULAMENTO

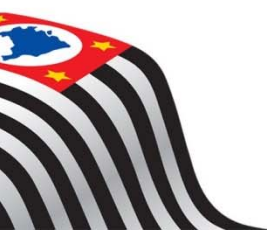
20. O conteúdo dos módulos está estruturado com base no Currículo do Estado de São Paulo e será disponibilizado no AVA-EFAP.
21. Para a realização dos encontros presenciais, os cursistas serão convocados, conforme Resolução SE-22, de 18-4-2013, DOE de 19-4-2013.
22. As atividades web serão acessadas por meio do site da ação: www.escoladeformacao.sp.gov.br/mgme.
23. Para compor o conteúdo no AVA-EFAP, o curso contará com questões objetivas, fóruns e criação de blog.
24. Cada um dos módulos, no AVA-EFAP, será acompanhado por professores tutores, que serão os responsáveis por sanar as dúvidas relativas aos conteúdos, fazer a interação nos fóruns, orientar os estudos e a realização das atividades, avaliar e validar as atividades postadas pelos cursistas.
25. O professor tutor não poderá atribuir um prazo para reformulação das atividades que não esteja dentro do período estipulado no cronograma do curso, conforme quadros dispostos no item 19.

G. AVALIAÇÃO

26. Os cursistas serão avaliados considerando-se a frequência e o aproveitamento.
27. A frequência será contabilizada com base na média do número de atividades propostas no AVA-EFAP e realizadas pelo cursista durante o curso, sendo obrigatória a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento).
28. A avaliação do aproveitamento será realizada qualitativamente com base na média das atividades validadas no decorrer do curso com conceito satisfatório, considerado o quadro de avaliação, disposto no item 30.
29. As atividades web, contabilizadas na participação do curso, são compostas por: fórum, questões objetivas e discursivas, relacionadas aos conteúdos desenvolvidos nos módulos e validadas pelo professor tutor.
30. O professor tutor avaliará as atividades web entregues pelo cursista e atribuirá, para cada uma, um dos seguintes conceitos:

Quadro de Avaliação

| ATIVIDADE NÃO VALIDADA | | | ATIVIDADE VALIDADA | | |
|------------------------|---|---|---|----------------------------|-------------------------|
| Em branco | Postadas com conteúdos desconectados da atividade proposta. | Postadas contendo conteúdos que culminem em material ilícito. | Resposta coerente com a questão proposta. | | |
| | | | Insatisfatório | Satisfatório | |
| | | | Conceito C | Conceito B | Conceito A |
| | | | Entre 1% e 50% de acertos | Entre 51% e 70% de acertos | Acima de 70% de acertos |





MELHOR GESTÃO
MELHOR ENSINO



REGULAMENTO

31. Em sua avaliação, o professor tutor poderá solicitar ao cursista que refaça total ou parcialmente a atividade enviada. Nesse caso, o professor tutor não atribuirá valor à atividade e disponibilizará nova tentativa para refazê-la e enviá-la, dentro do prazo estipulado no cronograma do curso.
32. Para aprovação o cursista deverá:
 - a. Realizar durante o curso, no mínimo, 75% do total das atividades propostas no curso, incluindo os encontros presenciais;
 - b. Ter média de aproveitamento com conceito Satisfatório, no total de atividades do curso, considerando-se o Quadro de Avaliação.

H. CERTIFICAÇÃO

33. Os cursistas que atenderem a todos os requisitos elencados no item 32 serão aprovados e farão jus à certificação.
34. Os certificados serão emitidos pela EFAP somente após o término e a homologação do curso em Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOE).
35. O cursista poderá utilizar o certificado do curso para a evolução funcional pela via não acadêmica, conforme Decreto Nº 49.394/2005, Resolução SE 21/2005 e Instrução Conjunta CENP/DRHU, de 25-04-2005.

I. RESPONSABILIDADES DO CURSISTA

36. Informar ao Diretor CPF, RG e e-mail pessoais e válidos para realização de sua inscrição, posterior acesso ao AVA-EFAP e para receber os boletins com informações relacionadas ao curso.
37. Participar das atividades presenciais e *web* propostas no decorrer do curso, dentro dos prazos estabelecidos e registrados no AVA-EFAP.
38. Acompanhar, no AVA-EFAP, o “status” de suas atividades, verificando aquelas que estão pendentes, não realizadas, concluídas ou não validadas pelo professor tutor e prazo final de realização. Para isso, deverá clicar na aba “Meu percurso”, selecionar o curso em questão e observar a condição apontada para cada atividade (linhas) nas colunas “Pontuação”, “Enviado” e “Término”.
39. Acatar as regras estabelecidas no Regulamento para este curso, inclusive as relativas à segurança da informação.
40. Manter a senha de acesso guardada em completa segurança e sigilo, sendo de sua inteira responsabilidade acessos realizados com esta (a senha de acesso de cada cursista tem caráter pessoal e intransferível, sendo vedada a revelação para terceiros e é a forma de identificação do cursista, considerada a sua utilização, para todos os fins e efeitos, como manifestação expressa de sua vontade).
41. Utilizar apenas equipamentos confiáveis para o acesso à plataforma, que possuam programas antivírus e *firewall* devidamente instalados e atualizados, assumindo o risco de sua conduta caso assim não proceda.



MELHOR GESTÃO
MELHOR ENSINO



REGULAMENTO

42. Realizar *logout* após finalizar uma sessão no AVA-EFAP, garantindo a veracidade de suas participações e produções. Para isso, clicar em “Sair”, destacado na cor vermelha em cima e à direita da tela.
43. Atualizar seu perfil sempre que necessário e se responsabilizar pelas informações fornecidas.
44. Estabelecer vínculo de respeito mútuo com todos os usuários do AVA-EFAP.
45. Acatar sua inserção em grupos, em situações de trabalho coletivo, segundo a distribuição feita pelo professor tutor ou pela própria EFAP.
46. Ao publicar suas participações, quando pertinente, citar fonte de consulta e não disseminar conteúdo que possa ser considerado ilícito ou plagiado, sob pena de ter sua inscrição cancelada.

J. SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO NAS ATIVIDADES WEB

47. A gestão da segurança das informações relacionadas observa as disposições da Norma Técnica ABNT NBR ISO/IEC 27002, especialmente em relação à autenticidade, integridade e disponibilidade da informação.
48. É de reconhecimento público a impossibilidade técnica da manutenção do funcionamento integral e ininterrupto de qualquer sistema de informática. Dessa forma, fica a SEE-SP, desde logo, isenta de qualquer responsabilidade relativa à postagem de atividades web ou da manutenção de equipamentos.
49. As configurações mínimas de hardware e software necessárias para acesso adequado ao AVA-EFAP são as seguintes:
 - a. **Software**
 - Windows XP Service Pack 2 (recomendados Windows XP Service Pack 3 ou posterior);
 - Windows Vista;
 - Plug-in Adobe Flash Player Versão 9 ou superior;
 - Navegadores: Internet Explorer 8 ou superior; Firefox 20 ou superior; Chrome ou Safari 6 ou superior.
 - b. **Hardware**
 - Mínimo de 1 GB de Memória RAM;
 - Resolução de tela mínima de 1024x768;
 - Conexão banda larga, preferencialmente 512 kbps ou superior.



MELHOR GESTÃO
MELHOR ENSINO



REGULAMENTO

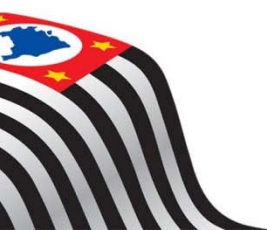
50. Para um bom desempenho do AVA-EFAP, é recomendada a limpeza do navegador, seguindo os passos a seguir:

a. Ao utilizar o Microsoft Internet Explorer:

- i. Abrir o Internet Explorer;
- ii. Apertar a tecla “ALT” do seu teclado para que a barra de menu seja disponibilizada;
- iii. Selecionar a opção “Ferramentas” e selecionar a opção “Opções da Internet”;
- iv. Selecionar a aba “Geral” na nova janela aberta;
- v. Clicar em “Excluir” na área “Histórico de navegação”;
- vi. Marcar os itens “Arquivos de Internet Temporários” e “Cookies” na nova janela aberta;
- vii. Clicar no botão “Excluir”. Esta janela será fechada automaticamente;
- viii. Para finalizar, clicar no botão “Aplicar” e, logo em seguida, no botão “OK”.

b. Ao utilizar o Firefox:

- i. Abrir o Firefox;
- ii. Apertar a tecla “ALT” do seu teclado para que a barra de menu seja disponibilizada;
- iii. Selecionar a opção “Ferramentas” e selecionar a opção “Limpar dados pessoais”;
- iv. Selecionar a aba “Avançado” na nova janela;
- v. Habilitar os itens “Cookies” e “Cache” na nova janela aberta;
- vi. Clicar no botão “Limpar agora”. Esta janela será fechada automaticamente.





MELHOR GESTÃO
MELHOR ENSINO



REGULAMENTO

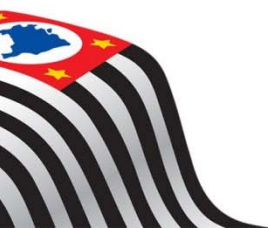
REGULAMENTO*

PROGRAMA EDUCAÇÃO COMPROMISSO DE SÃO PAULO

Melhor Gestão, Melhor Ensino Curso 2 – Formação de Gestores Escolares e Professores de Língua Portuguesa e de Matemática

São Paulo, abril de 2013
Atualizado em 17/06/2013

* Versão revisada e atualizada: alteração no item F: Estrutura e Cronograma do curso.



REDE DO SABER



ESCOLA DE FORMAÇÃO
DE PROFESSORES
PAULO RENATO COSTA SOUZA



GOVERNO DO ESTADO
SÃO PAULO

Secretaria da Educação



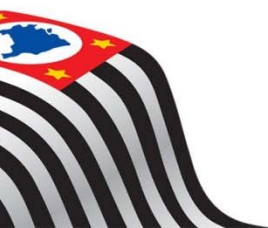
MELHOR GESTÃO
MELHOR ENSINO



REGULAMENTO

Sumário

| | |
|--|----|
| A. Apresentação..... | 3 |
| B. Objetivos | 3 |
| C. Público-Alvo | 3 |
| D. Habilidades e Competências..... | 4 |
| E. Processo de Inscrição | 4 |
| F. Estrutura e Cronograma do Curso | 5 |
| G. Avaliação | 10 |
| H. Certificação | 10 |
| I. Responsabilidades do Cursista..... | 11 |
| J. Segurança da Informação nas Atividades WEB..... | 11 |



Secretaria da Educação



MELHOR GESTÃO
MELHOR ENSINO

A. Apresentação

1. A Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEE-SP), por meio da Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores do Estado de São Paulo “Paulo Renato Costa Souza” (EFAP) e da Coordenadoria de Gestão da Educação Básica (CGEB), em continuidade ao Programa Educação – Compromisso de São Paulo, estabelece a ação de formação continuada “Melhor Gestão, Melhor Ensino” como mais uma das vertentes voltadas à melhoria da educação do Estado de São Paulo. Essa ação é composta por três cursos.
2. Este Regulamento contém as regras e procedimentos que regem o Curso 2 – Formação de Gestores Escolares e Professores de Língua Portuguesa e de Matemática, que será oferecido de modo semipresencial, por meio de encontros presenciais e atividades a distância no Ambiente Virtual de Aprendizagem da EFAP (AVA-EFAP).

B. Objetivos

3. O Curso 2 – Formação de Gestores Escolares e Professores de Língua Portuguesa e de Matemática tem como objetivos:
 - a. Oferecer formação continuada aos gestores escolares e professores de Língua Portuguesa e de Matemática de todas as unidades escolares que atendem o Ensino Fundamental (EF) Anos Finais;
 - b. Promover o fortalecimento da gestão escolar e da prática docente, articulando os conteúdos das diferentes áreas e o aprimoramento das competências leitora e escritora dos alunos do EF Anos Finais;
 - c. Propiciar a reflexão e a socialização de práticas que possam fortalecer a gestão pedagógica, de modo a promover a melhoria da qualidade da educação.

C. Público-alvo

4. O Curso 2 – Formação de Gestores Escolares e Professores de Língua Portuguesa e de Matemática é direcionado aos seguintes profissionais, conforme base CGRH de março de 2013:
 - a. Diretores de escola;
 - b. Vice-diretores;
 - c. Professores Coordenadores (PC);
 - d. Professores de Língua Portuguesa;
 - e. Professores de Matemática.



MELHOR GESTÃO
MELHOR ENSINO

D. Habilidades e Competências

5. O Curso 2 – Formação de Gestores Escolares e Professores de Língua Portuguesa e de Matemática pretende contribuir para o desenvolvimento das seguintes habilidades e competências:
 - a. Construção de estratégias pedagógicas que contribuam para a condução do processo de fortalecimento das competências leitora e escritora;
 - b. Compreensão da importância do Plano de Formação Regional para gestores e professores;
 - c. Elaboração de propostas de acompanhamento das ações planejadas nos Planos de Ação das Escolas por meio da socialização de atividades desenvolvidas – práticas gestoras e docentes.

E. Processo de Inscrição

6. As inscrições serão realizadas no período de **8 a 18 de abril de 2013**, exclusivamente pelo endereço eletrônico: www.escoladeformacao.sp.gov.br/mgme.
7. O Diretor de cada unidade escolar, preferencialmente da sede de controle de frequência dos professores, é o responsável por indicar todos os gestores (um Diretor, um Vice-diretor e um PC por escola: responsáveis pelo EF Anos Finais) e os professores de Matemática e de Língua Portuguesa do EF Anos Finais.
8. Para realizar as inscrições, os Diretores devem:
 - a. Assistir à videoconferência de orientações realizada em 8 de abril;
 - b. Informar todos os profissionais a serem inscritos;
 - c. Ter em mãos os dados de todos os profissionais a serem inscritos (nome completo, RG, CPF e e-mail pessoal e ativo), conforme público-alvo;
 - d. Acessar o site da ação “Melhor Gestão, Melhor Ensino”: www.escoladeformacao.sp.gov.br/mgme;
 - e. Clicar em “Inscrições” e ler atentamente as orientações;
 - f. Acessar o formulário e inscrever todos os profissionais de sua escola que compõem o público-alvo da ação.
9. Os profissionais inscritos receberão em seu e-mail (o mesmo indicado no formulário de inscrição) informações sobre a inscrição, tais como: nome do curso/programa/ação, quem fez a inscrição, número de protocolo, dentre outras.
10. Não poderão ser inscritos:
 - a. Os profissionais não relacionados no item C deste documento;
 - b. Os profissionais indicados para o Curso 1 – Formação de Formadores.



MELHOR GESTÃO
MELHOR ENSINO



REGULAMENTO

11. Após realizar as inscrições, o Diretor deverá tomar nota dos protocolos expedidos pelo sistema. Esse número é o comprovante de que as indicações foram realizadas com sucesso.
12. A relação final dos inscritos pelos Diretores será divulgada no site da ação: www.escoladeformacao.sp.gov.br/mgme.
13. A solicitação de cancelamento da inscrição pelo profissional deverá ser realizada junto ao Diretor responsável por sua inscrição, de modo que o mesmo exclua sua inscrição.
14. Após o período de inscrição, os cancelados deverão justificar, em formulário disponível no site www.escoladeformacao.sp.gov.br/mgme, o motivo que os impossibilita de realizar a formação.
15. Os inscritos que não derem início ao Curso 2 – Formação de Gestores Escolares e Professores de Língua Portuguesa e de Matemática ou forem reprovados, não poderão atuar como professores tutores das ações de formação a distância ofertadas pela EFAP, por um período de dois anos.

F. Estrutura e Cronograma do Curso

16. O Curso 2 – Formação de Gestores Escolares e Professores de Língua Portuguesa e de Matemática será semipresencial, com carga horária total de 60 horas para os professores de Língua Portuguesa e de Matemática, e de 80 horas para os gestores escolares.
17. Os conteúdos específicos do Curso 2 – Formação de Gestores Escolares e Professores de Língua Portuguesa e de Matemática estão distribuídos conforme os quadros a seguir:

| Presenciais: Curso 2 – Formação de Gestores Escolares | | |
|---|--|-----------------|
| Datas Previstas | Atividades Presenciais | Carga horária |
| 29/04/2013 a 13/05/2013 | Encontros Presenciais nas Diretorias de Ensino | 24 horas |
| 27/05/2013 a 05/06/2013 | Videoconferência 1 | 4 horas |
| 27/05/2013 a 05/06/2013 | Videoconferência 2 | 4 horas |
| 24/06/2013 a 23/08/2013 | Seminário Descentralizado | 8 horas |
| Total: | | 40 horas |



MELHOR GESTÃO
MELHOR ENSINO



REGULAMENTO

| A distância: Curso 2 – Formação de Gestores Escolares | | | |
|---|---|--|------------------------|
| Datas Previstas | Módulos a distância no AVA-EFAP | Conteúdos | Carga horária |
| 14/05/2013 a 19/05/2013 | 1 Administração do tempo | <ul style="list-style-type: none"> • Autorreflexão. • Conhecer as dimensões do trabalho da equipe gestora. • Papéis e responsabilidades da equipe gestora nos processos que envolvem o ensino e a aprendizagem. Planejar o tempo da equipe gestora. | 3 horas |
| 20/05/2013 a 26/05/2013 | 2 Gestão na dimensão pedagógica | <ul style="list-style-type: none"> • Educação contemporânea. • Indicadores estaduais e nacionais de avaliação externa. • Diretrizes pedagógicas da Secretaria/Currículo. • Avaliação de aprendizagem. | 8 horas |
| 27/05/2013 a 05/06/2013 | Período de atualização. | | |
| 06/06/2013 a 16/06/2013 | 3 Observação em sala de aula | <ul style="list-style-type: none"> • Foco da observação da prática docente. • Procedimentos para observação. • Indicadores de observação. • Construção do instrumento de observação. • Fazendo a observação. • Vivências – atividades nas escolas. | 18 horas |
| 18/06/2013 a 20/06/2013 | Período de atualização. | | |
| 17/06/2013 a 23/06/2013 | 4 Feedback | <ul style="list-style-type: none"> • O <i>feedback</i>. • Habilidades de comunicação. • Devolutiva para o professor (<i>feedback</i>). • Histórico de colaboração. • Vivências – atividades nas escolas. | 8 horas |
| 24/06/2013 a 26/06/2013 | Período de atualização. | | |
| 24/06/2013 a 30/06/2013 | 5 Plano de ação para desenvolvimento | <ul style="list-style-type: none"> • Plano de ação. • Compartilhar as principais estratégias. • Avaliação do processo. | 3 horas |
| 01/07/2013 a 02/07/2013 | Período de atualização. | | |
| | | | Total: 40 horas |



MELHOR GESTÃO
MELHOR ENSINO



REGULAMENTO

| Presenciais: Curso 2 – Formação dos Professores de Língua Portuguesa | | |
|--|--|-----------------|
| Datas Previstas | Atividades Presenciais | Carga horária |
| 29/04/2013 a 17/05/2013 | Encontros Presenciais nas Diretorias de Ensino | 24 horas |
| 24/06/2013 a 23/08/2013 | Seminário Descentralizado | 8 horas |
| Total: | | 32 horas |

| A distância: Curso 2 – Formação de Professores de Língua Portuguesa | | | |
|---|---------------------------------|---|---------------|
| Datas Previstas | Módulos a distância no AVA-EFAP | Conteúdos | Carga horária |
| 20/05/2013 a 27/05/2013 | Módulo 1 | <ul style="list-style-type: none"> Abordagem de algumas práticas de leitura e escrita muito comuns na internet. Reflexão sobre: <ul style="list-style-type: none"> - Perfis e apresentações pessoais; - Expressão de opinião; - Debate em Fórum. | 8 horas |
| 27/05/2013 a 09/06/2013 | Período de atualização. | | |
| 28/05/2013 a 06/06/2013 | Módulo 2 | <ul style="list-style-type: none"> Experiências de Leitura e Escrita: ler e ouvir depoimentos de diversas personalidades da nossa cultura sobre leitura e escrita. Escrever um depoimento e participar de um debate no fórum sobre leitura e escrita na escola. Leitura e Escrita em Blogs: conhecer blogs e sites hospedeiros, analisar dois blogs selecionados e responder a uma questão objetiva. Blogs de grupo – a escrita colaborativa: construir um blog em grupo, participar de um fórum de grupo. | 10 horas |
| 06/06/2013 a 09/06/2013 | Período de atualização. | | |



MELHOR GESTÃO
MELHOR ENSINO



REGULAMENTO

| A distância: Curso 2 – Formação de Professores de Língua Portuguesa | | | |
|---|---------------------------------|--|------------------------|
| Datas Previstas | Módulos a distância no AVA-EFAP | Conteúdos | Carga horária |
| 07/06/2013 a 17/06/2013 | Módulo 3 | <ul style="list-style-type: none"> Socialização e o aprofundamento das reflexões iniciadas no encontro presencial. Revisão crítica da situação de aprendizagem construída. Publicação de situações de aprendizagem no blog de grupo. Avaliação. | 10 horas |
| 18/06/2013 a 22/06/2013 | Período de atualização. | | |
| | | | Total: 28 horas |

| Presenciais: Curso 2 – Formação dos Professores de Matemática | | |
|---|--|------------------------|
| Datas Previstas | Atividades Presenciais | Carga horária |
| 29/04/2013 a 17/05/2013 | Encontros Presenciais nas Diretorias de Ensino | 24 horas |
| 24/06/2013 a 23/08/2013 | Seminário Descentralizado | 8 horas |
| | | Total: 32 horas |

| A distância: Curso 2 – Formação de Professores de Matemática | | | |
|--|---------------------------------|--|---------------|
| Datas Previstas | Módulos a distância no AVA-EFAP | Conteúdos | Carga horária |
| 20/05/2013 a 27/05/2013 | Módulo 1 | <ul style="list-style-type: none"> Abordagem de algumas práticas de leitura e escrita muito comuns na internet. Reflexão sobre: <ul style="list-style-type: none"> - Perfis e apresentações pessoais; - Expressão de opinião; - Debate em Fórum. | 8 horas |
| 27/05/2013 a 09/06/2013 | Período de atualização. | | |



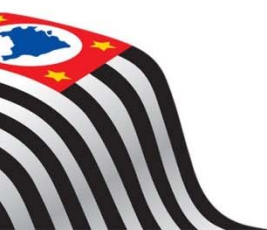
MELHOR GESTÃO
MELHOR ENSINO



REGULAMENTO

| A distância: Curso 2 – Formação de Professores de Matemática | | | |
|--|---------------------------------|---|-----------------|
| Datas Previstas | Módulos a distância no AVA-EFAP | Conteúdos | Carga horária |
| 28/05/2013 a 06/06/2013 | Módulo 2 | <ul style="list-style-type: none"> Experiências de Leitura e Escrita: ler e ouvir depoimentos de diversas personalidades da nossa cultura sobre leitura e escrita. Escrever um depoimento e participar de um debate no fórum sobre leitura e escrita na escola. Leitura e Escrita em Blogs: conhecer blogs e sites hospedeiros, analisar dois blogs selecionados e responder a uma questão objetiva. Blogs de grupo – a escrita colaborativa: construir um blog em grupo, participar de um fórum de grupo. | 10 horas |
| 06/06/2013 a 09/06/2013 | Período de atualização. | | |
| 07/06/2013 a 17/06/2013 | Módulo 3 | <ul style="list-style-type: none"> Traçando o percurso. Mapeamento de percurso da aprendizagem. Plano de Aula. Avaliação. | 10 horas |
| 18/06/2013 a 22/06/2013 | Período de atualização. | | |
| Total: | | | 28 horas |

18. O conteúdo dos módulos está estruturado com base no Currículo do Estado de São Paulo e será disponibilizado no AVA-EFAP.
19. Para a realização dos encontros presenciais, os cursistas serão convocados conforme resolução específica a ser publicada.
20. As atividades a distância serão acessadas por meio do site da ação: www.escoladeformacao.sp.gov.br/mgme.
21. Para compor o conteúdo no AVA-EFAP, o curso contará com questões objetivas e fórum. Para o curso destinado à equipe escolar, haverá também videoconferências.
22. Cada um dos módulos no AVA-EFAP será acompanhado por professores tutores, que serão os responsáveis por sanar as dúvidas relativas aos conteúdos, fazer a interação nos fóruns, orientar os estudos e a realização das atividades, avaliar e validar as atividades postadas pelos cursistas.
23. O professor tutor não poderá atribuir um prazo para reformulação das atividades que não esteja dentro do período estipulado no cronograma do curso, conforme quadros dispostos no item 17.





MELHOR GESTÃO
MELHOR ENSINO

G. Avaliação

24. Os cursistas serão avaliados considerando-se a frequência e o aproveitamento.
25. A frequência será contabilizada com base na média das atividades presenciais (encontros presenciais) e a distância propostas e realizadas pelo cursista durante o curso, sendo obrigatória a frequência mínima de 80% (oitenta por cento) por apresentar carga horária superior a 30 horas.
26. A avaliação do aproveitamento será realizada qualitativamente com base na média das atividades validadas no decorrer do curso com conceito Satisfatório, considerado o quadro de avaliação, disposto no item 28.
27. As atividades a distância, contabilizadas na participação do curso, são compostas por: fórum, questões objetivas e discursivas, relacionadas aos conteúdos desenvolvidos nos módulos e validadas pelo professor tutor.
28. O professor tutor avaliará as atividades a distância entregues pelo cursista e atribuirá, para cada uma, um dos seguintes conceitos:

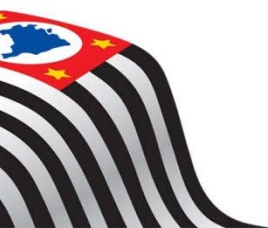
Quadro de Avaliação

| ATIVIDADE NÃO VALIDADA | | | ATIVIDADE VALIDADA | | |
|------------------------|--|--|---|----------------------------|-------------------------|
| Em branco | Postada com conteúdos desconectados da atividade proposta. | Postada contendo conteúdos que culminem em material ilícito. | Resposta coerente com a questão proposta. | | |
| | | | Insatisfatório | Satisfatório | |
| | | | Conceito C | Conceito B | Conceito A |
| | | | Entre 1% e 50% de acertos | Entre 51% e 75% de acertos | Acima de 75% de acertos |

29. Em sua avaliação, o professor tutor poderá solicitar ao cursista que este refaça total ou parcialmente a atividade enviada. Nesse caso, o professor tutor não atribuirá valor à atividade e disponibilizará nova tentativa para refazê-la e enviá-la, dentro do prazo estipulado no cronograma do curso.
30. Para aprovação, o cursista deverá:
 - a. Realizar, no mínimo, 80% do total das atividades propostas no curso, incluindo os encontros presenciais;
 - b. Ter média de aproveitamento com conceito Satisfatório, no total de atividades do curso, considerando-se o Quadro de Avaliação.

H. Certificação

31. Os cursistas que atenderem a todos os requisitos elencados no item 30 serão aprovados e farão jus à certificação.
32. Os certificados serão emitidos pela EFAP somente após o término e a homologação do curso em Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOE).
33. O cursista poderá utilizar o certificado do curso para a evolução funcional.





MELHOR GESTÃO
MELHOR ENSINO

I. Responsabilidades do Cursista

34. Informar e-mail válido e atualizado para acesso ao AVA-EFAP no momento de sua indicação pelo Diretor.
35. Participar das atividades presenciais e a distância propostas no decorrer do curso, dentro dos prazos estabelecidos e registrados no AVA-EFAP.
36. Acompanhar, no AVA-EFAP, o *status* de suas atividades, verificando aquelas que estão pendentes, não realizadas, concluídas ou não validadas pelo professor tutor.
37. Acatar as regras estabelecidas no Regulamento para esse curso, inclusive as relativas à segurança da informação.
38. Manter a senha de acesso guardada em completa segurança e sigilo, sendo de sua inteira responsabilidade acessos realizados com a mesma. (A senha de acesso de cada cursista tem caráter pessoal e intransferível e é vedada a sua revelação para terceiros; ela é a forma de identificação do cursista, considerada a sua utilização, para todos os fins e efeitos, como manifestação expressa de sua vontade.)
39. Utilizar apenas equipamentos confiáveis para o acesso à plataforma, que possuam programas antivírus e *firewall* devidamente instalados e atualizados, assumindo o risco de sua conduta caso assim não proceda.
40. Realizar *logout* após finalizar uma sessão no AVA-EFAP, garantindo a veracidade de suas participações e produções.
41. Atualizar seu perfil sempre que necessário e se responsabilizar pelas informações fornecidas.
42. Estabelecer vínculo de respeito mútuo com todos os usuários do AVA-EFAP.
43. Acatar sua inserção em grupos, em situações de trabalho coletivo, segundo a distribuição feita pelo professor tutor ou pela própria EFAP.
44. Ao publicar suas participações, quando pertinente, citar fonte de consulta e não disseminar conteúdo que possa ser considerado ilícito ou plágio.

J. Segurança da Informação nas Atividades a Distância

45. A gestão da segurança das informações relacionadas observa as disposições da Norma Técnica ABNT NBR ISO/IEC 27002, especialmente em relação à autenticidade, integridade e disponibilidade da informação.
46. É de reconhecimento público a impossibilidade técnica da manutenção do funcionamento integral e ininterrupto de qualquer sistema de informática. Dessa forma, fica a SEE-SP, desde logo, isenta de qualquer responsabilidade relativa à postagem de atividades web ou à manutenção de equipamentos.
47. As configurações mínimas de hardware e software necessárias para acesso adequado ao AVA-EFAP são as seguintes:



MELHOR GESTÃO
MELHOR ENSINO



REGULAMENTO

| | Mínimo | Recomendado |
|-----------------|---|--|
| Software | <ul style="list-style-type: none"> • Windows XP Service Pack 2. • Internet Explorer 7.0 com Service Pack 1 ou Firefox 3.x. • Plug-in Adobe Flash Player Versão 9. | <ul style="list-style-type: none"> • Windows XP Service Pack 2 ou posterior, Windows Vista Service Pack 1 ou posterior. • Acesso apenas pelos seguintes navegadores: <ul style="list-style-type: none"> - Internet Explorer 7 ou 8; - Firefox 3, 4 ou 5; - Chrome; - Safari 3, 4 ou 5. • Plug-in Adobe Flash Player Versão 10 ou posterior. |
| Hardware | <ul style="list-style-type: none"> • Mínimo de 512 MB de Memória RAM. • Resolução de tela mínima de 1024x768. | |
| Internet | <ul style="list-style-type: none"> • Utilize apenas os navegadores recomendados. • Acesso à internet por meio de uma conexão banda larga, preferencialmente 512 kbps ou superior. | |

Quadro Especificações Técnicas

48. Para um bom desempenho do AVA-EFAP, é recomendada a limpeza do navegador, seguindo os passos abaixo:

a. Ao utilizar o Microsoft Internet Explorer:

- i. Abrir o Internet Explorer;
- ii. Apertar a tecla “ALT” do seu teclado para que a barra de menu seja disponibilizada;
- iii. Selecionar a opção “Ferramentas” e, a seguir, “Opções da Internet”;
- iv. Selecionar a aba “Geral” na nova janela aberta;
- v. Clicar em “Excluir” na área “Histórico de Navegação”;
- vi. Marcar os itens “Arquivos de Internet Temporários” e “Cookies” na nova janela aberta;
- vii. Clicar no botão “Excluir”; esta janela será fechada automaticamente;
- viii. Para finalizar, clicar no botão “Aplicar” e, em seguida, no botão “OK”.

b. Ao utilizar o Firefox:

- i. Abrir o Firefox;
- ii. Apertar a tecla “ALT” do seu teclado para que a barra de menu seja disponibilizada;
- iii. Selecionar a opção “Ferramentas” e, em seguida, “Limpar Dados Pessoais”;
- iv. Selecionar a aba “Avançado” na nova janela;
- v. Habilitar os itens “Cookies” e “Cache” na nova janela aberta;
- vi. Clicar no botão “Limpar Agora”; esta janela será fechada automaticamente.



MELHOR GESTÃO
MELHOR ENSINO



REGULAMENTO

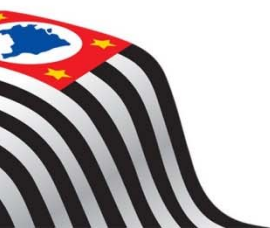
REGULAMENTO

Melhor Gestão, Melhor Ensino

**Curso 3 – Aprofundamento de Conteúdos e Metodologias
das diversas disciplinas que integram o Currículo do Ensino
Fundamental Anos Finais**

Língua Portuguesa

São Paulo, julho de 2013



Secretaria da Educação



MELHOR GESTÃO
MELHOR ENSINO



REGULAMENTO

Sumário

| | |
|---|----|
| A. APRESENTAÇÃO..... | 3 |
| B. OBJETIVOS | 3 |
| C. PÚBLICO-ALVO..... | 3 |
| D. HABILIDADES E COMPETÊNCIAS..... | 4 |
| E. PROCESSO DE INSCRIÇÃO..... | 4 |
| F. ESTRUTURA E CRONOGRAMA DO CURSO..... | 6 |
| G. AVALIAÇÃO | 10 |
| H. CERTIFICAÇÃO | 11 |
| I. RESPONSABILIDADES DO CURSISTA..... | 11 |
| J. SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO NAS ATIVIDADES WEB | 12 |



MELHOR GESTÃO
MELHOR ENSINO

A. APRESENTAÇÃO

1. A Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEE-SP), por meio da Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores do Estado de São Paulo “Paulo Renato Costa Souza” (EFAP) e da Coordenadoria de Gestão da Educação Básica (CGEB), em continuidade ao Programa Educação – Compromisso de São Paulo, estabeleceu a ação “Melhor Gestão, Melhor Ensino” como mais uma das vertentes voltadas à melhoria da educação do Estado de São Paulo. Inicialmente esta ação desenvolveu quatro cursos: Curso 1 – Formação de Formadores (Gestão, Língua Portuguesa e Matemática); Curso 2 – Formação de Gestores Escolares; Curso 2 – Formação de Professores de Língua Portuguesa; e Curso 2 – Formação de Professores de Matemática.
2. Agora, de forma a ampliar a formação continuada dos docentes do Ensino Fundamental (EF) Anos Finais, dará continuidade à ação por meio da oferta do Curso 3 – Aprofundamento de Conteúdos e Metodologias das diversas disciplinas que integram o Currículo do Ensino Fundamental Anos Finais – Língua Portuguesa.
3. Este Regulamento contém as regras e procedimentos que regem o Curso 3 – Aprofundamento de Conteúdos e Metodologias das diversas disciplinas que integram o Currículo do Ensino Fundamental Anos Finais – Língua Portuguesa, que será oferecido na modalidade EaD (Educação a Distância) no Ambiente Virtual de Aprendizagem da EFAP (AVA-EFAP).

B. OBJETIVOS

4. O Curso 3 – Aprofundamento de Conteúdos e Metodologias das diversas disciplinas que integram o Currículo do Ensino Fundamental Anos Finais – Língua Portuguesa tem como objetivos:
 - a. Oferecer formação continuada aos professores de Língua Portuguesa de todas as Unidades Escolares que atendem ao EF dos Anos Finais;
 - b. Oferecer leituras que fundamentem os conteúdos para que o cursista reflita sobre a aplicação dos mesmos;
 - c. Propiciar a reflexão e a socialização de práticas de ensino de Língua Portuguesa em sala de aula e com seus pares na Unidade Escolar;
 - d. Propor atividades de vivências, a fim de potencializar sua reflexão sobre os conteúdos, estratégias e metodologias que permeiam a prática docente.

C. PÚBLICO-ALVO

5. O Curso 3 – Aprofundamento de Conteúdos e Metodologias das diversas disciplinas que integram o Currículo do Ensino Fundamental Anos Finais – Língua Portuguesa é direcionado aos professores em exercício em classes de Língua Portuguesa do EF Anos Finais, conforme base CGRH de junho de 2013.



MELHOR GESTÃO
MELHOR ENSINO

D. HABILIDADES E COMPETÊNCIAS

6. O Curso 3 – Aprofundamento de Conteúdos e Metodologias das diversas disciplinas que integram o Currículo do Ensino Fundamental Anos Finais – Língua Portuguesa pretende contribuir para o desenvolvimento das seguintes habilidades e competências:
 - a. Construção de estratégias pedagógicas que contribuam na condução do processo de fortalecimento das competências leitora e escritora;
 - b. Capacidade de propor e elaborar atividades que contemplem o ensino de Literatura e a formação do leitor de texto literário a partir do 6º ano do EF;
 - c. Capacidade de aplicar as teorias que embasam o desenvolvimento das competências leitora e escritora de forma prática, pelos professores, com interação entre pares;
 - d. Capacidade de desenvolver atividades de produção e revisão textual abrangendo os aspectos gramaticais e o registro formal da escrita.

E. PROCESSO DE INSCRIÇÃO

7. As inscrições serão realizadas conforme segue:
 - a. Os inscritos no Curso 2 – Formação de Professores de Língua Portuguesa serão automaticamente inscritos e enturmados neste Curso 3;
 - i. Não haverá possibilidade de alteração de Diretoria de Ensino e/ou de Unidade Escolar, conforme dados informados quando da inscrição no Curso 2 – Formação de Professores de Língua Portuguesa;
 - ii. Todos os inscritos no Curso 2 – Formação de Professores de Língua Portuguesa serão automaticamente inscritos, mesmo os que não tenham participado, até então, das atividades propostas.
 - b. Os professores de Língua Portuguesa do EF Anos Finais que não tenham sido inscritos no Curso 2 – Formação de Professores de Língua Portuguesa, deverão ser inscritos pelo diretor de sua Unidade Escolar no período de **15 a 21 de julho de 2013**, exclusivamente pelo endereço eletrônico www.escoladeformacao.sp.gov.br/mgme.
 - i. Os diretores são os responsáveis por realizar as inscrições dos profissionais de sua Unidade Escolar que se enquadram no item C, Público-alvo, e que não tenham sido inscritos no Curso 2 – Formação de Professores de Língua Portuguesa.
 - ii. Para realizar as inscrições, o diretor deverá:
 - Seguir as orientações veiculadas por meio de boletins;
 - Comunicar todos os profissionais a serem inscritos;
 - Ter em mãos os dados de todos os profissionais a serem inscritos (nome completo, RG, CPF e e-mail pessoal e ativo) conforme público-alvo;
 - Acessar o site da ação Melhor Gestão, Melhor Ensino: www.escoladeformacao.sp.gov.br/mgme;

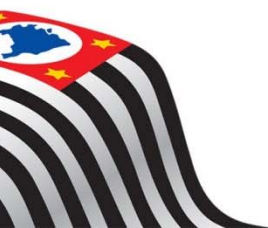


MELHOR GESTÃO
MELHOR ENSINO



REGULAMENTO

- Acessar o canal “Os cursos” e, então, clicar em Curso 3 – Aprofundamento de Conteúdos e Metodologias das disciplinas que integram o Currículo do Ensino Fundamental Anos Finais – Língua Portuguesa;
 - Clicar em “Inscrições”, no menulateral;
 - Na página seguinte, ler atentamente as orientações e em seguida clicar em “Inscrever”;
 - Acessar o formulário e inscrever todos os profissionais de sua Unidade Escolar que compõem o público-alvo da ação e que não tenham sido inscritos no Curso 2 – Formação de Professores de Língua Portuguesa;
 - Os professores inscritos receberão em seu e-mail (o mesmo indicado no formulário de inscrição) informações sobre a inscrição, como nome do curso/programa/ação, quem fez a inscrição, número de protocolo, dentre outras;
 - Após realizar a inscrição, o diretor ou responsável por ele indicado deverá tomar nota do protocolo expedido pelo sistema. Esse número é o comprovante de que a inscrição de cada profissional foi realizada com sucesso;
 - Os inscritos que precisarem solicitar o cancelamento de sua inscrição deverão contatar o diretor de sua Unidade Escolar, para que ele realize o cancelamento diretamente no formulário de inscrição. Os cancelamentos só podem ser solicitados e realizados até a data término das inscrições, 21 de julho;
 - Os professores que solicitarem cancelamento deverão apresentar justificativa por meio de formulário a ser disponibilizado no site da ação e conforme informações e orientações a serem enviadas ao e-mail dos cancelados.
8. A relação final dos inscritos (considerados os automaticamente inscritos no Curso 2 – Formação de Professores de Língua Portuguesa e os que forem inscritos agora pelos diretores) será divulgada no site da ação, www.escoladeformacao.sp.gov.br/mgme, após o término das inscrições.
9. Os inscritos que não derem início ao Curso 3 – Aprofundamento de Conteúdos e Metodologias das diversas disciplinas do Ensino Fundamental Anos Finais – Língua Portuguesa ou forem reprovados, não poderão atuar como professores tutores das ações de formação a distância ofertadas pela EFAP por um período de dois anos.





MELHOR GESTÃO
MELHOR ENSINO

F. ESTRUTURA E CRONOGRAMA DO CURSO

10. O Curso 3 – Aprofundamento de Conteúdos e Metodologias das diversas disciplinas que integram o Currículo do Ensino Fundamental Anos Finais – Língua Portuguesa será realizado a distância com carga horária total de 80 horas.
11. Os conteúdos distribuídos ao longo dos módulos contemplarão as expectativas de aprendizagem previstas no Currículo do EF – Anos Finais de Língua Portuguesa. Cada conteúdo será associado, prioritariamente, ao módulo correspondente, embora possa vir a ser tratado, de modo secundário, em outros módulos, como suporte para a condução de outros conteúdos principais.
12. Os módulos do curso estão organizados com base em algumas concepções do Currículo de Língua Portuguesa. Fundamentalmente, o curso agrega conteúdos do EF – Anos Finais, de maneira que o professor poderá refletir sobre sua prática com subsídios para o desenvolvimento das competências leitora e escritora.
13. Para tanto, o curso está estruturado em 6 módulos contemplando os seguintes temas: gêneros e sequências textuais; competência leitora; leitura de textos literários; competência escritora; aspectos gramaticais notacionais; e competência na comunicação oral.
14. Os quadros seguintes apresentam o resumo dos módulos e sua distribuição por temas e atividades propostos no curso.

| Módulo | Tema | Data | Carga Horária |
|---|----------------------------------|-------------------------|-----------------|
| 0 | Conhecendo o AVA-EFAP | 01/8/2013 a 18/10/2013 | Não contabiliza |
| 1 | Gêneros e sequências textuais | 05/8/2013 a 18/8/2013 | 15 horas |
| 2 | Competência leitora | 19/8/2013 a 31/8/2013 | 13 horas |
| Atualização do Cursista – Módulos 1 e 2 | | 01/9/2013 a 08/9/2013 | Não contabiliza |
| 3 | Leitura de textos literários | 01/9/2013 a 10/9/2013 | 13 horas |
| 4 | Competência escritora | 11/9/2013 a 22/9/2013 | 13 horas |
| Atualização do Cursista – Módulos 3 e 4 | | 22/9/2013 a 29/9/2013 | Não contabiliza |
| 5 | Aspectos gramaticais notacionais | 23/9/2013 a 03/10/2013 | 13 horas |
| 6 | Competência na comunicação oral | 04/10/2013 a 13/10/2013 | 13 horas |
| Atualização do Cursista – Módulos 5 e 6 | | 14/10/2013 a 18/10/2013 | Não contabiliza |

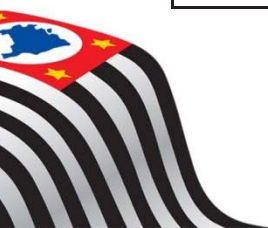


MELHOR GESTÃO
MELHOR ENSINO



REGULAMENTO

| Módulos | Temas | Expectativas de aprendizagem |
|---------|---|---|
| 0 | Conhecendo o AVA-EFAP | — |
| 1 | <p>Gêneros e sequências textuais</p> <p>Condições de produção e de recepção; tema, forma composicional e estilo; a questão do suporte.</p> <p>Sequências textuais predominantes nos seguintes gêneros: fábula, notícia; regras de jogos; anúncio publicitário; artigo de opinião.</p> <p>Gêneros digitais.</p> | <p>6º ano</p> <p>Condições de produção e de recepção; tema, forma composicional e estilo; a questão do suporte.</p> <p>Sequências textuais predominantes no seguinte gênero: fábula.</p> <p>Gêneros digitais.</p> |
| | | <p>7º ano</p> <p>Condições de produção e de recepção; tema, forma composicional e estilo; a questão do suporte.</p> <p>Sequências textuais predominantes no seguinte gênero: notícia.</p> <p>Gêneros digitais.</p> |
| | | <p>8º ano</p> <p>Condições de produção e de recepção; tema, forma composicional e estilo; a questão do suporte.</p> <p>Sequências textuais predominantes nos seguintes gêneros: regras de jogos e anúncios publicitários.</p> <p>Gêneros digitais.</p> |
| | | <p>9º ano</p> <p>Condições de produção e de recepção; tema, forma composicional e estilo; a questão do suporte.</p> <p>Sequências textuais predominantes no seguinte gênero: artigo de opinião.</p> <p>Gêneros digitais.</p> |
| 2 | <p>Competência leitora</p> <p>Processos da leitura (neurofisiológico, cognitivo, afetivo, argumentativo e simbólico).</p> <p>Estratégias de leitura.</p> <p>Situações de aprendizagem e habilidades de leitura (Saesp/Saeb).</p> | <p>6º ano</p> <p>Processos da leitura (neurofisiológico, cognitivo, afetivo, argumentativo e simbólico).</p> <p>Estratégias de leitura.</p> <p>Situações de aprendizagem e habilidades de leitura (Saesp/Saeb).</p> |
| | | <p>7º ano</p> <p>Processos da leitura (neurofisiológico, cognitivo, afetivo, argumentativo e simbólico).</p> <p>Estratégias de leitura.</p> <p>Situações de aprendizagem e habilidades de leitura (Saesp/Saeb).</p> |
| | | <p>8º ano</p> <p>Processos da leitura (neurofisiológico, cognitivo, afetivo, argumentativo e simbólico).</p> <p>Estratégias de leitura.</p> <p>Situações de aprendizagem e habilidades de leitura (Saesp/Saeb).</p> |
| | | <p>9º ano</p> <p>Processos da leitura (neurofisiológico, cognitivo, afetivo, argumentativo e simbólico).</p> <p>Estratégias de leitura.</p> <p>Situações de aprendizagem e habilidades de leitura (Saesp/Saeb).</p> |



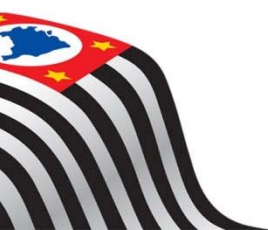


MELHOR GESTÃO
MELHOR ENSINO



REGULAMENTO

| | | |
|---|---|---|
| 3 | <p>Leitura de textos literários</p> <p>Gêneros literários: poema, conto, crônica, romance.</p> <p>A literatura infantojuvenil: gêneros de origem oral e narrativas contemporâneas.</p> <p>O ensino de Literatura e a formação do leitor de texto literário a partir do 6º ano do EF.</p> | <p>6º ano</p> <p>Gêneros literários: poema e crônica. A literatura infantojuvenil: gêneros de origem oral e narrativas contemporâneas.</p> |
| | | <p>7º ano</p> <p>Gêneros literários: poema e crônica.</p> <p>A literatura infantojuvenil: gêneros de origem oral e narrativas contemporâneas.</p> |
| | | <p>8º ano</p> <p>Gêneros literários: poema, conto, crônica, romance.</p> <p>O ensino de Literatura e a formação do leitor de texto literário a partir do 6º ano do EF.</p> |
| | | <p>9º ano</p> <p>Gêneros literários: poema, conto, crônica, romance.</p> <p>O ensino de Literatura e a formação do leitor de texto literário a partir do 6º ano do EF.</p> |
| 4 | <p>Competência escritora</p> <p>A construção da autoria: o processo de escrita e reescrita.</p> <p>Critérios para revisão textual.</p> <p>Organização do parágrafo: o registro formal da escrita.</p> | <p>6º ano</p> <p>A construção da autoria: o processo de escrita e reescrita.</p> <p>Critérios para revisão textual.</p> <p>Organização do parágrafo: o registro formal da escrita.</p> |
| | | <p>7º ano</p> <p>A construção da autoria: o processo de escrita e reescrita.</p> <p>Critérios para revisão textual.</p> <p>Organização do parágrafo: o registro formal da escrita.</p> |
| | | <p>8º ano</p> <p>A construção da autoria: o processo de escrita e reescrita.</p> <p>Critérios para revisão textual.</p> <p>Organização do parágrafo: o registro formal da escrita.</p> |
| | | <p>9º ano</p> <p>A construção da autoria: o processo de escrita e reescrita.</p> <p>Critérios para revisão textual.</p> <p>Organização do parágrafo: o registro formal da escrita.</p> |





MELHOR GESTÃO
MELHOR ENSINO



REGULAMENTO

| | | |
|---|---|---|
| 5 | <p>Aspectos gramaticais e notacionais</p> <p>Organização da frase e do período. Pontuação. Ortografia e acentuação gráfica.</p> | <p>6º ano</p> <p>Organização da frase; pontuação; ortografia e acentuação gráfica.</p> |
| | | <p>7º ano</p> <p>Organização da frase; pontuação; ortografia e acentuação gráfica.</p> |
| | | <p>8º ano</p> <p>Organização da frase; pontuação; ortografia e acentuação gráfica.</p> |
| | | <p>9º ano</p> <p>Organização da frase; pontuação; ortografia e acentuação gráfica.</p> |
| 6 | <p>Competência na comunicação oral</p> <p>Gêneros orais: debate regrado, apresentação oral, seminário. Interlocução e aspectos não verbais. Oralidade em situações comunicativas: variedades linguísticas.</p> | <p>6º ano</p> <p>Interlocução e aspectos não verbais. Oralidade em situações comunicativas: variedades linguísticas. Apresentação oral.</p> |
| | | <p>7º ano</p> <p>Interlocução e aspectos não verbais. Oralidade em situações comunicativas: variedades linguísticas. Apresentação oral.</p> |
| | | <p>8º ano</p> <p>Interlocução e aspectos não verbais. Oralidade em situações comunicativas: variedades linguísticas. Debate regrado e seminário.</p> |
| | | <p>9º ano</p> <p>Interlocução e aspectos não verbais. Oralidade em situações comunicativas: variedades linguísticas. Debate regrado e seminário.</p> |

15. O conteúdo dos módulos está estruturado com base no Currículo do Estado de São Paulo, será disponibilizado no AVA-EFAP e contará com:
- Questão Discursiva;
 - Questão Objetiva;
 - Fórum de Discussão;
 - Atividade de Vivência.
16. Para realização das atividades o cursista deverá acessar o site da ação: www.escoladeformacao.sp.gov.br/mgme.
17. Cada um dos módulos, no AVA-EFAP, será acompanhado por professores tutores, que serão os responsáveis por sanar as dúvidas relativas aos conteúdos, mediar os fóruns, orientar os estudos e a realização das atividades, avaliar e validar as atividades postadas pelos cursistas.
18. O professor tutor não poderá atribuir um prazo para reformulação das atividades que não esteja dentro do período estipulado no cronograma do curso, conforme quadros dispostos no item 15.



MELHOR GESTÃO
MELHOR ENSINO

G. AVALIAÇÃO

19. Os cursistas serão avaliados considerando-se a frequência e o aproveitamento.
20. A frequência será contabilizada com base na média do número de atividades propostas no AVA-EFAP e realizadas pelo cursista durante o curso, sendo obrigatória a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento).
21. A avaliação do aproveitamento será realizada qualitativamente, com base na média das atividades validadas no decorrer do curso com conceito satisfatório.
22. As atividades a distância, contabilizadas na participação do curso, são compostas por Questão Discursiva, Questão Objetiva, Fórum de Discussão e Atividade de Vivência, relacionadas aos conteúdos desenvolvidos nos módulos e validadas pelo professor tutor.
23. O professor tutor avaliará as atividades a distância entregues pelo cursista e atribuirá, para cada uma, um dos seguintes conceitos:

| Quadro de Avaliação | | | | | |
|------------------------|--|--|---|----------------------------|-------------------------|
| ATIVIDADE NÃO VALIDADA | | | ATIVIDADE VALIDADA | | |
| Em branco | Postada com conteúdos desconectados da atividade proposta. | Postada contendo conteúdos que culminem em material ilícito. | Resposta coerente com a questão proposta. | | |
| | | | Insatisfatório | Satisfatório | |
| | | | Conceito C | Conceito B | Conceito A |
| | | | Entre 1% e 50% de acertos | Entre 51% e 70% de acertos | Acima de 70% de acertos |

24. Em sua avaliação, o professor tutor poderá solicitar ao cursista que refaça total ou parcialmente a atividade enviada. Nesse caso, o professor tutor não atribuirá valor à atividade e disponibilizará nova tentativa para refazê-la e enviá-la, dentro do prazo estipulado no cronograma do curso.
25. Para aprovação, o cursista deverá:
 - a. Realizar durante o curso, no mínimo, 75% do total das atividades propostas;
 - b. Ter média de aproveitamento com conceito Satisfatório, no total de atividades do curso, considerando-se o Quadro de Avaliação.



MELHOR GESTÃO
MELHOR ENSINO

H. CERTIFICAÇÃO

26. Os cursistas que atenderem a todos os requisitos elencados no item 25 serão aprovados e farão jus à certificação.
27. Os certificados serão disponibilizados digitalmente no site www.escoladeformacao.sp.gov.br, no item Central de Serviços, somente após o término e a homologação do curso no Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOE).
28. O cursista poderá utilizar o certificado do curso para a evolução funcional pela via não acadêmica, conforme Decreto Nº 49.394/2005, Resolução SE 21/2005 e Instrução Conjunta CENP/DRHU, de 25/04/2005.

I. RESPONSABILIDADES DO CURSISTA

29. Informar e-mail válido e atualizado para acesso ao AVA-EFAP no momento de sua inscrição.
30. Realizar as atividades a distância propostas no decorrer do curso, dentro dos prazos estabelecidos e registrados no AVA-EFAP.
31. Acompanhar, no AVA-EFAP, o “status” de suas atividades, verificando aquelas que estão pendentes, não realizadas, concluídas ou não validadas pelo professor tutor e prazo final de realização. Para isso, deverá clicar na aba “Meu percurso”, selecionar o curso em questão e observar a condição apontada para cada atividade (linhas) nas colunas “Pontuação”, “Enviado” e “Término”.
32. Acatar as regras estabelecidas no Regimento para este curso, inclusive as relativas à segurança da informação.
33. Manter a senha de acesso guardada em completa segurança e sigilo, sendo de sua inteira responsabilidade acessos realizados com a mesma (a senha de acesso de cada cursista tem caráter pessoal e intransferível, é vedada sua revelação para terceiros e é a forma de identificação do cursista, considerada a sua utilização, para todos os fins e efeitos, como manifestação expressa de sua vontade).
34. Utilizar apenas equipamentos confiáveis para o acesso à plataforma, que possuam programas antivírus e *firewall* devidamente instalados e atualizados, assumindo o risco de sua conduta caso assim não proceda.
35. Realizar *logout* após finalizar uma sessão no AVA-EFAP, garantindo a veracidade de suas participações e produções. Para isso, clicar em “Sair”, destacado na cor vermelha em cima e à direita da tela.
36. Atualizar seu perfil sempre que necessário e se responsabilizar pelas informações fornecidas.
37. Estabelecer vínculo de respeito mútuo com todos os usuários do AVA-EFAP.
38. Acatar sua inserção em grupos, em situações de trabalho coletivo, segundo a distribuição feita pelo professor tutor ou pela própria EFAP.
39. Ao publicar suas participações, quando pertinente, citar fonte de consulta e não disseminar conteúdo que possa ser considerado ilícito ou plagiado.



MELHOR GESTÃO
MELHOR ENSINO



REGULAMENTO

J. SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO NAS ATIVIDADES WEB

40. A gestão da segurança das informações relacionadas observa as disposições da Norma Técnica ABNT NBR ISO/IEC 27002, especialmente em relação à autenticidade, integridade e disponibilidade da informação.
41. É de reconhecimento público a impossibilidade técnica da manutenção do funcionamento integral e ininterrupto de qualquer sistema de informática. Dessa forma, fica a SEE-SP, desde logo, isenta de qualquer responsabilidade relativa à postagem de atividades web ou da manutenção de equipamentos.
42. As configurações mínimas de hardware e software necessárias para acesso adequado ao AVA-EFAP são as seguintes:
- a) Software**
- Windows XP Service Pack 2 (recomendados Windows XP Service Pack 3 ou posterior);
 - Windows Vista;
 - Plug-in Adobe Flash Player Versão 9 ou superior;
 - Navegadores: Internet Explorer 8 ou superior; Firefox 20 ou superior; Chrome ou Safari 6 ou superior.
- b) Hardware**
- Mínimo de 1 GB de Memória RAM;
 - Resolução de tela mínima de 1024x768;
 - Conexão banda larga, preferencialmente **512 kbps** ou superior.
43. Para um bom desempenho do AVA-EFAP, é recomendada a limpeza do navegador, seguindo os passos abaixo:
- a. Ao utilizar o Microsoft Internet Explorer:
- i. Abrir o Internet Explorer;
 - ii. Apertar a tecla “ALT” do seu teclado para que a barra de menu seja disponibilizada;
 - iii. Selecionar a opção “Ferramentas” e, a seguir, “Opções da Internet”;
 - iv. Selecionar a aba “Geral” na nova janela aberta;
 - v. Clicar em “Excluir” na área “Histórico de Navegação”;
 - vi. Marcar os itens “Arquivos de Internet Temporários” e “Cookies” na nova janela aberta;
 - vii. Clicar no botão “Excluir”; esta janela será fechada automaticamente;
 - viii. Para finalizar, clicar no botão “Aplicar” e, em seguida, no botão “OK”.
- b. Ao utilizar o Firefox:
- i. Abrir o Firefox;
 - ii. Apertar a tecla “ALT” do seu teclado para que a barra de menu seja disponibilizada;
 - iii. Selecionar a opção “Ferramentas” e, em seguida, “Limpar Dados Pessoais”;
 - iv. Selecionar a aba “Avançado” na nova janela;
 - v. Habilitar os itens “Cookies” e “Cache” na nova janela aberta;
 - vi. Clicar no botão “Limpar Agora”; esta janela será fechada automaticamente.



MELHOR GESTÃO
MELHOR ENSINO



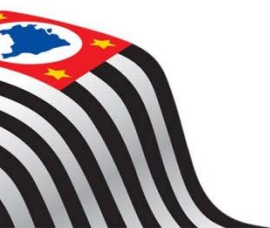
REGULAMENTO

REGULAMENTO

PROGRAMA EDUCAÇÃO COMPROMISSO DE SÃO PAULO

Melhor Gestão, Melhor Ensino Curso 1 – Formação de Formadores

São Paulo, abril de 2013



REDE DO SABER



ESCOLA DE FORMAÇÃO
DE PROFESSORES
PAULO RENATO COSTA SOUZA



GOVERNO DO ESTADO
SÃO PAULO

Secretaria da Educação



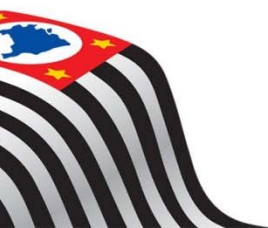
MELHOR GESTÃO
MELHOR ENSINO



REGULAMENTO

Sumário

| | |
|--|----|
| A. Apresentação..... | 3 |
| B. Objetivos | 3 |
| C. Público-Alvo..... | 3 |
| D. Habilidades e Competências..... | 4 |
| E. Processo de Inscrição/Indicação..... | 4 |
| F. Estrutura e Cronograma do Curso | 5 |
| G. Avaliação | 9 |
| H. Certificação | 10 |
| I. Responsabilidades do Cursista..... | 10 |
| J. Segurança da Informação nas Atividades a Distância..... | 11 |





MELHOR GESTÃO
MELHOR ENSINO

A. Apresentação

1. A Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (SEE-SP), por meio da Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores do Estado de São Paulo “Paulo Renato Costa Souza” (EFAP) e da Coordenadoria de Gestão da Educação Básica (CGEB), em continuidade ao Programa Educação — Compromisso de São Paulo, estabelece a ação de formação continuada “Melhor Gestão, Melhor Ensino” como mais uma das vertentes voltadas à melhoria da educação do Estado de São Paulo. Esta ação é composta por três cursos.
2. Este Regulamento contém as regras e procedimentos que regem o *Curso 1 – Formação de Formadores*, que será oferecido de modo semipresencial, por meio de encontros presenciais e atividades a distância no Ambiente Virtual de Aprendizagem da EFAP (AVA-EFAP).

B. Objetivos

3. O Curso 1 – Formação de Formadores tem como objetivos:
 - a. Oferecer formação continuada aos profissionais que serão responsáveis pela formação dos gestores e dos professores de Língua Portuguesa e de Matemática de todas as unidades escolares que atendem ao Ensino Fundamental (EF) Anos Finais.
 - b. Subsidiar os formadores com estratégias que promovam o fortalecimento da gestão escolar e da ação docente, articulando os conteúdos das diferentes áreas e o aprimoramento das competências leitora e escritora dos alunos do EF Anos Finais.
 - c. Propiciar a reflexão e a socialização de práticas que possam fortalecer a gestão pedagógica, de modo a promover a melhoria da qualidade da educação.

C. Público-alvo

4. O Curso 1 – Formação de Formadores é direcionado aos seguintes profissionais, conforme base CGRH de fevereiro de 2013:
 - a. Supervisores de Ensino;
 - b. Professores Coordenadores do Núcleo Pedagógico (PCNP) de Língua Portuguesa e/ou com formação em Língua Portuguesa;
 - c. Professores Coordenadores do Núcleo Pedagógico (PCNP) de Matemática e/ou com formação em Matemática;
 - d. Professores Coordenadores do Núcleo Pedagógico (PCNP) de Tecnologia.
5. **Atenção:** Na ausência do PCNP de Currículo com formação em Língua Portuguesa ou em Matemática, pôde ser indicado o Professor Coordenador (PC) das unidades escolares com formação em Matemática ou em Língua Portuguesa.



MELHOR GESTÃO
MELHOR ENSINO

D. Habilidades e Competências

6. O Curso 1 – Formação de Formadores pretende contribuir para o desenvolvimento das seguintes habilidades e competências:
- Compreensão da importância do Plano de Formação Regional para gestores e professores;
 - Elaboração de propostas de acompanhamento das ações planejadas nos Planos de Ação das Escolas por meio da socialização de atividades desenvolvidas – práticas gestoras e docentes.

E. Processo de Inscrição/Indicação

7. As inscrições foram realizadas por meio da indicação pelo Dirigente de cada Diretoria de Ensino (DE), no período de **1º a 10 de março de 2013**, exclusivamente pelo endereço eletrônico da EFAP, www.escoladeformacao.sp.gov.br.
8. O número de vagas foi determinado com base na previsão da quantidade total de gestores e professores que serão formados em cada DE nos outros cursos dessa ação, considerando as seguintes orientações:
- Supervisores (quantidade conforme Anexo 1), com experiência em ações de formação;
 - PCNPs de Tecnologia (todos).
 - PCNPs (quantidade conforme Anexo 2):
 - Língua Portuguesa: PCNPs de Língua Portuguesa ou PCNPs com formação em Língua Portuguesa (na ausência do PCNP, pôde ser indicado um PC com formação em Língua Portuguesa).
 - Matemática: PCNPs de Matemática ou PCNPs com formação em Matemática (na ausência do PCNP, pôde ser indicado um PC com formação em Matemática).
9. Não puderam ser indicados os profissionais não relacionados no item C deste documento.
10. Após realizar as indicações, o Dirigente teve de tomar nota dos protocolos expedidos pelo sistema. Esse número é o comprovante de que as indicações foram realizadas com sucesso.
11. A relação final de indicados pelos Dirigentes será divulgada no site da ação “Melhor Gestão, Melhor Ensino”: www.escoladeformacao.sp.gov.br/mgme.
12. Os indicados que não derem início ao Curso 1 – Formação de Formadores ou forem reprovados por frequência serão considerados desistentes e não poderão atuar como professores tutores das ações de formação a distância ofertadas pela EFAP, por um período de dois anos.



MELHOR GESTÃO
MELHOR ENSINO

F. Estrutura e Cronograma do Curso

13. O Curso 1 – Formação de Formadores é semipresencial, com carga horária total de 60 horas, dividida em 32 horas presenciais e 28 horas de atividades a distância, conforme segue:
- 1ª etapa presencial: Primeiro Encontro Presencial (IEP) composto de 24 horas, a ser realizado entre 1º e 4 de abril de 2013 em Águas de Lindóia;
 - 2ª etapa presencial: Segundo Encontro Presencial (IIEP) centralizado com carga horária de 8 horas, a ser realizado ao final do curso;
 - A distância: 28 horas de atividades realizadas no AVA-EFAP.
14. O primeiro encontro presencial ocorrerá no período de **1º a 4 de abril**, em que serão realizadas Palestras, Mesas-redondas e Oficinas para cada público específico.
15. Os conteúdos específicos do Curso 1 – Formação de Formadores estão distribuídos conforme quadros a seguir:

| Etapas presenciais: Curso 1 – Formação de Formadores (Supervisores, PCNPs e PC) | | | | | |
|---|---|-----------------------|--|---|-----------------|
| 1ª e 2ª etapas | Datas Previstas | Encontros Presenciais | | Conteúdos | Carga horária |
| 1ª Etapa | 01/04/2013 a 04/04/2013 (Águas de Lindóia) | 1º EP | Todos os formadores (Supervisores, PCNPs e PC) Parte Comum | <ul style="list-style-type: none"> Educação no mundo contemporâneo e os desafios do currículo Progressão continuada Avaliação Currículo Leitura e produção de textos para a escola e a vida Identidade docente nos tempos e espaços do currículo Leituras e narrativas em Matemática | 12 horas |
| | | | Todos os formadores (Supervisores, PCNPs e PC) Parte Específica | <ul style="list-style-type: none"> Oficina de Língua Portuguesa Oficina de Matemática Oficina de Gestão | 12 horas |
| 2ª Etapa | Agosto/2013 (Previsão) | 2º EP | Todos os formadores (Supervisores, PCNPs e PC) Parte Específica | <ul style="list-style-type: none"> Seminário centralizado | 8 horas |
| Total: | | | | | 32 horas |



MELHOR GESTÃO
MELHOR ENSINO



REGULAMENTO

| A distância: Curso 1– Formação de Formadores (Supervisores de Ensino) | | | |
|---|---|--|-----------------|
| Datas Previstas | Módulos a distância no AVA-EFAP | Conteúdos | Carga horária |
| 08/04/2013 a 17/04/2013 | 1 Administração do tempo | <ul style="list-style-type: none"> • Autorreflexão • Conhecer as dimensões do trabalho da equipe gestora • Papéis e responsabilidades da equipe gestora nos processos que envolvem o ensino e a aprendizagem – Planejar o tempo da equipe gestora | 5 horas |
| 11/04/2013 a 17/04/2013 | 2 Gestão na dimensão pedagógica | <ul style="list-style-type: none"> • Educação contemporânea • Indicadores estaduais e nacionais de avaliação externa • Diretrizes pedagógicas da Secretaria/do Currículo • Avaliação de aprendizagem | 8 horas |
| 18/04/2013 a 24/04/2013 | 3 Observação em sala de aula | <ul style="list-style-type: none"> • Foco da observação da prática docente • Procedimentos para observação • Indicadores de observação • Construção do instrumento de observação • Fazendo a observação | 5 horas |
| 25/04/2013 a 01/05/2013 | 4 Feedback | <ul style="list-style-type: none"> • O <i>feedback</i> • Habilidades de comunicação • Devolutiva para o professor (<i>feedback</i>) • Histórico de colaboração | 6 horas |
| 30/04/2013 a 05/05/2013 | 5 Plano de ação para desenvolvimento | <ul style="list-style-type: none"> • Plano de ação • Compartilhar as principais estratégias • Avaliação do processo | 4 horas |
| Total: | | | 28 horas |

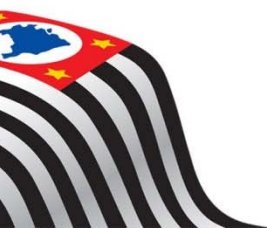


MELHOR GESTÃO
MELHOR ENSINO



REGULAMENTO

| A distância: Curso 1 – Formação de Formadores (PCNP e PC com formação em Língua Portuguesa) | | | |
|---|---------------------------------|---|-----------------|
| Datas Previstas | Módulos a distância no AVA-EFAP | Conteúdos | Carga horária |
| 08/04/2013 a 15/04/2013 | Módulo 1 | <ul style="list-style-type: none"> Abordagem de algumas práticas de leitura e escrita muito comuns na internet. Reflexão sobre: <ul style="list-style-type: none"> - Perfis e apresentações pessoais; - Expressão de opinião; - Debate em Fórum. | 8 horas |
| 16/04/2013 a 25/04/2013 | Módulo 2 | <ul style="list-style-type: none"> Experiências de Leitura e Escrita: ler e ouvir depoimentos de diversas personalidades da nossa cultura sobre leitura e escrita. Escrever um depoimento e participar de um debate no Fórum sobre leitura e escrita na escola. Leitura e Escrita em Blogs: conhecer blogs e sites hospedeiros, analisar dois blogs selecionados e responder a uma questão objetiva. Blogs de grupo – a escrita colaborativa: construir um blog em grupo, participar de um fórum de grupo. | 10 horas |
| 26/04/2013 a 05/05/2013 | Módulo 3 | <ul style="list-style-type: none"> Socialização e o aprofundamento das reflexões iniciadas no encontro presencial. Revisão crítica da situação de aprendizagem construída. Publicação de situações de aprendizagem no blog de grupo. Avaliação. | 10 horas |
| Total: | | | 28 horas |





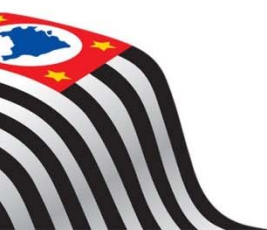
MELHOR GESTÃO
MELHOR ENSINO



REGULAMENTO

| A distância: Curso 1 – Formação de Formadores (PCNP e PC com formação em Matemática) | | | |
|--|---------------------------------|--|-----------------|
| Datas Previstas | Módulos a distância no AVA-EFAP | Conteúdos | Carga horária |
| 08/04/2013 a 15/04/2013 | Módulo 1 | <ul style="list-style-type: none"> Abordagem de algumas práticas de leitura e escrita muito comuns na internet. Reflexão sobre: <ul style="list-style-type: none"> - Perfis e apresentações pessoais; - Expressão de opinião; - Debate em Fórum. | 8 horas |
| 16/04/2013 a 25/04/2013 | Módulo 2 | <ul style="list-style-type: none"> Experiências de Leitura e Escrita: ler e ouvir depoimentos de diversas personalidades da área de Matemática. Escrever um depoimento e participar de um debate no Fórum sobre leitura e escrita na escola. Leitura e Escrita em Blogs: conhecer blogs e sites hospedeiros, analisar dois blogs selecionados e responder a uma questão objetiva. Blogs de grupo – a escrita colaborativa: construir um blog em grupo, participar de um fórum de grupo. | 10 horas |
| 26/04/2013 a 05/05/2013 | Módulo 3 | <ul style="list-style-type: none"> Traçando o percurso. Mapeamento de percurso da aprendizagem. Plano de Aula. Avaliação. | 10 horas |
| Total: | | | 28 horas |

16. O conteúdo dos módulos está estruturado com base no Currículo do Estado de São Paulo e será disponibilizado no AVA-EFAP.
17. As atividades web serão acessadas por meio do site da ação “Melhor Gestão, Melhor Ensino”: www.escoladeformacao.sp.gov.br/mgme
18. Os PCNPs de Tecnologia foram distribuídos de acordo com sua formação, sendo:
 - a. Formação em Língua Portuguesa – curso destinado aos PCNPs de Língua Portuguesa;
 - b. Formação em Matemática – curso destinado aos PCNPs de Matemática;
 - c. Formação em outra disciplina – curso destinado aos Gestores.
19. As atividades web que compõem o conteúdo são questões discursivas, objetivas e fórum.





MELHOR GESTÃO
MELHOR ENSINO



REGULAMENTO

20. Cada um dos módulos será acompanhado por professores tutores, no AVA-EFAP, que serão os responsáveis por sanar as dúvidas relativas aos conteúdos, fazer a interação nos fóruns, orientar os estudos e a realização das atividades, avaliar e validar as atividades web postadas pelos cursistas.
21. O professor tutor não poderá atribuir um prazo para reformulação das atividades que não esteja dentro do período estipulado no cronograma do curso, conforme quadros dispostos no item 15.

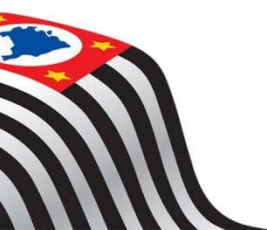
G. Avaliação

22. Os cursistas serão avaliados considerando-se a frequência e o aproveitamento.
23. A frequência será contabilizada com base na média das atividades presenciais (encontros presenciais) e a distância propostas e realizadas pelo cursista durante o curso, sendo obrigatória a frequência mínima de 80% (oitenta por cento) por apresentar carga horária superior a 30 horas.
24. A avaliação do aproveitamento será realizada qualitativamente com base na média das atividades web validadas no decorrer do curso com conceito Satisfatório, considerado o quadro de avaliação, disposto no item 26, e na participação nos encontros presenciais.
25. As atividades web, contabilizadas na participação do curso, são compostas por: fórum, questões discursivas e objetivas, relacionadas aos conteúdos desenvolvidos nos módulos e validadas pelo professor tutor.
26. O professor tutor avaliará as atividades web entregues pelo cursista e atribuirá, para cada uma, um dos seguintes conceitos:

Quadro de Avaliação

| ATIVIDADE NÃO VALIDADA | | | ATIVIDADE VALIDADA | | |
|------------------------|--|--|---|----------------------------|-------------------------|
| Em branco | Postada com conteúdos desconectados da atividade proposta. | Postada contendo conteúdos que culminem em material ilícito. | Resposta coerente com a questão proposta. | | |
| | | | Insatisfatório | Satisfatório | |
| | | | Conceito C | Conceito B | Conceito A |
| | | | Entre 1% e 50% de acertos | Entre 51% e 75% de acertos | Acima de 75% de acertos |

27. No AVA-EFAP, o professor tutor poderá solicitar ao cursista que refaça total ou parcialmente a atividade enviada. Nesse caso, o professor tutor não atribuirá valor à atividade e disponibilizará nova tentativa para refazê-la e enviá-la, dentro do prazo estipulado no cronograma do curso.
28. Para aprovação, o cursista deverá:
 - a. Realizar no mínimo 80% do total das atividades propostas no curso, tanto presenciais como a distância;
 - b. Ter média de aproveitamento com conceito Satisfatório, nas atividades do curso, considerando-se o Quadro de Avaliação.





MELHOR GESTÃO
MELHOR ENSINO

H. Certificação

29. Os cursistas que atenderem a todos os requisitos elencados no item 28 serão aprovados e farão jus à certificação.
30. Os certificados serão emitidos pela EFAP somente após o término e a homologação do curso em Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOE).
31. O cursista poderá utilizar o certificado do curso para a evolução funcional.

I. Responsabilidades do Cursista

32. Informar ao Dirigente e-mail válido e atualizado para acesso ao AVA-EFAP.
33. Participar das atividades web propostas no decorrer do curso, dentro dos prazos estabelecidos e registrados no AVA-EFAP.
34. Acompanhar, no AVA-EFAP, o “status” de suas atividades, verificando aquelas que estão pendentes, não realizadas, concluídas ou não validadas pelo professor tutor.
35. Acatar as regras estabelecidas no Regulamento para este curso, inclusive as relativas à segurança da informação.
36. Manter a senha de acesso guardada em completa segurança e sigilo, sendo de sua inteira responsabilidade acessos realizados com a mesma (A senha de acesso de cada cursista tem caráter pessoal e intransferível, é vedada a revelação para terceiros e é a forma de identificação do cursista, considerada a sua utilização, para todos os fins e efeitos, como manifestação expressa de sua vontade).
37. Utilizar apenas equipamentos confiáveis para o acesso à plataforma, que possuam programas antivírus e *firewall* devidamente instalados e atualizados, assumindo o risco de sua conduta caso assim não proceda.
38. Realizar *logout* após finalizar uma sessão no AVA-EFAP, garantindo a veracidade de suas participações e produções.
39. Atualizar seu perfil sempre que necessário e se responsabilizar pelas informações fornecidas.
40. Estabelecer vínculo de respeito mútuo com todos os usuários do AVA-EFAP.
41. Acatar sua inserção em grupos, em situações de trabalho coletivo, segundo a distribuição feita pelo professor tutor ou pela própria EFAP.
42. Ao publicar suas participações, quando pertinente, citar fonte de consulta e não disseminar conteúdo que possa ser considerado ilícito ou plagiado.



MELHOR GESTÃO
MELHOR ENSINO

J. Segurança da Informação nas Atividades a Distância

43. A gestão da segurança da informação relacionada observa as disposições da Norma Técnica ABNT NBR ISO/IEC 27002, especialmente em relação à autenticidade, integridade e disponibilidade da informação.
44. É de reconhecimento público a impossibilidade técnica da manutenção do funcionamento integral e ininterrupto de qualquer sistema de informática. Dessa forma, fica a SEE-SP, desde logo, isenta de qualquer responsabilidade relativa à postagem de atividades web ou à manutenção de equipamentos.
45. As configurações mínimas de hardware e software necessárias para acesso adequado ao AVA-EFAP são as seguintes:

| | Mínimo | Recomendado |
|-----------------|---|--|
| Software | <ul style="list-style-type: none"> • Windows XP Service Pack 2. • Internet Explorer 7.0 com Service Pack 1 ou Firefox 3.x. • Plug-in Adobe Flash Player Versão 9. | <ul style="list-style-type: none"> • Windows XP Service Pack 2 ou posterior, Windows Vista Service Pack 1 ou posterior. • Acesso apenas pelos seguintes navegadores: <ul style="list-style-type: none"> - Internet Explorer 7 ou 8; - Firefox 3, 4 ou 5; - Chrome; - Safari 3, 4 ou 5. • Plug-in Adobe Flash Player Versão 10 ou posterior. |
| Hardware | <ul style="list-style-type: none"> • Mínimo de 512 MB de Memória RAM. • Resolução de tela mínima de 1024x768. | |
| Internet | <ul style="list-style-type: none"> • Utilize apenas os navegadores recomendados. • Acesso à internet por meio de uma conexão banda larga, preferencialmente 512 kbps ou superior. | |

Quadro Especificações Técnicas

46. Para um bom desempenho do AVA-EFAP, é recomendada a limpeza do navegador, seguindo os passos abaixo:
- Ao utilizar o Microsoft Internet Explorer:
 - Abrir o Internet Explorer;
 - Apertar a tecla "ALT" do seu teclado para que a barra de menu seja disponibilizada;
 - Selecionar a opção "Ferramentas" e, a seguir, "Opções da Internet";
 - Selecionar a aba "Geral" na nova janela aberta;
 - Clicar em "Excluir" na área "Histórico de Navegação";
 - Marcar os itens "Arquivos de Internet Temporários" e "Cookies" na nova janela aberta;
 - Clicar no botão "Excluir"; esta janela será fechada automaticamente;
 - Para finalizar, clicar no botão "Aplicar" e, em seguida, no botão "OK".

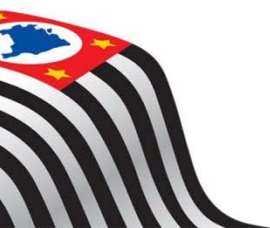


MELHOR GESTÃO
MELHOR ENSINO

b. Ao utilizar o Firefox:

- i. Abrir o Firefox;
- ii. Apertar a tecla “ALT” do seu teclado para que a barra de menu seja disponibilizada;
- iii. Selecionar a opção “Ferramentas” e, em seguida, “Limpar Dados Pessoais”;
- iv. Selecionar a aba “Avançado” na nova janela;
- v. Habilitar os itens “Cookies” e “Cache” na nova janela aberta;
- vi. Clicar no botão “Limpar Agora”; esta janela será fechada automaticamente.

REGULAMENTO



REDE DO SABER



ESCOLA DE FORMAÇÃO
DE PROFESSORES
PAULO RENATO COSTA SOUZA



GOVERNO DO ESTADO
SÃO PAULO

Secretaria da Educação



MELHOR GESTÃO
MELHOR ENSINO

Anexo 1

| Diretorias de Ensino | Unidades Escolares | Previsão de gestores (Diretor, Vice-diretor e PC) das escolas de EF dos Anos Finais | Quantidade de Supervisores a |
|----------------------|--------------------|---|------------------------------|
| ADAMANTINA | 29 | 87 | 2 |
| AMERICANA | 51 | 153 | 2 |
| ANDRADINA | 18 | 54 | 2 |
| APIAÍ | 33 | 99 | 2 |
| ARAÇATUBA | 29 | 87 | 2 |
| ARARAQUARA | 32 | 96 | 2 |
| ASSIS | 38 | 114 | 2 |
| AVARÉ | 22 | 66 | 2 |
| BARRETOS | 24 | 72 | 2 |
| BAURU | 62 | 186 | 3 |
| BIRIGUI | 23 | 69 | 2 |
| BOTUCATU | 28 | 84 | 2 |
| BRAGANÇA PAULISTA | 53 | 159 | 2 |
| CAIEIRAS | 66 | 198 | 3 |
| CAMPINAS LESTE | 44 | 132 | 2 |
| CAMPINAS OESTE | 62 | 186 | 3 |
| CAPIVARI | 30 | 90 | 2 |
| CARAGUATATUBA | 22 | 66 | 2 |
| CARAPICUÍBA | 66 | 198 | 3 |
| CATANDUVA | 20 | 60 | 2 |
| CENTRO | 40 | 120 | 2 |
| CENTRO-OESTE | 38 | 114 | 2 |
| CENTRO-SUL | 44 | 132 | 2 |
| DIADEMA | 38 | 114 | 2 |
| FERNANDÓPOLIS | 24 | 72 | 2 |
| FRANCA | 43 | 129 | 2 |
| GUARATINGUETÁ | 48 | 144 | 2 |
| GUARULHOS NORTE | 70 | 210 | 3 |
| GUARULHOS SUL | 64 | 192 | 3 |
| ITAPECERICA DA SERRA | 52 | 156 | 2 |
| ITAPETININGA | 45 | 135 | 2 |
| ITAPEVA | 6 | 18 | 2 |



MELHOR GESTÃO
MELHOR ENSINO



REGULAMENTO

| Diretorias de Ensino | Unidades Escolares | Previsão de gestores (Diretor, Vice-diretor e PC) das escolas de EF dos Anos Finais | Quantidade de Supervisores a |
|-------------------------|--------------------|---|------------------------------|
| ITAPEVI | 36 | 108 | 2 |
| ITAQUAQUECETUBA | 58 | 174 | 2 |
| ITARARÉ | 21 | 63 | 2 |
| ITU | 34 | 102 | 2 |
| JABOTICABAL | 23 | 69 | 2 |
| JACAREÍ | 55 | 165 | 2 |
| JALES | 31 | 93 | 2 |
| JAÚ | 41 | 123 | 2 |
| JOSÉ BONIFÁCIO | 24 | 72 | 2 |
| JUNDIAÍ | 64 | 192 | 3 |
| LESTE 1 | 51 | 153 | 2 |
| LESTE 2 | 57 | 171 | 2 |
| LESTE 3 | 51 | 153 | 2 |
| LESTE 4 | 45 | 135 | 2 |
| LESTE 5 | 38 | 114 | 2 |
| LIMEIRA | 63 | 189 | 3 |
| LINS | 28 | 84 | 2 |
| MARÍLIA | 48 | 144 | 2 |
| MAUÁ | 66 | 198 | 3 |
| MIRACATU | 28 | 84 | 2 |
| MIRANTE DO PARANAPANEMA | 27 | 81 | 2 |
| MOGI DAS CRUZES | 64 | 192 | 3 |
| MOGI MIRIM | 53 | 159 | 2 |
| NORTE 1 | 58 | 174 | 2 |
| NORTE 2 | 45 | 135 | 2 |
| OSASCO | 52 | 156 | 2 |
| OURINHOS | 27 | 81 | 2 |
| PENÁPOLIS | 13 | 39 | 2 |
| PINDAMONHANGABA | 31 | 93 | 2 |
| PIRACICABA | 56 | 168 | 2 |
| PIRAJU | 15 | 45 | 2 |
| PIRASSUNUNGA | 43 | 129 | 2 |
| PRESIDENTE PRUDENTE | 38 | 114 | 2 |



MELHOR GESTÃO
MELHOR ENSINO



REGULAMENTO

| Diretorias de Ensino | Unidades Escolares | Previsão de gestores (Diretor, Vice-diretor e PC) das escolas de EF dos Anos Finais | Quantidade de Supervisores a |
|-----------------------|--------------------|---|------------------------------|
| REGISTRO | 41 | 123 | 2 |
| RIBEIRÃO PRETO | 66 | 198 | 3 |
| SANTO ANASTÁCIO | 17 | 51 | 2 |
| SANTO ANDRÉ | 58 | 174 | 2 |
| SANTOS | 60 | 180 | 3 |
| SÃO BERNARDO DO CAMPO | 81 | 243 | 3 |
| SÃO CARLOS | 31 | 93 | 2 |
| SÃO JOÃO DA BOA VISTA | 58 | 174 | 2 |
| SÃO JOAQUIM DA BARRA | 9 | 27 | 2 |
| SÃO JOSÉ DO RIO PRETO | 35 | 105 | 2 |
| SÃO JOSÉ DOS CAMPOS | 47 | 141 | 2 |
| SÃO ROQUE | 21 | 63 | 2 |
| SÃO VICENTE | 55 | 165 | 2 |
| SERTÃOZINHO | 18 | 54 | 2 |
| SOROCABA | 62 | 186 | 3 |
| SUL 1 | 48 | 144 | 2 |
| SUL 2 | 66 | 198 | 3 |
| SUL 3 | 68 | 204 | 3 |
| SUMARÉ | 53 | 159 | 2 |
| SUZANO | 58 | 174 | 2 |
| TABOÃO DA SERRA | 65 | 195 | 3 |
| TAQUARITINGA | 25 | 75 | 2 |
| TAUBATÉ | 22 | 66 | 2 |
| TUPÃ | 24 | 72 | 2 |
| VOTORANTIM | 33 | 99 | 2 |
| VOTUPORANGA | 29 | 87 | 2 |

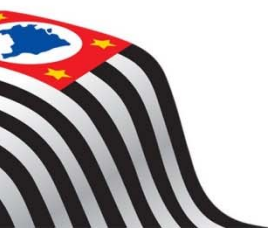


MELHOR GESTÃO
MELHOR ENSINO

Anexo 2

| Previsão de Professores em exercício em classes do EF dos Anos Finais na DE, por disciplina: | Quantidade de PCNPs que devem ser indicados por DE para cada disciplina: |
|--|--|
| Mais de 490 | Até 6 |
| de 321 a 489 | Até 5 |
| de 216 a 320 | Até 4 |
| de 106 a 215 | Até 3 |
| Até 105 | 2 |

REGULAMENTO



APÊNDICE

QUESTIONÁRIO PARA PROFESSORES

1. Qual sua formação inicial? Área: _____ Ano: _____
 - 1.1 Qual sua experiência profissional? Há quantos anos você leciona?
 - 1.2 Idade: _____

2. Quantos cursos você realizou nos anos de 2011, 2012 e 2013 pela EFAP Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Professores na modalidade a distância?
 - 2.1 Quais foram esses cursos? Nome do(s) curso(s): _____

3. Você desistiu de algum curso? Caso a resposta seja afirmativa por que desistiu?

4. Dos cursos que você realizou quantos e quais eram auto instrucionais (cursos que oferecem material para que os usuários estudem sem a participação direta de professores ou tutores)?
 - 4.1 Quantos e quais apresentavam interatividade em fóruns e chats?

5. Assinale a (s) alternativa(s) que representa seu ritmo de estudo nos cursos. Como você participava dos cursos?
() manhã () tarde () noite
() durante a semana () apenas no final de semana
 - 5.1 Você encontrou dificuldades para realizar as atividades? Quais?

6. Os cursos estavam voltados a realidade de sua escola? Justifique a resposta.
() sim () não

7. Quais as vantagens e desvantagens da formação continuada a distância? Comente.